

Grandes Opções do Plano e Orçamento Ano Económico de 2014



Grandes Opções do Plano para 2014

Município de Lagos

ÍNDICE

	Pág.
I – NOTAS DE ENQUADRAMENTO LEGAL	3
II – LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	4
III – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL (DECCAS)	9
- Habitação e Ação social	11
- Educação	14
- Juventude	16
- Desporto	18
- Cultura e turismo	20
- Património	24
- Comunicação	26
IV – DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS (DASU)	29
- Unidade Técnico-Ambiental	29
Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos	29
Promoção ambiental	31
Espaços verdes e cemitérios	32
Mercados e feiras	33
- Unidade Técnica de Serviços Urbanos	33
Gestão e manutenção da rede de águas e esgotos	33
Trânsito, sinalização e gestão do espaço público	35
Oficinas municipais	36
Gestão do parque de viaturas e máquinas	36
V – DIVISÃO DE URBANISMO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO (DULF)	37
- Ordenamento do Território e Desenvolvimento	37
- Gestão Urbana	40
- Fiscalização	44
VI – DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DSTA)	47
- Atendimento	47
- Arquivo Municipal	47
- Recursos humanos	48
- Higiene e segurança no trabalho	49
- Área jurídica	49

- Área financeira	50
- Principais Equilíbrios do Município - 2014	51
VII - GABINETE DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS	53
VIII – GABINETE DE INFORMÁTICA	57
IX – GABINETE DA QUALIDADE	58
X – ASSEMBLEIA MUNICIPAL	59

ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

ANEXOS

- Mapa de pessoal
- Plano de Formação

ENCERRAMENTO

I – NOTAS DE ENQUADRAMENTO LEGAL

Em cumprimento do disposto na alínea d) do nº1 do artº. 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal executar as Opções do Plano e Orçamento e submeter à Assembleia Municipal para aprovação, conforme estipula a alínea a) do nº. 1 do artº. 25º. da citada Lei.

A estrutura e regras a observar na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento encontram-se disciplinadas no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, integrando-se nas Grandes Opções do Plano os objectivos de desenvolvimento estratégico, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as actividades mais relevantes da gestão autárquica, desenvolvidas nas páginas seguintes do presente documento, que se submete à apreciação dos Órgãos Autárquicos competentes na matéria.

Foram ouvidas, em obediência ao disposto no nº. 3 do artº. 5º. da Lei 24//98, de 26 de maio – Estatuto do Direito da Oposição, as forças políticas representadas na Assembleia Municipal. De igual modo, foram ouvidas as Juntas de Freguesia, em observância ao espírito de implementação de uma gestão partilhada, participativa, solidária e territorialmente coesa.

Dada a situação de crise económica e financeira que o país e o município atravessam, o entendimento das forças políticas e entidades ouvidas, impõe-se um grande rigor e austeridade na gestão, implicando igualmente a implementação de medidas com carácter estruturante impostas por lei.

Este instrumento de planeamento reflete o enquadramento legal setorial, designadamente , a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o Programa de Apoio à Economia Local, nomeadamente das medidas incluídas no PAF – Plano de Ajustamento Financeiro e o Novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local.

II – LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

A visão que temos para o município e as linhas de força que propomos para a respetiva concretização assentam em quatro compromissos essenciais, que estiveram na base do nosso programa eleitoral e que serão a base da ação deste executivo:

- uma Câmara que cuida bem do seu Concelho;
- um Município de e para as pessoas;
- um Município preparado para os desafios do futuro;
- um Município de coesão social e territorial.

Seremos um município seguro, onde é permitido a residentes e visitantes, de todas as idades, vivê-lo em segurança.

Valorizamos a fixação das pessoas em todas as freguesias, cientes que não basta só a oferta de habitação, mas que é, também, preciso continuar a investir na conservação dos bens públicos e na sua fruição pelas comunidades. Políticas de desinvestimento nos bens públicos são fatores de não investimento e, como tal, não geradoras de riqueza e emprego.

Neste instrumento de planeamento pretendemos demonstrar aquela que é a nossa visão para o Concelho, acreditando que os desafios que se colocam a Lagos não são apenas responsabilidade da Autarquia, mas passam também pelo desenvolvimento da participação de todos. O Concelho é de todos, para todos e todos podem e devem ter uma palavra a dizer.

As dimensões que consubstanciam a nossa ação norteiam-se em função de cinco grandes eixos:

- EIXO 1 - Município Dinâmico, Competitivo e Sustentável;
- EIXO 2 – Município Solidário, Multicultural e Inclusivo;
- EIXO 3 – Município de Diálogo, Cidadania e Participação Democrática;
- EIXO 4 – Município de História, de Arte e de Cultura;
- EIXO 5 – Município Abraçado pelo Mar.

Município dinâmico, competitivo e sustentável

Reabilitar e reabrir a Ponte Dona Maria;

Criar a Via Verde Empresarial (apoiar a constituição, legalização e o licenciamento das atividades empresariais);

Prosseguir a desburocratização dos serviços municipais;

Definir um programa estratégico de reanimação do comércio local/tradicional em articulação com as associações do setor;

Promover novas campanhas de sensibilização e civismo para a limpeza dos espaços públicos e para aumentar a recolha separativa de resíduos;

Continuar a investir na limpeza, reabilitação e embelezamento dos espaços públicos, tornando o concelho mais atrativo;

Eliminar barreiras arquitetónicas no espaço público;

Cuidar, melhorar e aumentar os espaços verdes em todo o concelho;

Plantar 1000 árvores/ano no concelho;

Promover as árvores autóctones mediterrâneas nos espaços públicos;

Alargar o programa de implementação das hortas urbanas;

Implementar, em articulação com as entidades competentes, um programa de controlo da população de gaivotas na cidade;

Garantir a conclusão rápida dos planos municipais de ordenamento do concelho;

Requalificar, modernizar e melhorar as condições de funcionamento dos mercados municipais, incluindo o Mercado do Levante;

Prosseguir o programa de melhoria das acessibilidades rurais;

Continuar a desenvolver medidas de incentivo da reabilitação urbana no centro histórico da cidade e em outros núcleos urbanos;

Garantir, junto do governo central, a conclusão das obras de requalificação da EN 125 e da circular de Lagos, assim como a construção da circular de Odiáxere;

Pugnar pela abolição das portagens na A22;

Reordenar e disciplinar a venda ambulante;

Manter e reformular os eventos-âncora do concelho (Arte Doce, Feira Quinhentista e Banho de 29);

Melhorar e facilitar a utilização dos parques de estacionamento;

Continuar a investir na floresta/espaço rural para redução dos incêndios, nomeadamente através da abertura e limpeza de caminhos florestais, bem como da limpeza de faixas de proteção aos aglomerados urbanos.

Assegurar uma parceria forte com todos os agentes de Proteção Civil e entidades cooperantes;

Criar um CONSELHO CONSULTIVO MUNICIPAL, ou CONSELHO ECONÓMICO MUNICIPAL. Este Conselho será composto por representantes dos diversos setores de atividade económica local, com incidência nas pequenas e médias empresas, sem esquecer os representantes laborais e demais

entidades ligadas à criação de emprego e de riqueza local. A criação deste Conselho será sob a égide da Assembleia Municipal, para o que será celebrado um Protocolo institucional entre a Assembleia e o Conselho, havendo, anualmente, uma sessão extraordinária para apreciar propostas, recomendações e estudos apresentados ao Conselho;

Apoiar o projeto da Via Algarviana, através de apoios faseados para manutenção desta via.

Município solidário, multicultural e inclusivo

Melhorar o funcionamento da Rede Social concelhia no combate à pobreza e exclusão (em colaboração com as instituições sociais e freguesias);

Atualizar o diagnóstico social do concelho;

Garantir o Hospital de Lagos, junto das entidades governamentais, melhorando o seu funcionamento;

Aumentar a colaboração com o Centro de Saúde de Lagos em atividades de prevenção da doença e promoção da saúde;

Descentralizar os atendimentos dos serviços de ação social do município;

Requalificar o parque habitacional municipal;

Criar o regulamento municipal de apoio ao arrendamento;

Promover um evento regular multicultural na época natalícia;

Privilegiar a intervenção das associações culturais e recreativas como agentes indispensáveis para uma visão de futuro das comunidades do concelho;

Apoiar e fomentar a prática amadora do desporto, em articulação com associações e clubes;

Promover o desporto adaptado;

Prosseguir a promoção da prática de exercício físico em todas as idades enquanto componente essencial de um estilo de vida saudável;

Apoiar eventos desportivos que contribuam para a competitividade do concelho;

Manter os parques infantis em boas condições de funcionamento, em colaboração com as juntas de freguesia;

Dinamizar um "BANCO DO VOLUNTARIADO MUNICIPAL", destinado a inscrição e formação de voluntários sociais, em ligação com todas as IPSS do Município.

Município de diálogo, cidadania e participação democrática

Gerir com rigor, transparência e contenção os recursos da autarquia, com o objetivo de reequilibrar as contas municipais;

Implementar programas e orçamentos participativos, numa lógica de governação de "todos com todos";

Efetuar atendimentos descentralizados nas freguesias pelos vereadores;

Criar o Conselho Municipal Sénior;

Reforçar os laços de colaboração com os outros municípios das Terras do Infante (Aljezur e Vila do Bispo), com a concertação de políticas, projetos e candidaturas conjuntas que promovam o desenvolvimento económico equilibrado e sustentável;

Manter uma participação ativa e proactiva nos projetos da AMAL (Associação de Municípios do Algarve);

Cooperar com as associações de defesa dos animais nas suas atividades e criar a figura do Provedor Municipal para os animais.

Município de história, da arte e da cultura

Continuar a valorizar a identidade da cidade de Lagos como cidade berço dos Descobrimentos, promovendo conferências, edições de livros, investigação histórica;

Cuidar, valorizar e promover o património edificado, tornando-o uma mais-valia para a promoção turística do concelho;

Promover a obra de Sophia de Mello Breyner Andersen e a sua profunda ligação a Lagos;

Promover o livro e a leitura, levando a biblioteca junto das pessoas (praias, espaços públicos);

Reanimar o Núcleo Museológico do Armazém do Espingardeiro;

Ampliar e valorizar o espaço museológico do Mercado dos Escravos, no contexto da rota internacional dos escravos (em colaboração com as Escolas, as Universidades e a UNESCO);

Apoiar a investigação histórica e divulgar os valiosos achados arqueológicos do concelho;

Identificar, inventariar e preservar através de instrumento normativo municipal as cantarias históricas da cidade/ concelho;

Criar roteiros da arte pública e dos monumentos do concelho;

Melhorar as condições de exposição do espólio do Museu Municipal e apostar em exposições temáticas periódicas em articulação com outros equipamentos municipais;

Promover a certificação e classificação da doçaria local como património imaterial, em colaboração com a Direção Regional de Cultura do Algarve;

Reativar a Mostra dos Artistas de Lagos (MALA), apoiar as associações e os artistas residentes e criar condições para a formação de novos públicos para as artes;

Criar um inventário das tradições, costumes e património imaterial do concelho, em articulação com os outros municípios das Terras do Infante;

Iniciar uma política cultural de futuro, podendo, além da Música retomar a aposta nas Artes Plásticas com um “evento bienal” que possa traduzir a nova marca de Lagos XXI.

Município abraçado pelo mar

Apoiar e valorizar a requalificação das atividades marítimo-turísticas;

Apoiar e incentivar os desportos náuticos;

Pugnar junto do governo central pela requalificação do Porto de pesca;

Apoiar a investigação nas ciências do Mar, em colaboração com a Universidade do Algarve;

Pugnar pela mudança de estatuto da caravela Boa Esperança, estacionada em Lagos, de forma a poder ser utilizada em atividades turísticas e educativas;

Desenvolver formas de cooperação entre todos os que trabalham nos setores ligados ao mar, de modo a melhorar a cadeia de valor e a promoção turística;

Prosseguir a melhoria das condições ambientais das praias do concelho e da acessibilidade para todos;

Introduzir na programação cultural temáticas de valorização do mar, incluindo a realização de uma Semana do Mar;

Celebrar regularmente, em colaboração com as empresas locais, o Dia do Turista;

Reformular e reativar o Conselho Municipal de Turismo, enquanto órgão de consulta do pelouro;

Promover, em estreita colaboração com os empresários e as suas associações, a elaboração e implementação de um Plano de Marketing Estratégico do Concelho.

III – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO E AÇÃO SOCIAL (DECCAS)

A Constituição da República Portuguesa consagra um assinalável conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais, no quadro de um Estado de Direito democrático, que tem como pressuposto, entre outros, a dignidade da pessoa humana e como missão a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Compete, em resumo, ao Estado, através das suas várias formas de organização, entre as quais as autarquias locais e os municípios em particular, assegurar estas tarefas fundamentais e a criação de condições para que os cidadãos possam usufruir dos direitos que lhes estão consagrados. No Município de Lagos este papel está, por força do Regulamento Orgânico e da Estrutura Orgânica publicados por despacho n.º 17309/2011 de 26 de Dezembro, na 2.ª Série do Diário da República, atribuído à Divisão de Educação, Comunicação, Cultura e Acção Social (DECCAS), sendo a norma habilitante das actividades operacionalizadas por esta unidade orgânica reside na actual Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, designadamente:

⇒ o n.º 1 do art.º 23 , segundo o qual o Município tem atribuições, entre outros, nos seguintes domínios:

“...d) Educação;

e) Património, cultura e ciência;

f) Tempos livres e desporto;

g) Saúde;

h) Acção social;

i) Habitação;

...”

⇒ Competindo à Câmara Municipal, entre outras competências materiais elencadas no art.º 33.º:

“...o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

- f) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- hh) Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes;
- ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
- zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

...”

Esta breve nota de enquadramento, não pretendendo aprofundar conceitos legais ou matérias que extravasam o âmbito do presente documento, tem como objectivo único e exclusivo evidenciar o enorme desafio que se coloca em 2014, uma vez mais, ao Município de Lagos, e ao nível da sua estrutura funcional, à DECCAS, face à desproporção entre aquilo que constitui atribuição do Município - em matérias como a Educação, Cultura, Desporto, Habitação e Acção Social - e os condicionalismos de ordem legal e financeira decorrentes da delicada situação financeira da autarquia, que a colocam refém do espartilho de redução da despesa imposto pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e pelo Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) a que Lagos aderiu.

Ao longo dos últimos anos o esforço da autarquia nestas áreas foi dirigido para a redução da despesa por via dos seguintes eixos: racionalização e optimização dos recursos humanos, financeiros e materiais afectos à unidade orgânica; repensar de processos e procedimentos; identificação de prioridades de actuação; aposta no estabelecimento de parcerias com outras entidades e no desenvolvimento de projectos e actividades em rede, com a consequente eliminação de redundâncias. Contudo, o ano de 2014, assim como aconteceu em 2013, condicionado à partida pelo contexto económico e normativo anteriormente mencionado, anuncia um período de maior dificuldade, com eventuais reflexos na qualidade e quantidade de respostas e

serviços prestados à população. Procurar-se-á contrariar esta tendência com um reforço ainda maior ao nível das parcerias e de actuações concertadas, num quadro de articulação e solidariedade institucional com entidades públicas e privadas, mantendo, simultaneamente, uma gestão rigorosa ao nível da utilização/aplicação dos recursos municipais.

Como outras unidades orgânicas da CML, a DECCAS possui um historial de actividades a que importa dar continuidade, bem como um conjunto de equipamentos culturais e património municipal a gerir, que suscitam obrigações ao nível do seu funcionamento (responsabilidade directa da Divisão) e intervenções ao nível da sua manutenção e conservação (responsabilidade partilhada por várias unidades orgânicas) a respeitar, e mesmo qualificar, na medida do possível.

Deverá igualmente sublinhar-se que os serviços prestados pela DECCAS, ao visarem a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente no âmbito da cultura e do lazer, da educação e do desporto, da habitação e acção social, constituem um investimento a médio e longo prazo, insusceptível de rentabilização economicista e, por vezes, de objectivação directa no enquadramento legal que rege o funcionamento das autarquias locais, uma vez que são estas as estruturas de poder que invariavelmente estão na primeira linha de contacto e de apoio às populações e às instituições locais, mesmo em áreas que não são da sua competência directa. Os resultados com o aumento do nível escolar da população ou com a criação de hábitos de consumo desportivo e/ou cultural só serão palpáveis dentro de um período de tempo razoavelmente alargado. Mas constituirão sempre um progresso inequívoco em termos de qualidade de vida e bem-estar das populações do Município, em consonância com os objectivos estratégicos do Executivo.

Habitação e Acção Social

Dando expressão ao compromisso político assumido para Lagos para o quadriénio 2013-2017, que foi sufragado nas recentes eleições autárquicas, é objectivo, nesta área, posicionar Lagos como um Município mais solidário, multicultural e inclusivo, reforçando ou corrigindo programas já existentes de combate à pobreza e exclusão social.

Em 2014, atendendo à conjuntura económica e social que se atravessa, a Habitação e a Acção Social, que se ocupam dos sectores mais desfavorecidos da Município, continuarão a ser sectores prioritários da DECCAS. Uma sociedade nunca será verdadeiramente democrática enquanto no seu seio existirem bolsas de pobreza, de carência, de dependência, de doença, de marginalização. Embora se trate de uma porção minoritária da população, a intervenção ao nível da habitação municipal, do apoio familiar, da prevenção para a saúde, do apoio à infância e à terceira idade, do apoio à integração da imigração e da luta contra a toxicod dependência, deverão estar na primeira linha da actuação da DECCAS. Não sendo possível o correspondente reforço de meios

(nomeadamente financeiros) a que a conjuntura obrigaria, a actuação do correspondente serviço (Unidade Técnica de Habitação e Acção Social) deverá pautar-se por uma metodologia preventiva e educativa, alicerçada em diagnósticos rigorosos e permanentemente actualizados (leia-se “Observatório”), que permitam perceber as tendências e as causas dos fenómenos de pobreza e exclusão social e procurar as respostas mais adequadas para promover uma maior coesão e elevação social, devendo a intervenção paliativa ser sempre encarada como forma pontual de recurso para minimização do impacto negativo da conjuntura económica adversa no bem-estar das famílias e nunca como uma solução definitiva.

Esta estratégia será consubstanciada nos seguintes vertentes, objectivos, **projectos e acções**:

Objectivo 1: Incrementar a dinamização da Rede Social concelhia no combate à pobreza e exclusão (em colaboração com as instituições sociais e freguesias);

Acções:

- Avaliar o grau de cumprimento das acções previstas no Plano de Acção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2011-2013, aprovado em 2012 pelo Conselho Local de Acção Social (CLAS) no âmbito do Programa Rede Social, designadamente em cada um dos eixos de intervenção (Crianças e Jovens; Idosos; Educação e Formação/Qualificação; Pessoas com Deficiência; Imigrantes e Sem-Abrigo; Saúde; e Intervenção Social);
- Proceder à actualização do diagnóstico social do concelho;
- Ponderar, em função da actualização do diagnóstico social, sobre a necessidade de revisão do PDS.

Objectivo 2: Adequar as respostas sociais do Município às necessidades sociais do concelho, em estreita articulação com as várias entidades públicas e privadas com responsabilidade no desenvolvimento da acção social.

Acções:

- Revisão/actualização do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos ou Dependentes na área do Município de Lagos, actividade crítica e indispensável para garantir o devido suporte normativo dos apoios sociais a atribuir pelo Município, alicerçar a apreciação técnica e as consequentes propostas de intervenção social, assegurar critérios equitativos e transparentes na atribuição dos apoios, bem como tipificar as respostas possíveis em função dos recursos disponíveis da autarquia e, de forma mais abrangente, disponíveis em regime de parceria com outras entidades (actividade inscrita em Plano em 2013 mas não concretizada devido a condicionalismos de ordem diversa);
- Reforço do diálogo e da concertação de estratégias de intervenção social com outros parceiros públicos e privados, nomeadamente no âmbito da Rede Social, do Núcleo Local de Inserção (NLI) e das estruturas que vierem a ser criadas no âmbito das Redes Locais

de Intervenção Social (RLIS), previstas no Despacho n.º 12154/2013 de 11 de Setembro (publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 184 — 24 de setembro de 2013) de acordo com as regras de operacionalização e formas de financiamento que vierem a ser definidas pelo Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, IP, assim como o estabelecimento e/ou aprofundamento de outras parcerias mais ou menos formais.

- Prestação de suporte (apoio técnico e logístico) ao funcionamento da Rede Social e do Conselho Local de Acção Social (CLAS), da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), do Banco de Recursos “Lagos + Solidário” e de outros equipamentos/serviços/respostas a criar em regime de parceria;

Objectivo 3: Afirmar Lagos como um Município inclusivo

Acções:

- Manutenção e dinamização da prestação de serviços direccionados a segmentos específicos da população (CLAII - Imigrantes; GAPI - Idosos; SIM-PD – pessoas com deficiência), adoptando, nas áreas e relativamente às populações em que tal se justifique, formas de atendimento personalizadas e descentralizadas.
- Renovar as parcerias com as IPSS criando respostas sociais que permitam complementar, designadamente no que concerne à população infantil e juvenil portadora de deficiência, os apoios já previstos ao nível da acção social escolar e das estruturas de educação especial.

Objectivo 4: Garantir a coesão e elevação social da população residente em urbanizações municipais

Acções:

Aprofundamento da abordagem multidisciplinar já iniciada às questões de gestão do parque habitacional municipal, designadamente ao nível do eixo “conservação e manutenção” (envolvendo outras unidades orgânicas da autarquia no levantamento das carências de reabilitação e na procura de meios para promover as intervenções necessárias e no planeamento das mesmas) e do eixo “trabalho de proximidade” (envolvendo as várias áreas de formação dos recursos humanos afectos à UTHAS), com vista à preservação do património municipal e à elevação das condições de vida (bem-estar social) dos agregados familiares residentes.

Objectivo 5: Desenvolver actividades de prevenção da doença e promoção da saúde.

Acções:

- Apoiar através da cedência de terrenos e de outras formas de apoio compatíveis com o quadro financeiro do Município a criação de respostas sociais na área da saúde mental (sendo de destacar, neste âmbito o protocolo já assinado entre o Município e a ASMAL a que importa dar continuidade e concretização);

- Aumentar a colaboração com o Centro de Saúde de Lagos em actividades de prevenção da doença e de promoção da saúde, designadamente no âmbito de projectos já existentes - leia-se “Saúde em Movimento” e projectos educativos desenvolvidos junto da população escolar - que visam, respectivamente, criar as condições para um envelhecimento activo da população, combater o sedentarismo e a obesidade infantil e sensibilizar para a adopção de hábitos de vida saudáveis que consigam minimizar a incidência de determinadas doenças actualmente consideradas flagelos sociais.

Educação

Em segunda linha de prioridades da DECCAS mantém-se a Educação (a cargo da Unidade Técnica de Educação, Juventude e Desporto - UTEJD), visando a mais ampla promoção do sucesso educativo entre a população em idade escolar do Município, a formação para a cidadania e a elevação social das novas gerações, que se desejam activas e participativas na construção de uma sociedade sustentável, num mundo que é cada vez mais competitivo e global. O desenvolvimento integral da pessoa humana não pode dispensar um prolongado período de educação / formação, que, sobretudo nas crianças e nos jovens, mas também nos adultos, deverá ser incentivado, apoiado, acompanhado. Como meta mínima no âmbito da Educação, deverá sempre encarar-se a redução do abandono e do insucesso escolar e, conseqüentemente, a escolarização obrigatória integral das populações. E uma tal meta necessita evidentemente de meios e de recursos, materiais e humanos, muito alargados, incompatíveis com os actuais constrangimentos financeiros, pelo que também nesta área a palavra de ordem será, uma vez mais, a optimização dos recursos existentes, a articulação com as várias entidades parceiras, de âmbito local e regional, e o diálogo com os agentes educativos, privilegiando as responsabilidades decorrentes das competências próprias do Município e das competências para este transferidas, mas procurando, igualmente, na medida do possível, dinamizar acções e projectos que visem proporcionar um complemento e enriquecimento formativo das crianças e jovens.

Esta estratégia será consubstanciada nas seguintes **vertentes, projectos e acções**:

- Planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho – a monitorização da Carta Educativa foi aprovada no decurso de 2012, pelo que a sua actualização está prevista acontecer apenas em 2016/2017, encontrando-se o documento eficaz, devendo constituir o referencial por excelência das decisões que venham a ser tomadas em matéria de rede educativa.
- Prestação de suporte (apoio técnico e logístico) ao Conselho Municipal de Educação (CMEL), órgão consultivo ao qual serão submetidas propostas e planos de acção específicos no âmbito da política educativa local;

- Atribuição de subsídios/auxílios económicos, definidos em Plano de Acção Social Escolar, aos alunos abrangidos no 1.º Ciclo de Escolaridade;
- Proporcionar os transportes escolares, adequando os meios existentes ao transporte dos alunos de acordo com as suas necessidades de deslocação;
- Apetrechar, manter e garantir o funcionamento dos refeitórios escolares, bem como o fornecimento de refeições e lanches aos alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, observando todas as normas em matéria higieno-sanitária e de controlo de qualidade aplicáveis;
- Garantir o funcionamento adequado dos refeitórios dos estabelecimentos de 2.º e 3.º ciclos em cumprimento dos requisitos legais;
- Colaborar em pareceres que visem projectos e construção de estabelecimentos de ensino, função actualmente com menos expressão, ganhando dimensão as questões de gestão e manutenção dos estabelecimentos já existentes;
- Sinalizar junto dos serviços e entidades competentes as necessidades de manutenção e conservação dos estabelecimentos de ensino, visando a qualidade e segurança dos espaços escolares;
- Apetrechar as escolas com equipamento básico;
- Apoiar o funcionamento das estruturas educativas, designadamente no que respeita às despesas de funcionamento e desenvolvimento do seu plano de actividades e à dotação dos recursos humanos necessários à actividade escolar (pessoal não docente do pré-escolar ao 3.º ciclo);
- Dinamizar, em parceria com outras entidades, projectos lúdico-educativos e actividades pontuais de informação e sensibilização na área da educação ambiental, cultural, para a segurança, para a saúde e para a cidadania, apostando, cada vez mais nas actividades de planeamento e divulgação, que se afiguram críticas para a adesão das escolas e sucesso dos projectos;
- Dar continuidade ao programa das actividades de enriquecimento curricular (AEC) aprovado para o ano lectivo 2013/2014, promovendo a divulgação pública do trabalho desenvolvido nesta área com vista ao envolvimento de toda a comunidade escolar (exposições e convívios), e apoiar, emitindo parecer, a decisão a tomar nesta matéria para o ano lectivo 2014/2015 de acordo com os termos que vierem a ser fixados pelo Ministério da Educação e estabelecendo para o efeito parcerias com entidades locais;
- Proporcionar a componente de apoio à família relativamente às crianças em idade pré-escolar, apoio esse traduzido no fornecimento de refeições e lanches, bem como no prolongamento de horário;
- Assegurar o funcionamento de outras estruturas de apoio lúdico (Ludotecas) que visam o desenvolvimento de competências e a socialização das crianças, constituindo mais uma forma de apoio às famílias;

- Prestar apoio psicológico e psicopedagógico ao nível do 1.º CEB, conforme previsto nos protocolos de colaboração celebrados com os Agrupamentos de escolas do concelho, acompanhando e otimizando o processo de aprendizagem, bem como a promoção do desenvolvimento global das crianças.
- Em matéria de projectos de sensibilização ambiental, manter o apoio à criação e funcionamento de hortas urbanas de iniciativa municipal, assim como prestar aconselhamento a outras entidades de âmbito educativo e social (escolas; IPSS) que desenvolvam projectos de educação ambiental e/ou integração social com esta componente.

Juventude

A prossecução de políticas para a juventude é outra das áreas de intervenção da DECCAS, sendo operacionalizada pela Unidade Técnica de Educação, Juventude e Desporto/Serviço de Juventude e Desporto e tendo como equipamento de referência e contacto com o público o Espaço Jovem. Em 2014 assinala-se o **10.º aniversário do Espaço Jovem**, data que justifica a apresentação de um balanço da actividade desenvolvida no decurso destes 10 anos de existência e a dinamização de um programa comemorativo (de âmbito cultural, desportivo, recreativo e formativo), a desenvolver nos meses de abril e maio, ao qual se poderá associar, pendente das parcerias e apoios que se consigam reunir, a divulgação das acções desenvolvidas pelas associações locais, no âmbito cultural, recreativo e desportivo para a população jovem do concelho.

Pretende-se, ainda, nesta área continuar a assegurar serviços e instrumentos de informação aos jovens, facilitando o seu conhecimento de oportunidades e de mecanismos específicos de apoio existentes em diversos âmbitos, bem como promover o associativismo e o voluntariado de natureza cultural, social e/ou desportiva, criando as condições para o seu desenvolvimento.

A ocupação dos tempos livres constitui outra das vertentes actuais e necessárias da programação e oferta do Espaço Jovem.

Neste âmbito merece destacar as seguintes **vertentes, projectos e acções**:

- **Programa de apoio à aquisição de material/equipamento** – pretende-se continuar a dotar o Espaço Jovem de materiais importantes para o desenvolvimento de actividades de cariz lúdico-pedagógicas, e de equipamento informático e software que permita reforçar o acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação, com vista ao combate à info-exclusão, enquanto elemento essencial de promoção da igualdade de oportunidades para todos os jovens. Dadas as limitações de carácter orçamental nesta área a estratégia para 2013 passa pela manutenção e preservação do equipamento já existente e pela

reposição, na medida do possível, do equipamento informático que tem vindo a ser abatido.

- **Programa de apoio à manutenção** – a “idade” do edifício da antiga escola Gil Eanes, local onde o Espaço Jovem actualmente se encontra instalado, exige alguns cuidados ao nível do melhoramento da funcionalidade das instalações e reparação de alguns espaços interiores que sofrem anualmente um desgaste significativo, tornando-se de grande necessidade uma manutenção continua. Face às limitações orçamentais e financeiras do Município procurar-se-á envolver neste domínio as associações residentes e angariar patrocínios para o efeito.
- **Programa de apoio ao funcionamento** – nesta área será dada especial atenção às condições de segurança bem como ao apoio às associações e clubes residentes no Espaço Jovem, estabelecendo, através de documento normativo (Regulamento ou Normas de funcionamento), as regras de funcionamento do equipamento e de utilização dos espaços cedidos a título pontual/temporário, bem como dos espaços cedidos de modo mais permanente através de contrato de comodato.
- **Programa de apoio às actividades** – neste âmbito o projecto de referência continuará a ser o “Viver o Verão” através do qual se procura, anualmente, no período de férias escolares de Verão, promover actividades de ocupação dos tempos livres que proporcionem aos jovens oportunidades de participação em actividades salutareas e um primeiro contacto com o mundo do trabalho, evitando assim o desvio para práticas de risco. Este projecto tem igualmente como objectivo ocupar com actividades lúdico-pedagógicas dois grupos etários (as crianças dos 6 aos 15 anos e jovens com idade a partir dos 16 anos), enquadrando os mesmos numa resposta de elevado pendor social na medida em que representa um apoio às famílias. O formato da edição de 2014 terá de ser adaptado aos condicionalismos de ordem financeira existentes, perspectivando-se o seu desenvolvimento e implementação através do estabelecimento de novas parcerias. Prevê-se igualmente dar continuidade à realização de actividades de ocupação dos tempos livres para crianças e jovens nas interrupções lectivas (ateliers de férias de Natal e Páscoa), bem como ao atelier de expressão plástica, proporcionando aos jovens oportunidades de participação em actividades salutareas e evitando, assim o desvio para práticas de risco. Acolher-se-ão igualmente no Espaço Jovem workshops e acções de formação em diversas áreas (expressão artística e outras), a realizar em regime de auto-financiamento, proporcionando aos jovens oportunidades de participação em actividades educativas não formais como forma de enriquecimento pessoal ou até curricular.
- **Programa de Apoio a Acções de Sensibilização** – procurar-se-á, igualmente, dar continuidade à realização de acções de sensibilização sobre temas de interesse a abordar junto da população jovem, tendo como temas possíveis a formação profissional, participação e cidadania, associativismo, voluntariado, educação para a saúde, mobilidade

e intercâmbio, ambiente, igualdade de direitos e oportunidades, acesso à cultura, entre outros.

- **Programa de Apoio à Dinamização Sócio-Educativa e Cultural** – neste âmbito será dado suporte (apoio técnico e logístico) ao funcionamento do Conselho Municipal de Juventude de Lagos, procurando afirmar cada vez mais este órgão como representante dos interesses dos jovens de Lagos, para que dele surjam propostas que ajudem a dar resposta a variadas questões, bem como criar condições para os jovens intervirem e darem o seu contributo para o desenvolvimento do concelho. A dinamização do Banco de Voluntariado de Lagos é outra das responsabilidades do Espaço Jovem. Através dele procurar-se-á proporcionar aos jovens (e aos menos jovens) experiências de aprendizagem intercultural de carácter não formal, incentivando a sua integração social e a sua participação cívica activa, dando-lhes oportunidades de demonstrar solidariedade para com outras pessoas. Para tal será dada especial atenção à dinamização de acções que visem não apenas a inscrição de voluntários, como igualmente de entidades receptoras, e a aquisição dos conhecimentos e competências necessárias por via da realização de acções de formação adequadas para os voluntários.
- **Programa de Apoio ao Associativismo** – neste âmbito manter-se-á o apoio logístico a projectos pontuais e regulares das associações e clubes locais que visem promover actividades de ocupação dos tempos livres, proporcionando aos jovens oportunidades de participação em actividades salutareas e evitando, assim, o desvio para práticas de risco.
- **Programa de Apoio a grupos informais de jovens** – inserem-se neste capítulo o Núcleo de Aerografia, que funciona em permanência, e o apoio a novos projectos e constituição de núcleos que procurem fomentar o espírito associativo nos jovens, promovendo a sua participação e responsabilização na concretização dos seus projectos.
- **Programa de apoio à cedência e aluguer de espaços** – o Espaço Jovem continuará a disponibilizar espaços para a realização de acções formativas, dando prioridade àquelas que visem a qualificação da população activa ou a outras entidades, podendo daqui resultar alguma receita que permita minimizar as despesas de manutenção e funcionamento do edifício.

Desporto

O desporto é uma actividade transversal a toda a população do Município, já que associa simultaneamente a componente educativa, às componentes de saúde e de lazer, para além de uma vertente competitiva sempre implícita. Pretende-se neste âmbito dinamizar programas, projectos e acções que visem: apoiar e fomentar a prática amadora do desporto, em articulação com associações e clubes; promover o desporto adaptado; prosseguir a promoção da prática de exercício físico em todas as idades, enquanto componente essencial de um estilo de vida saudável; e apoiar eventos desportivos que contribuam para a competitividade do concelho.

A DECCAS terá em 2014 uma preocupação com o desenvolvimento e a difusão das actividades desportivas no Município (a cargo da Unidade Técnica de Educação, Juventude e Desporto - Serviço de Juventude e Desporto), dando continuidade a projectos e actividades já devidamente consolidados, de modo a evitar a dispersão de recursos e a maximizar o seu impacto/benefício. Os serviços manterão o mesmo nível de actuação, desenvolvendo quer as componentes do desporto escolar, quer o apoio ao associativismo desportivo, quer os programas ligados à saúde e à terceira idade. Uma especial atenção será atribuída ao incentivo das associações e dos clubes locais, procurando-se, simultaneamente, disciplinar a colaboração a essas entidades, que se deverá consubstanciar num rigorosa política de atribuição dos apoios definidos nas “Linhas de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo para a temporada/época de 2013/2014” (cedência de instalações desportivas; transportes; apoio logístico a eventos), não estando prevista a atribuição de subsídios face à situação financeira do Município e às limitações decorrentes do quadro legal vigente e do PAEL. A articulação com a LAGOS-EM-FORMA, EEM, entidade do sector empresarial local que tem a seu cargo a gestão das instalações desportivas é outra das áreas de intervenção em matéria desportiva. Acresce, ainda, referir a necessidade de adaptação do formato dos projectos e actividades ditada pelos condicionalismos de ordem financeira, fazendo depender cada vez mais a concretização dos mesmos da intervenção directa e exclusiva dos técnicos da área de desporto afectos a esta unidade orgânica.

Neste âmbito merece destacar as seguintes **vertentes, projectos e acções**:

- Na **componente educativa** merecem destaque os seguintes projectos: Crescer em Movimento, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças em idades precoces, através da prática regular de actividades motoras; Expressão e Educação Física Motora (Patinagem e Adaptação ao Meio Aquático), que visa proporcionar aos alunos no 1.º ciclo aprendizagens no âmbito do Programa Nacional de Expressão e Educação Físico-Motora; a Actividade Física e Desportiva praticada no âmbito das AEC sob a orientação de professores afectos ao projecto através de protocolo estabelecido com os clubes desportivos do concelho (programa referido no capítulo da Educação e participado pela Direcção Regional da Educação); o projecto Escola Activa, no âmbito do programa de combate à obesidade infantil na região do Algarve, que envolve os alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, visando a melhoria da qualidade de actividade física e desportiva dos alunos, o combate ao sedentarismo e a promoção de estilos de vida activos e saudáveis; o apoio ao programa de Desporto Escolar e aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE); o acolhimento e acompanhamento de estagiários dos cursos técnicos de desporto no âmbito de protocolos celebrados com várias instituições de ensino; e o apoio a iniciativas de âmbito desportivo dinamizadas pelas várias escolas do concelho.
- Na área da **Saúde e Lazer** será dada continuidade aos seguintes projectos: “Saúde em Movimento”, projecto integrado na candidatura “Lagos na Rota do Envelhecimento Activo”

que foi distinguida em 2012 a nível nacional com o prémio «Para a construção de ambientes favoráveis a pessoas idosas» no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações; as Marchas Passeio, que visam melhorar a condição física aliada ao lazer e contacto com os recursos naturais do concelho e da região; e a dinamização do Centro Municipal de Marcha e Corrida, espaço físico instalado no Estádio Municipal de Lagos que visa informar e encaminhar a população em geral para a prática da actividade física em percursos recomendados e/ou espaços/equipamentos disponíveis para o efeito.

- Na área do **Associativismo Desportivo** procurar-se-á criar as condições para o seu desenvolvimento, apoiando as entidades promotoras do desporto concelhio conforme documento orientador a aprovar pelo Município no início de cada época desportiva (Linhas de Apoio ao Associativismo), o que se traduz, na época desportiva de 2013/2014 na cedência de instalações para a prática regular da actividade (treinos e competições), na cedência de transporte e no apoio logístico às actividades dos clubes, nos termos e condições já conhecidos dos clubes e da população em geral. Será igualmente dada continuidade à organização de eventos como o Circuito Cidade de Lagos em Atletismo.
- Na área do **Planeamento e Equipamentos Desportivos** enquadram-se a gestão dos protocolos celebrados com várias entidades, a colaboração com a LAGOS-EM-FORMA no que se refere à gestão da utilização das instalações desportivas no âmbito do programa de apoio ao associativismo desportivo e dos projectos dinamizados pela própria autarquia, bem como o acompanhamento ao nível das condições de utilização dos espaços de jogos e recreio, identificando as necessidades de manutenção e garantindo o cumprimento dos demais requisitos legais e de segurança aplicáveis a estes equipamentos. Também neste âmbito merece destacar a **necessidade de revisão/actualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Lagos** (PEDD), alicerçada na avaliação/análise crítica dos resultados alcançados em cada um dos eixos de intervenção, na actualização do diagnóstico e numa reflexão que deverá envolver a participação activa dos agentes desportivos assim como da comunidade local em geral.

Cultura e Turismo

A actividade a desenvolver neste âmbito terá que ter presente, em permanência, a necessidade de afirmação e valorização da identidade cultural local, como factor de desenvolvimento cultural e social da população, mas também como factor de diferenciação turística, potenciador do desenvolvimento da actividade económica. Faz sentido, neste âmbito apostar cada vez mais na valorização dos recursos e agentes culturais endógenos, privilegiando a intervenção das associações culturais e recreativas como agentes indispensáveis para uma visão de futuro das comunidades do concelho, e no estabelecimento de parcerias com outras entidades (do concelho e

da região) que permitam conferir escala e maior capacidade de atracção à programação cultural local.

As áreas da dinamização cultural e turística desempenham uma importância estratégica na actividade municipal decorrente do posicionamento assumido pelo município através da marca “Lagos dos Descobrimentos” a qual tem implícita uma estratégia de afirmação da sua identidade histórico-cultural (Município de história, da arte e da cultura) e de diferenciação da sua oferta turística, numa perspectiva de conquista de novos segmentos do mercado e de combate ao fenómeno da sazonalidade e consequentes efeitos nefastos na economia local. Não obstante, a dinamização cultural e turística foi, e continuará a ser, apesar dessa importância estratégica, a área mais afectada pela conjuntura económica e financeira global e do município, o que condiciona drasticamente a programação a apresentar.

Nesta conjuntura a aposta para 2014 continuará a passar: pela dinamização dos equipamentos culturais, que são também uma forma indirecta de dinamizar o centro histórico da cidade e o comércio tradicional; pela criação de condições, designadamente ao nível da cedência de espaços e de apoio logístico, que permitam o desenvolvimento do associativismo cultural; pela cada vez maior articulação da programação entre os vários agentes culturais locais e regionais; pelo estabelecimento de parcerias à escala local e regional; pelo acolhimento de espectáculos/artistas em regime de itinerância que estejam disponíveis para mostrar o seu trabalho em Lagos assumindo o risco da realização de um espectáculo “à bilheteira”, havendo registo, nos últimos anos, de experiências muito bem sucedidas e de uma maior abertura por parte dos artistas e das entidades promotoras para encararem esta possibilidade, face aos impedimentos de contratação por parte das autarquias. Não obstante as limitações de ordem financeira, procurar-se-á, igualmente, reunir os meios necessários para assegurar o funcionamento, manutenção e conservação dos equipamentos culturais, cumprindo os parâmetros de qualidade que os utilizadores naturalmente esperam e exigem.

Neste âmbito merece destacar as seguintes **vertentes, projectos e acções**:

- **Programação cultural** - incluirá a condigna celebração de datas simbólicas e festivas do Município (27 de Janeiro – Elevação de Lagos a Cidade; 25 de Abril; Festa do Banho 29; Feriado Municipal; Quadra Festiva do Natal; entre outras); depois, a continuidade dos eventos-âncora do concelho, designadamente a Feira Concurso Arte Doce (com periodicidade anual) e o Festival dos Descobrimentos (a realizar com periodicidade mais alargada, devido à maior complexidade de programação e envolvimento de recursos, afigurando-se, por isso, o ano de 2014 como o ano de preparação/programação desta actividade), cuja realização está fortemente condicionada pelos apoios, patrocínios e parcerias que venham a ser conseguidos; e, em termos de eventos concretos, estarão

contempladas, na programação cultural da responsabilidade da autarquia e de outras entidades a que o município presta o seu apoio, as mais diversas áreas culturais (música, teatro, literatura, dança, história, ciência, pintura, fotografia, cinema, animação de rua, gastronomia, festividades de carácter popular e religioso) e as mais variadas formas de intervenção (concertos, exposições, conferências, seminários, oficinas, festivais, feiras).

- **Apoio ao associativismo cultural** - uma especial atenção deverá ser atribuída às agremiações locais, procurando-se incentivar a criação, a produção e a animação culturais a nível local / regional, promovendo a pluralidade de expressões artísticas e a diversidade de padrões estéticos. Entretanto, será importante continuar a disciplinar a colaboração com as entidades culturais, que se deverá consubstanciar num rigorosa política de atribuição de apoios, em consonância com as Linhas de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo para a temporada/época em curso (2013/2014) e as que venham a ser definidas para a temporada seguinte. Esta política não dispensa um diálogo intenso e permanente com os actores culturais locais, antevendo-se útil e necessária a instituição de uma entidade consultiva (na forma de grupo de trabalho ou outra a definir) que permita dar continuidade e expressão a esse trabalho.
- **Afirmção da marca “Lagos dos Descobrimentos** - a dinamização cultural deverá ter em conta a problemática dos Descobrimentos, de forma a dar expressão ao lema municipal de “Lagos dos Descobrimentos”. Neste aspecto, a intervenção da DECCAS passará por diversas fases, em articulação entidades locais, regionais e nacionais (e eventualmente internacionais) vocacionadas para esta área, assumindo um papel prioritário o projecto do Museu da Escravatura de Lagos, a desenvolver no âmbito do protocolo de colaboração assinado entre o Município e o Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento e com a supervisão técnica do Comité Português do projecto UNESCO “A Rota do Escravo”, estando previsto um pólo principal correspondente ao Núcleo Museológico do Mercado de Escravos (com a ampliação da exposição e sua distribuição pelos dois pisos do edifício) um Memorial da Escravatura, a dinamização do Centro Unesco de Lagos e outras intervenções, todas elas dependentes de financiamento a definir por via das candidaturas apresentadas pelo Município no âmbito da Área de Reabilitação Urbana de Lagos (ARU) e/ou de patrocínios. Nesta área específica, e numa componente de dinamização cultural, deverá ser destacada a importância da Caravela Boa Esperança, que, embora com futuro incerto quanto ao seu modelo de gestão, continuará certamente a ser palco de regulares eventos culturais e educativos, relacionados com o mar, a ciência e os Descobrimentos, e o Festival dos Descobrimentos já referidos a propósito da programação cultural.
- **Equipamentos culturais** – a este nível, destaque, em primeiro lugar, para o Centro Cultural de Lagos, que, para além de servir como repositório de iniciativas diversas, deverá continuar a desenvolver uma programação própria de eventos expositivos e de animação

cultural. Depois, surgem outros equipamentos, como a Biblioteca Municipal e os seus diversos pólos, que, para além de depósitos bibliográficos, deverão funcionar como activos promotores da leitura, estendida esta como uma componente indispensável a uma vida com qualidade. Ainda no âmbito das actividades culturais, a DECCAS manterá contactos regulares com o Centro Ciência Viva de Lagos, de modo a aproveitar as sinergias que um equipamento desta natureza poderá desencadear a nível local no domínio da Cultura e da Educação. Continuarão igualmente disponíveis os espaços dos Antigos Paços do Concelho e do Posto Municipal de Exposições, procurando-se que estes sejam uma montra por excelência da criação e produção artística local, designadamente ao nível das artes plásticas, na continuidade da herança da MALA – Mostra de Artistas Lacobrigenses, cujo conceito terá de ser forçosamente adaptado e repensado face aos condicionamentos financeiros actuais.

- **Promoção do livro e da leitura** - Nunca será demais realçar a extrema importância do livro e da leitura na educação, na formação e no lazer dos munícipes de Lagos. As estatísticas de procura da biblioteca e do empréstimo/consulta de livros e documentos ao longo do ano 2012 evidenciam uma tendência de crescimento, quiçá também fruto da crise que se atravessa, fazendo com que os leitores voltem a procurar estes espaços de partilha economicamente mais acessíveis em detrimento da aquisição de livros no mercado livreiro. Haverá, pois, que rentabilizar esta oportunidade de crescimento mantendo a dinamização de iniciativas de promoção do livro, dos autores e da leitura, e reforçando a ligação activa já existente entre a Biblioteca Municipal e as Escolas do Município. O Concurso Literário Sophia de Mello Breyner é uma aposta já ganha neste âmbito, prevendo-se a sua continuidade nos anos lectivos 2013/2014 e seguintes, após uma interrupção motivada por dificuldades de ordem logística, que foram ultrapassadas através da redefinição do formato do concurso em função dos apoios expectáveis. Merece referir igualmente as exposições temáticas, as acções de leitura dinamizada, as sessões de poesia, conferências, feiras (de livros e de colecionáveis), as sessões de cinema e as comemorações de efemérides ligadas ao tema. A incorporação de novos títulos continuará a ser feita preferencialmente na base das doações, das permutas com outras entidades e dos patrocínios. Destaque ainda para o projecto que tem levado a Biblioteca Municipal “fora de portas”, indo ao encontro dos cidadãos em serviços e espaços improváveis (Feiras de Doçaria e Artesanato; Praias; Centro de Saúde; Lares de Idosos; Mercados de Peixe, Frutas e Legumes), procurando captar novos leitores e dinamizar culturalmente esses espaços de vivência colectiva quotidiana.
- **Turismo** – face aos reduzidos ou inexistentes recursos financeiros e materiais para aplicar nesta área, a atenção da DECCAS centrar-se-á: no apoio ao funcionamento do Posto de Turismo de Lagos; no bom acolhimento de grupos turísticos em visita a Lagos, com vista à construção de uma imagem favorável de Lagos; no tratamento célere de pedidos de

informação apresentados por jornalistas de imprensa especializada ou por entidades com responsabilidades ao nível da promoção turística; na articulação com a Entidade Regional de Turismo do Algarve e demais estruturas com responsabilidades sectoriais; no reforço da informação turística disponível online; na reactivação da Comissão/Conselho Municipal de Turismo como órgão consultivo para as políticas locais de desenvolvimento do Turismo em Lagos. Paralelamente procurar-se-á: valorizar a ligação histórica, cultural, social e económica de Lagos ao Mar, introduzindo na programação cultural temáticas de valorização do mar, incluindo a realização de uma Semana do Mar; celebrar regularmente, em colaboração com as empresas locais, o Dia do Turista; e promover, em estreita colaboração com os empresários e as suas associações, a elaboração e implementação de um Plano de Marketing Estratégico do Concelho.

Património

O património cultural é o rosto e a identidade de um município. Por isso mesmo, a conservação, a recuperação e a divulgação do património municipal devem constituir outra das prioridades da actuação da autarquia. Por um lado, o património municipal (móvel e imóvel) deverá continuar a ser objecto de inventariação cuidada. Simultaneamente, deverão definir-se prioridades em termos de conservação e de recuperação, atendendo à persistente escassez de meios, face ao gigantismo das tarefas. Enfim, deverão delinear-se estratégias diversificadas de divulgação do património, visando sensibilizar a população, e nomeadamente a população escolar, para a importância da nossa memória histórico-patrimonial, através de variados meios. Sendo inviável a publicação de monografias sobre os diversos elementos do património edificado lacobrigense, ou sobre colecções específicas do Museu Municipal, deverá apostar-se em publicações electrónicas, divulgadas através da internet. Sempre que possível, deverão equacionar-se outras acções de divulgação (palestras, seminários, exposições). Edificações providas de grande simbolismo, como as Muralhas de Lagos, a Fortaleza da Ponta da Bandeira, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de Santo António, deverão ser objecto de estudo, de valorização, de divulgação, como emblemáticos monumentos lacobrigenses. A arte pública existente em Lagos é outra das áreas a abranger no projecto de inventariação patrimonial, com vista à posterior manutenção e requalificação. O património arqueológico municipal deverá ser objecto de cuidadoso levantamento, com vista à respectiva conservação, e eventual divulgação sob forma a estudar em função dos meios disponíveis. A DECCAS continuará, assim, a desenvolver actividades no domínio museológico. Por um lado, através da paulatina reorganização / recuperação do Museu Municipal, que continua a necessitar de intervenções urgentes. Por outro lado, através da dinamização de outros pólos museológicos, como o Mercado de Escravos, ou centros de interpretação, como a Fortaleza da Ponta da Bandeira.

Neste âmbito merece destacar as seguintes **vertentes, projectos e acções**:

- **Parcerias** – prevê-se a participação activa do Município de Lagos/ Museu Municipal Dr. José Formosinho na Rede de Museus do Algarve, estrutura informal constituída por museus integrados na Rede Portuguesa de Museus, outros museus municipais, entidades museológicas do Estado Português e privadas, que visa a promoção do património cultural do Algarve e potenciar o turismo cultural, dinamizando projectos de cooperação entre os museus e da promoção de acções das quais resultem maior eficácia e economia de meios, através da partilha equilibrada e objectivada dos recursos disponíveis. Será também dada continuidade ao processo de credenciação do Museu Municipal Dr. José Formosinho junto da Rede Portuguesa de Museus - que consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica do museu e verificação do cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas na Lei Quadro Lei Quadro dos Museus Portugueses.
- **Manutenção, conservação e valorização do património cultural edificado** – será dada continuidade aos contactos estabelecidos com a Direcção Regional de Cultura do Algarve no âmbito do PRIPALG, com vista à actualização do diagnóstico do estado de conservação dos imóveis e estabelecimento das prioridades de intervenção no património edificado. Paralelamente, constituirá foco de atenção privilegiada a conservação e valorização da Igreja de Santo António, ex-libris da cidade de Lagos, visando a sua rápida reabertura ao público, assim como uma permanente identificação de necessidades de manutenção corrente dos imóveis passíveis de serem executadas pelos serviços municipais. Destaque ainda para os seguintes projectos a encetar em 2014: Apoiar a investigação histórica e divulgar os valiosos achados arqueológicos do concelho; Identificar, inventariar e preservar através de instrumento normativo municipal as cantarias históricas da cidade/ concelho; Criar roteiros da arte pública e dos monumentos do concelho.
- **Toponímia** – será assegurado o suporte técnico, logístico e administrativo às actividades da Comissão Municipal de Toponímia no processo de atribuição de novos topónimos e respectiva divulgação, assim como a resposta às solicitações dos cidadãos relativamente a esta matéria.
- **Centro Ciência Viva de Lagos** – o Serviço de Património Histórico e Museológico constitui o principal elo de ligação entre as actividades da Associação e o Município. Esta ligação deverá merecer eco noutros serviços da DECCAS com vista a uma crescente e melhor articulação da oferta cultural e estabelecimento de sinergias úteis para a promoção de Lagos, a divulgação da ciência e a dinamização de actividades de interesse lúdico-pedagógicas para distintos grupos e faixas etárias da população.
- **Património cultural imaterial** – Promover a certificação e classificação da doçaria local como património imaterial, em colaboração com a Direcção Regional de Cultura do Algarve e Criar um inventário das tradições, costumes e património imaterial do concelho, em articulação com os outros municípios das Terras do Infante.

- **Rede Museológica Municipal** - reanimar o Núcleo Museológico do Armazém do Espingardeiro; melhorar as condições de exposição do espólio do Museu Municipal e do Forte Ponta da Bandeira, apostando em exposições temáticas periódicas em articulação com outros equipamentos municipais; acompanhar o desenvolvimento do projecto de criação do Museu da Escravatura de Lagos, conforme abordado no ponto anterior.

Comunicação

A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece, entre outros aspectos, o regime jurídico das autarquias locais. Na esfera de competências materiais atribuídas à Câmara Municipal estão consagradas competências que determinam a obrigatoriedade de publicitação. Segundo o n.º 2 do art.º 56.º as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, para além de publicadas em edital, *“são ainda publicados no sítio da Internet, no boletim da autarquia local e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da respetiva autarquia, nos 30 dias subsequentes à sua prática,...”*. Compete ainda à câmara municipal, segundo a alínea, zz) do art.º 33.º *“promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município”*.

Embora de modo menos explícito, encontramos no referido diploma legal, o enquadramento para outras vertentes de actuação das autarquias locais em matéria de comunicação institucional, decorrentes das seguintes competências: *“deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”* (alínea o do art.º 33.º); *“assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, (...) a divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, ...”*(alínea f); *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”* (alínea u); *“promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal”* (alínea ff). Acresce à obrigatoriedade legal o interesse da entidade, neste caso da Câmara Municipal de Lagos, em divulgar os seus projectos, acções e serviços, em valorizar a identidade local e em promover os recursos que caracterizam o território sobre sua administração, numa óptica de transparência, enfoque no cidadão e seu envolvimento, bem como de modernização, excelência e competitividade.

Apesar do papel crucial assumido, desde há alguns anos a esta parte, pela comunicação autárquica, considerada nas suas diversas vertentes (informação, publicidade institucional, relações públicas e protocolo) e entendida como uma actividade de suporte a todas as demais, há

que atender igualmente ao quadro económico actual e às condicionantes financeiras por este geradas, que inibem de modo significativo a programação e desenvolvimento de instrumentos de comunicação institucional e de campanhas de informação, promoção ou sensibilização.

Os objectivos operacionais para 2014 reflectem, pois, uma vez mais esta dualidade, por vezes conflituante, mas igualmente estimulante. São igualmente tidas em consideração as orientações estratégicas prioritárias determinadas pela esfera política, designadamente as patentes nos seguintes eixos de acção:

- EIXO 1 - Município Dinâmico, Competitivo e Sustentável – suscitando um trabalho direccionado a públicos-alvo específicos, como sejam os empresários/investidores e outros agentes económicos e forças vivas locais;
- EIXO 3 – Município de Diálogo, Cidadania e Participação Democrática – o que exigirá um esforço permanente de comunicação com o munícipe, para que este possa acompanhar a actividade autárquica e nela participar de modo esclarecido e activamente;
- EIXOS 4 – Município de História, de Arte e de Cultura e 5 – Município Abraçado pelo Mar – áreas que apelam a um reforço da comunicação institucional destinada à valorização da identidade local, à promoção turística do município e à valorização dos seus recursos.

Em 2014 será dado especial enfoque ao site institucional do Município (até ao momento alojado em www.cm-lagos.pt) pela necessidade de migração da informação para uma plataforma que reúna os requisitos técnicos e de manutenção exigíveis, encarando-se esta obrigatoriedade como uma oportunidade para reflectir sobre o percurso percorrido até ao momento nesta área, para identificar fragilidades e potencialidades, apurar necessidades e expectativas, e projectar novas soluções comunicacionais que passem pela revisão e reorganização de conteúdos, pela melhoria da acessibilidade à informação, pela introdução de interactividade e prestação de novos serviços *on line*, na perspectiva da simplificação e racionalização de recursos.

Neste âmbito merece ainda destacar as seguintes **vertentes, projectos e acções**:

- **Promoção e divulgação** - desenvolver a campanha de informação e sensibilização da Bandeira Azul, consolidando as parcerias e patrocínios já conquistados e captando novos apoios e dinâmicas; desenvolver uma estratégia de comunicação que permita disciplinar/profissionalizar a angariação de patrocínios necessários à implementação de outras campanhas e das actividades dinamizadas pela DECCAS nas áreas da cultura, do desporto, da educação, da acção social, entre outras; promover a actividade municipal assegurando a distribuição regular do Boletim Informativo (Electrónico) A Par e Passo, a publicação de informação no site institucional do Município e a difusão através da imprensa; promover a oferta de animação através da distribuição regular da agenda (em formato de newsletter electrónica) Sugestões 5ENTIDOS e da actualização da agenda

online, bem como, quando possível, através de outros suportes de comunicação (impressos; publicidade exterior); tratar e difundir informação turística.

- **Preservar o património fotográfico municipal e divulgar a memória visual local através da dinamização da “Fototeca Municipal” – a prossecução deste objectivo materializa-se nas seguintes actividades:** dar continuidade ao processo de digitalização do arquivo de fotografia em suporte papel e película do Município e à introdução de metadados nos ficheiros resultantes dessa operação, bem como nas fotos digitais; dar continuidade ao carregamento de conteúdos da plataforma de consulta *online* da Fototeca Municipal; responder às solicitações dos cidadãos aplicando o disposto no Regulamento da Fototeca Municipal; promover exposições e outros eventos destinados à divulgação do património fotográfico municipal e, por seu intermédio, à divulgação do património histórico.
- **Promover a realização das actividades protocolares de natureza regular** (Comemorações do 25 de Abril; Comemorações do Dia do Município; assinatura de protocolos; sessões solenes; entre outras) e proporcionar apoio logístico a outras iniciativa com vista à promoção e dignificação da imagem institucional do Município, seus representantes, serviços e colaboradores, bem como ao estabelecimento de relações cordiais entre a autarquia e outras entidades.

IV – DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS (DASU)

Dando continuidade à linha seguida nos últimos anos, os objetivos desta Divisão prendem-se essencialmente com a prestação dos serviços básicos essenciais à população e manutenção do sistema atualmente existente e em vigor.

As orientações apontam para uma redução das despesas e que se encontram espelhadas nas ações previstas para 2014, propondo-se uma meta de 5%.

Na **Unidade Técnico-Ambiental** pretende-se dar continuidade aos procedimentos que se consideram essenciais para a qualidade ambiental do município, pretendendo-se seguir a linha de 2013, procurando-se fazer muitos dos trabalhos recorrendo aos recursos internos.

Continuaremos a dar seguimento às campanhas de educação/sensibilização ambiental, estabelecendo-se parcerias para o desenvolvimento de atividades, procurando-se patrocínios para as mesmas.

Os moldes serão semelhantes a 2013, tendo em conta que os resultados alcançados foram bastante positivos e os custos associados às mesmas foram bastante reduzidos.

Na **Unidade Técnica de Serviços Urbanos** os objetivos estão associados à redução dos custos, mediante a aplicação dos Planos de Manutenção Preventiva das Redes e, também a diminuição das perdas de água para consumo humano.

Por outro lado, pretende-se continuar a dar resposta às competências que nos estão atribuídas, sempre com o objetivo de redução dos custos associados a essas atividades atribuídas nas restantes áreas.

Unidade Técnico-Ambiental

Em 2013 reduziram-se os valores dos contratos de aquisições de bens e serviços, como o número de contratos celebrados, trazendo-se para dentro dos serviço tarefas que, nos últimos anos, tinham sido entregues ao exterior.

Serviço de Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos

Para 2014, os fornecimentos e prestações de serviços previstos, são:

- ✓ Contentores de deposição de RSU
- ✓ Papeleiras
- ✓ Material para reparação e manutenção das ilhas ecológicas
- ✓ Sacos plásticos para uso interno e para as praias
- ✓ Sacos plásticos para dejetos caninos
- ✓ Limpeza urbana
- ✓ Limpeza das zonas balneares
- ✓ Limpeza do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

Os equipamentos de deposição de resíduos a adquirir em 2014 serão em número semelhante a 2013 e, o objectivo da aquisição será a substituição de contentores que se danifiquem ou servir novas zonas, estando os serviços a efectuar a reparação de contentores sempre que possível, no sentido de as quantidades a adquirir serem mínimas.

Serão adquiridas quantidades mínimas de contentores para a recolha hermética e para as praias, assim como de papeleiras para substituir equipamentos que se danifiquem.

Para 2014, os sacos plásticos a adquirir serão apenas para consumo interno e serão necessários quer dos brancos quer dos pretos, pois são utilizados nas limpezas realizadas pelos serviços e também para acondicionar os resíduos em eventos organizados ou apoiados por esta autarquia e também das cores da reciclagem para as zonas balneares.

Quanto aos sacos para os dejetos caninos, assim como para os mini-ecopontos nas praias, estes também serão adquiridos em quantidades semelhantes às de 2013, uma vez que o número de equipamentos irá manter-se.

Serão adquiridos produtos químicos através do concurso geral, desenvolvido pela AMAL e no qual a Câmara está integrada, no entanto, existem ainda outro tipo de produtos, nomeadamente, para as fontes e serviços mais específicos relacionados com limpeza de contentores subterrâneos e de superfície, viaturas de recolha, entre outros, que serão adquiridos à medida das necessidades.

Será ainda necessário proceder à aquisição de materiais diretamente, para garantir a manutenção dos equipamentos e bens em utilização, designadamente, contentores, papeleiras, fontes, sanitários, entre outros.

O concurso de limpeza urbana em vigor irá terminar em maio de 2014, estando a ser preparado novo procedimento, com as mesmas condições dos anos anteriores.

Está em curso um novo procedimento concursal para a manutenção das zonas balneares, válido por 3 anos, pelo que os custos nesta área serão semelhantes aos de 2013, sendo para isso necessário proceder à renovação do contrato nas mesmas condições. Está também em curso o novo procedimento para a limpeza do edifício, o qual será renovado o contrato em 2014.

No que respeita à manutenção dos contentores subterrâneos, tem-se assistido por parte dos nossos serviços, como da ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., informações relativas a problemas existentes, quer com os amortecedores, como com contentores danificados. Deste modo, prevê-se abertura de novo procedimento concursal para a aquisição de materiais/acessórios dos contentores subterrâneos, que possam ser utilizados para a manutenção dos mesmos.

Deverá ainda ser considerada uma verba para aquisição de serviços mais específicos de manutenção das ilhas ecológicas, em que será necessário recorrer ao fornecedor dos referidos equipamentos.

À semelhança do ano 2013, será dada sequência ao correcto encaminhamento dos resíduos perigosos produzidos na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, especificamente, nas oficinas municipais, visando alcançar o tão desejável desenvolvimento sustentável.

Serviço de Promoção Ambiental

Para 2014, as prestações de serviços previstas, são:

- ✓ Desinfestações em espaços públicos.
- ✓ Desinfestações ao abrigo do HACCP para desinfestações em mercados, refeitórios e cantinas escolares.

Durante o ano de 2013, verificou-se que as quantidades de material depositado nos ecopontos foram inferiores aos valores dos anos anteriores. Assim, deverá ser um tema que, continuar-se-á a trabalhar nas campanhas de sensibilização/educação ambiental, pois todo o material que for enviado para reciclagem, não é recolhido pelos serviços camarários e, como tal, não será cobrada a sua deposição em aterro.

Para 2014, o número previsto de ilhas ecológicas a serem instaladas serão inferiores a 2013 e, serão da parte de particulares, pelo que o número de ecopontos de superfície que irão ser libertados será muito reduzido.

Assim, será de continuar a solicitar à ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A. a colocação de mais equipamentos de deposição seletiva no município ou o reforço de alguns

locais que apresentam grandes produções de materiais recicláveis e uma recolha mais assídua dos mesmos.

A Campanha de Sensibilização/Educação Ambiental nas praias galardoadas com Bandeira Azul (Meia Praia, D. Ana, Porto de Mós, Camilo, Praia da Luz e Batata), durante os meses de julho e agosto e que contou com o patrocínio principal das marcas Lipton Ice Tea e Olá, assim como de algumas empresas e unidades hoteleiras (e.g. Multiserviços, Hotel Tivoli, Marina de Lagos, Vila Galé e Intermarché), teve bastante sucesso, pelo que será de continuar com a promoção das referidas campanhas nos mesmos moldes, durante a época balnear de 2014, sendo que esta campanha é, quase na sua totalidade, suportada pelos patrocinadores.

Refere-se ainda uma série de atividades de educação/sensibilização ambiental, cuja comemoração já tem alguma tradição e que se pretende continuar a desenvolver, tais como Comemoração do Dia da Árvore, Dia do Ambiente, Dia Europeu Sem Carros/Semana Europeia da Mobilidade, recorrendo a recursos existentes nos serviços.

Pretende-se continuar a assegurar a monitorização da qualidade das águas balneares na época extra-banhos, assim como a monitorização das areias.

Por outro lado, a adesão aos projectos como Eco-Escolas, ECOXXI, Quality Coast farão parte dos trabalhos para 2014.

Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios

Para o ano de 2014, os fornecimentos e prestações de serviços previstos, são:

- ✓ Fornecimento e aplicação de fitofármacos em palmeiras
- ✓ Fornecimento de produtos fitofármacos e adubos químicos
- ✓ Fornecimento de material de rega
- ✓ Fornecimento de produtos orgânicos
- ✓ Fornecimento de terras agrícolas
- ✓ Prestação de serviços de manutenção de espaços verdes urbanos, na área do Município de Lagos (Lote 1 – Zona Nascente e Lote 2 – Zona poente e Odiáxere).

Os fornecimentos de produtos fitofármacos, adubos químicos, fertilizantes orgânicos, material e equipamento de rega, destinam-se ao consumo interno para tratamento dos espaços verdes, responsabilidade direta deste serviço e também para apoio a entidades como escolas, juntas de freguesia e outras entidades que solicitam apoio a esta Unidade Técnica.

Foram preparados novos procedimentos concursais para os Lotes 1 e 2, e em 2014 os mesmos poderão ser renovados com as mesmas condições de 2013.

Quanto a equipamentos complementares de apoio ao serviço, prevê-se a necessidade de adquirir pequenos equipamentos, tais como máquinas de corte de relva, roçadoras, corta-sebes, motosserras, sopradores e ferramentas de apoio, tudo equipamentos de custo baixo, mas que são essenciais para os trabalhos do dia a dia.

Para os cemitérios será de considerar a necessidade de pequenas intervenções de manutenção. Será ainda de ter em conta o fornecimento de terras, assim como os produtos aceleradores de decomposição de cadáveres, equipamento para abertura das covas no cemitério velho e ferramentas diversas de apoio.

Serviço de Mercados e Feiras

Para 2014, as prestações de serviços previstas, são:

- ✓ Vigilância Mercado da Avenida
- ✓ Sistema de vigilância e deteção de incêndios
- ✓ Manutenção de elevadores e monta-cargas do Mercado da Avenida
- ✓ Manutenção das câmaras frigoríficas
- ✓ Manutenção dos portões
- ✓ Gestão dos subprodutos de origem animal resultante dos mercados municipais

Relativamente à gestão dos subprodutos de origem animal resultantes do amanho do peixe, a legislação em vigor obriga a que esses resíduos tenham um encaminhamento que não a mistura com os resíduos sólidos urbanos. Esta situação está a ser estudada pelos serviços, encontrando-se, neste momento, uma proposta em análise.

Unidade Técnica de Serviços Urbanos

Serviço de Gestão e Manutenção da Rede de Águas e Esgotos

Os objetivos do plano são os seguintes:

- I – Redução dos custos com o tratamento das águas residuais, mediante a redução dos caudais convergem para a ETAR;
- II – Diminuição das perdas de água de consumo humano.

Salienta-se que é intenção cumpri-los sem avolumar os recursos humanos do serviço, a não ser que tal se justifique excepcionalmente ou no estrito suprimento dos recursos humanos que, entretanto, saíram da Unidade Técnica.

Contudo, no seguimento dos pressupostos que têm orientado a atividade do serviço de águas e esgotos, o ano de 2014 será um ano de reforço e consolidação do trabalho que tem vindo a ser executado e que se prende, essencialmente, com:

- ✓ Consolidação e reforço do abastecimento;
- ✓ Consolidação da rede de recolha e tratamento de águas residuais;
- ✓ Controlo de perdas e otimização da rede existente;
- ✓ Melhoria e modernização das condições de medida dos caudais fornecidos aos consumidores;
- ✓ Remodelação dos reservatórios;
- ✓ Manutenção e conservação da rede de bocas de incêndio;
- ✓ Controlo de qualidade da água distribuída, pelo Plano de controlo de qualidade da água e controlo diário expedito.

Saneamento – Programa geral de Gestão e Manutenção da Rede de Saneamento

Em virtude de os custos de tratamento das águas residuais do concelho dependerem das medições de caudal à entrada da ETAR e, na tentativa de reduzir esses mesmos custos, será feito um controlo rigoroso dos descarregadores/pequenas alterações, caso se justifique.

Outras obras a considerar, serão essencialmente de carácter conservativo e com grande aposta na manutenção preventiva dos coletores, continuando-se, a seguir o Plano de Manutenção Preventiva traçado anualmente, bem como a execução de ramais domiciliários e públicos em pequenos troços em que se verifique a necessidade de intervenções pontuais (coletores entupidos ou abatidos), recorrendo-se, sempre que necessário, a filmagens.

Limpeza em Alta Pressão dos coletores de águas pluviais que Contêm os Descarregadores de Tempestade, para evitar a intrusão de água salgada nos coletores de esgoto.

Considera-se também, por questões de segurança, que se deverá avançar para a melhoria e construção de vedações em todas as estações elevatórias e pavimentação dos recintos.

Abastecimento de água - Programa geral de gestão e manutenção da rede de águas

No que diz respeito ao abastecimento de água, a situação encontra-se razoavelmente bem, faltando ainda executar algumas pequenas obras, já em tempos propostas e enviadas para a Divisão de Urbanismo, Licenciamento e Fiscalização, nomeadamente:

- Recuperação interior dos Reservatórios RII, RXVII e RVIII;
- Impermeabilização do reservatório RVI, RVII e Colinas Verdes novo.

Para o ano de 2014, a Unidade Técnica de Serviços Urbanos prevê ainda executar as seguintes obras:

- ✓ Substituição de troços de conduta e ramais domiciliários idosos ou que apresentem elevado número de ruturas
- ✓ Colocação de válvulas de corte e/ou redução de pressão em locais estratégicos
- ✓ Remodelação e conservação dos restantes equipamentos

Em conclusão, refira-se que há uma ligeira redução de custos relativamente ao ano anterior e as intervenções descritas pertencem ao programa para atingir o objetivo II - Diminuição das perdas de água de consumo.

O trabalho desenvolvido pela equipa de Deteção de Fugas é muito importante para a redução de perdas, pelo que se pretende continuar a apostar neste serviço, no decorrer do ano de 2014.

Como forma de melhorar o funcionamento a equipa, torna-se urgente adquirir equipamentos novos, uma vez que os existentes estão avariados/mau funcionamento.

Com vista a fornecer ao armazém do Serviço de Águas e Saneamento, será necessária a aquisição de materiais vários, cujo valor será semelhante a 2013.

Serviço de Trânsito, Sinalização e Gestão do Espaço Público

O Serviço de Trânsito, Sinalização e Gestão de Espaços Públicos executa ações de âmbito operacional, incrementando a beneficiação e manutenção de sinalização em zonas urbanas e rurais, com principal incidência na sinalização de trânsito, bem como a beneficiação e manutenção de espaços em zonas urbanas e rurais, com incidência em zonas pedonais, ruas, estradas, caminhos municipais pavimentados e em terra batida, edifícios e outros espaços municipais.

Este serviço dá também apoio à Divisão de Educação, Comunicação, Cultura e Ação Social, na montagem de palcos, transportes, cargas e descargas de material logístico, mesas, cadeiras, etc. e demais apoios a entidades públicas municipais, juntas de freguesia, escolas, na realização de transportes, cargas e descargas, fornecimento de materiais de construção civil, etc..

Tendo como principais objetivos:

- ✓ Reforço da sinalização horizontal com a pintura de passadeiras e, principais vias de circulação do Município.
- ✓ Melhoramento da Mobilidade Urbana com uma crescente aposta na criação de rampas acessíveis a deficientes, com especial ênfase nos circuitos complementares aos existentes.

- ✓ Fortalecer a cooperação com as Freguesias, chamando-as a colaborar nas decisões de escolha das tarefas prioritárias, nomeadamente, em questões de trânsito e arranjo de caminhos rurais.

Englobando ainda vários trabalhos de construção civil, como, a aplicação de betuminoso, execução de pavês e calçadas, construção ou recuperação de aquedutos e colocação de sistema de drenagem de pluviais.

Assim, conscientes que, nem sempre se afigura tarefa fácil a atuação deste Serviço, perante as solicitações que nos são requeridas, procura-se melhorar o desempenho, dando-se uma resposta célere e eficaz, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do concelho, bem como, para o bem-estar dos munícipes.

Serviço de Oficinas

Neste serviço, englobam-se os serviços de carpintaria, pintura, serralharia, eletricidade, pintura e mecânica. A atividade desenvolvida neste serviço, é essencialmente uma atividade de suporte à autarquia, prestando, essencialmente, trabalhos para a própria autarquia ou atividades apoiadas pela autarquia.

As despesas associadas a este serviço estão relacionadas com a manutenção de equipamentos, edifícios e espaço público, pelo que prevê-se que os custos sejam semelhantes a 2013.

Serviço de Gestão do Parque de Viaturas e Máquinas

Neste serviço, faz-se a gestão da frota automóvel da autarquia e dos transportes. A gestão dos transportes escolares e da requisição de viaturas camarárias desenvolve-se neste serviço, fazendo-se também o apuramento de custos e gestão corrente, nomeadamente, a nível dos seguros, manutenções e inspeções.

V – DIVISÃO DE URBANISMO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO (DULF)

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Nos três últimos anos, as Grandes Opções do Plano têm tido como cenário base uma conjuntura sócio económica difícil e com poucas perspectivas de melhoria, cenário este que se mantém e ao qual as GOP de 2014 não poderão ficar alheias.

Tal significa que, mais uma vez, será necessário encontrar formas de ultrapassar as questões que se encontram pendentes e, simultaneamente, reinventar caminhos para realizações futuras, cruzando, se possível, a essencial razoabilidade com a desejável inovação.

No âmbito do Ordenamento do Território, sublinha-se de novo o longo caminho que os Planos Municipais têm de percorrer até serem, de facto, Planos, razão pela qual alguns dos que foram mandados elaborar entre os finais dos anos 90 e os primeiros anos do novo século, só muito recentemente tenham-se tornado eficazes, como é o caso do Plano de Pormenor de Almádena publicado no Diário da República em 21/10/2013.

De elaboração mais recente e advindo de um Plano eficaz desde 2007, foi igualmente publicado no Diário da República em 31/10/2013, o Plano de Pormenor para a UOPG 13 do Plano de Urbanização da Meia Praia.

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, os particulares interessados no desenvolvimento de um Plano de Pormenor, podem apresentar à Câmara Municipal propostas de contratos nesse sentido, assim como a sua execução.

Deste modo, durante o ano de 2014 estará em curso a elaboração de outros Planos de Pormenor para as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão da Meia Praia, nomeadamente para a UOPG 3 e para a UOPG 11, revestindo-se este facto de extrema importância pela dinâmica sócio económica perspectivada.

Estas bases de trabalho já se encontram contratualizadas, sendo igualmente previsível que possam surgir novas iniciativas do género para outras áreas territoriais.

Regista-se assim a presença de indicadores que apontam para uma confiança de investimento e, sequentemente, para um potencial relançamento da atividade económica.

Sublinha-se a propósito, que a ocupação proposta pela UOPG 3, articula o uso residencial com o uso turístico de elevada qualidade, vocacionado para o turismo sénior, enquanto a UOPG 11, destina-se à implantação de moradias isoladas em lotes de grande dimensão, garantindo ambos os Planos a realizar, a manutenção da coerência da estrutura urbana consagrada no PUMP.

Paralelamente prevê-se a resolução do impasse no modelo de continuidade do Plano de Urbanização da Vila da Luz, em fase de Proposta de Plano, cuja evolução tem estado dependente da aceitação das opções de planeamento do PDM, nomeadamente nas situações relativas à delimitação/exclusão de solos afetos à Reserva Agrícola Nacional.

De igual modo, preconiza-se uma tomada de decisão sobre o Plano de Urbanização de Odiáxere e o Plano de Pormenor do Burgau, cujas respetivas cessações do vínculo contratual existente, deixaram duas Propostas de Plano, em plena fase de reformulação, paradas.

Durante o ano em análise, acredita-se que Plano Diretor Municipal seja finalmente aprovado, ultrapassados os grandes reveses que têm marcado a sua elaboração, em que o caso mais marcante do ano de 2013 foi, sobretudo, e no âmbito da Proposta de Delimitação da REN, a constante introdução de exigências das Entidades, nomeadamente da Comissão Nacional da REN e da Agência Portuguesa do Ambiente, não obstante a solícita colaboração da CCDRA nesta etapa do processo.

A crença de que a aprovação do PDM ocorra durante o ano em apreço baseia-se, por conseguinte, na conclusão da Proposta de Delimitação da REN, a qual é basilar, e em todo o trabalho já levado a cabo.

Conforme por diversas vezes referido, a eficácia do Plano Diretor Municipal de Lagos poderá ser determinante para o desenvolvimento de projetos estruturantes, bem como para a captação de investimentos com algum impacto, designadamente, os projetos associados aos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) e aos Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE), cuja concretização constituirá uma mais valia para o desenvolvimento turístico, social e económico do Município, numa lógica de sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Acresce à imprescindibilidade e urgência da Câmara Municipal ter um PDM em vigor, o facto de, com toda a certeza, durante o ano em análise, entrar em vigor a Lei das Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

A proposta de lei em apreço, vai introduzir alterações profundas nas temáticas que dão nome à mesma, determinando, por conseguinte, a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e o regime jurídico da urbanização e edificação. Para além disso, prevê ainda, e cita-se, "...a elaboração de um novo regime jurídico aplicável ao registo cadastral, com o objetivo de harmonizar o sistema de registo da propriedade e de promover a conclusão do levantamento cadastral do território nacional, condição essencial para o desenvolvimento.”.

Dispõe a presente proposta de lei no seu último artigo, que a entrada em vigor deste diploma ocorrerá na data da entrada em vigor dos diplomas que revêem o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e o regime jurídico da urbanização e edificação, os quais, por sua vez, terão de ser aprovados no prazo de seis meses a contar daquela data.

Pese embora a existência de uma “Norma Transitória”, certo é que estão em causa mudanças significativas, ao nível do planeamento e ordenamento do território, que terão implicações em todas as áreas afetas a esta temática.

A nova lei dos solos mantém a avaliação dos instrumentos de gestão territorial, pelo que se continuará a fazê-lo no âmbito dos Planos Municipais aprovados e eficazes. Este trabalho é fundamental para aferir o grau de realização entre o que é proposto e o que é concretizado, de modo a fundamentar-se a revisão dos PMOT, mas também as suas eventuais propostas de alteração, ou dos respetivos mecanismos de execução.

Neste sentido deverá iniciar-se uma reflexão sobre primeiros Planos Municipais de Ordenamento do Território aprovados (entre 2007 e 2009), como são o caso do Plano de Urbanização da Meia Praia, ou dos Planos de Pormenor de algumas povoações rurais, cujos objetivos, nomeadamente ao nível de equipamentos, revelam-se desajustados face à continuidade de uma desfavorável conjuntura sócio económica,

Conforme referido nos anos transatos, o Sistema de Informação Geográfica (SIG), é fundamental ao trabalho de planeamento e ordenamento do território, pois para além de outras vertentes, possibilita a utilização de tecnologias cada vez mais completas, as quais permitem obter um desempenho independente e individual, consoante o grau de necessidade e conhecimento de cada utilizador.

Num período de fortes restrições financeiras, o caminho a seguir deverá passar pela adoção de plataformas informáticas sem custos para a autarquia e simultaneamente sem custos para os utilizadores.

Contudo, teremos de ter presente que a transição para a utilização de software livre, comportará despesas associadas à instalação, formação e adaptação às novas bases informáticas.

A renovação do equipamento SIG afigura-se, assim, crucial, por se encontrar obsoleto face as novas exigências do software, em volume e tratamento de dados.

A gestão dos PMOT eficazes, nas suas componentes económica e financeira, é cada vez mais determinante na estratégia de desenvolvimento territorial, quer ao nível dos custos alocados para a autarquia, quer também ao nível da execução física das diretrizes dos planos, articulada com a justa repartição dos encargos e benefícios.

Toda esta matéria será objeto de proposta de regulamentação, tendo sempre presente os princípios básicos da coesão territorial.

No que concerne ao desenvolvimento sócio económico do Município e pese embora o espectro da atual conjuntura nacional, poderemos estar, simultaneamente, perante um eventual cenário positivo de reversão que não deverá ser negligenciado.

Esta possibilidade, conjuntamente com as alterações já ocorridas, nomeadamente a implementação do Regime do Licenciamento Zero, a que se juntarão as advindas da entrada em vigor da Lei das Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, acima mencionadas, recomenda que a Administração estructure formas de apoio aos investidores, face a um contexto de profundas transformações.

Nestes termos, deverão ser perspectivadas/programadas medidas de âmbito multidisciplinar, que propiciem o apoio e acompanhamento dos empresários, através da prestação de informação, encaminhamento, aconselhamento técnico, agilização de procedimentos e redução de tempos de resposta, ações estas que se poderão consubstanciar numa lógica de “Via Verde Empresarial”.

GESTÃO URBANA

Reabilitação Urbana

A Área de Reabilitação Urbana de Lagos (ARU) foi criada ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º307/2009 de 23/10, alterado pela Lei n.º32/2012, e foi publicada em Diário da República de 30/10/2012 (Aviso n.º 14555/2012), correspondendo a sua área de incidência a todo o território encerrado nas muralhas, que durante séculos foi efetivamente o limite da cidade, acrescido da zona do arrabalde Norte, vulgo zona da Aldeia, do aterro da Avenida dos Descobrimentos, da

antiga Horta do Jogo da Bola e do Parque da Cidade, o que perfaz uma área total de cerca de 50 hectares.

A visão estratégica definida no âmbito deste instrumento de planeamento para a cidade de Lagos, articula-se com as linhas estratégicas estabelecidas em 2005 no Plano Estratégico de Lagos (a carecer de uma atualização e respetivo plano de monitorização) e com o disposto no Plano de Urbanização de Lagos, tanto em termos de grandes objetivos para o Centro Histórico, como ao nível da previsão, nesse Plano, da capacidade edificadora dos terrenos onde se preveem novas construções.

As operações de reabilitação urbana beneficiarão de apoios e incentivos de natureza financeira e fiscal, a conceder aos privados que sejam titulares de direitos e obrigações, os quais são requeridos à Futurlagos – Empresa Local para o Desenvolvimento, E.M., S.A., como entidade gestora da ARU.

No desenvolvimento de todo este processo a DULF detém a responsabilidade na apreciação e análise das operações urbanísticas e conseqüente licenciamento, bem como na participação das comissões de vistorias prévia e final, para verificação do nível de subida de conservação do imóvel.

Arqueologia Urbana

No âmbito da Salvaguarda do Património Arqueológico propõe-se para o ano de 2014, acautelando sempre o facto de estarmos num quadro de grande contenção económica, dar continuidade às ações que permitam um aprofundar dos conhecimentos da ocupação humana do território do Município ao longo da história, prevenindo a afetação patrimonial involuntária provocada por novas intervenções.

Procura-se assim, e nunca será demais acentuar o princípio, “definir um conjunto de ações a médio prazo que permitirão salvaguardar e rentabilizar o património passível de valorização, partilhando o seu conhecimento com a comunidade residente e com as populações sazonais, e demonstrar como uma estratégia sustentável, previamente definida e planeada no âmbito da Gestão Urbana, resulta na proteção e na conservação dos testemunhos históricos e na sua valorização como Recursos Culturais, sem por isso inviabilizar ou reduzir a execução de novos projetos”.

Sem prejuízo do desenvolvimento de outras ações cujo sentido de oportunidade seja considerado relevante, será de destacar:

O projeto de Valorização de Monte Molião

Tornar possível o diálogo direto entre o visitante e os vestígios arqueológicos, preparando adequadamente este sítio arqueológico para a visita de públicos diversificados. Ao mesmo tempo

que introduzirá o visitante na Lagos pré-romana e romana, a musealização do sítio despertará a curiosidade dos públicos, encaminhando-os para outros locais com ele historicamente relacionados (o Centro Histórico da Cidade, a Villa romana de São Pedro de Pulgão, a povoação romana da Vila da Luz,...).

O projeto de investigação para a valorização da villa romana de São Pedro de Pulgão

Colocar à disposição do visitante os testemunhos conservados da arquitetura doméstica, romana, de exploração rural e marítima, fornecendo uma interpretação da evolução destas construções, desde uma época de auge, durante o império, até ao colapso económico e abandono destas unidades domésticas, na Antiguidade Tardia (séculos VI-VII). A localização desta villa, na entrada de Lagos e a proximidade ao Monte Molião, poderá fazer que este local funcione como cartão de visita, incentivando o visitante à descoberta do passado histórico de Lagos, remetendo o visitante para o Centro de Interpretação que se localizará no acesso ao Monte Molião e para o Museu Municipal Dr. José Formosinho.

A Investigação Histórica e Divulgação de achados arqueológicos

Todas as ações arqueológicas incluem a divulgação, através de palestras de caráter divulgativo e científico, e de publicações (artigos, roteiros e estudos monográficos).

A implementação destas ações fará sobressair, a médio prazo, o Município de Lagos, no contexto nacional, pela implementação sistemática no âmbito da Gestão Urbana de uma Arqueologia Preventiva de qualidade, apoiada por Centros de Investigação Universitários, resultante de uma estudada planificação urbana, frente à tradicional intervenção Arqueológica de Urgência, resultante de uma evidente falta de planeamento.

A Rota do Escravo

A 10 de outubro de 2012 foi assinado um protocolo de colaboração entre o Município de Lagos e o Centro de Estudos sobre África e do desenvolvimento [CesA] que visa dinamizar o Projeto «Museu da Escravatura de Lagos», no âmbito do Comité Português de «A Rota do Escravo» da UNESCO.

Foram constituídos dois Grupos de Ligação Técnica [GLT]: 1) o GLT do Comité Português «A Rota do Escravo» com funções de natureza consultiva e de supervisão de conteúdos. 2) o GLT da Câmara Municipal de Lagos para a execução do projeto «Museu da Escravatura de Lagos» e «Memorial – Poço dos Negros».

Reabilitação, Embelezamento de Espaços Públicos e Apoio à Criação de Hortas Urbanas

Neste capítulo, foram já desenvolvidos vários projetos que se encontram em carteira, e que permitirão a reabilitação de alguns espaços públicos, em função dos meios humanos e materiais a disponibilizar.

O embelezamento dos espaços públicos passa, não só pela reabilitação, mas também, pelo desenvolvimento de um programa de plantação de novas árvores (de preferência, e sempre que possível, árvores autóctones), que se perspectiva possa ocorrer em parceria com as Juntas de Freguesia, com escolas, com particulares interessados e outras entidades que sejam envolvidas no processo.

O apoio técnico à criação de hortas urbanas incidirá na manutenção da horta urbana municipal do “Parque das Freiras”, bem como na implantação de novos equipamentos do género, a partir de alguns estudos e projetos existentes, que possibilitarão uma análise para a sua eventual implementação.

As normas e actuações adotadas nos procedimentos concursais das hortas urbanas já contemplam as práticas agrícolas biológicas, bem como a formação e acompanhamento técnico mínimos que enquadram a produção, de acordo com a certificação oficial em agricultura biológica, sendo a aposta na informação e formação dos agricultores locais e do público em geral, uma ação a ponderar e a dinamizar.

Eficiência Energética ao Nível da IP (Iluminação Pública)

Atualmente, o Município já exige que todas as luminárias de IP instaladas no concelho possuam balastro eletrónico com redução automática de fluxo, o que permite uma poupança na ordem dos 40%, medida que terá o seu princípio de continuidade e otimização em 2014.

Encontram-se, também, em processo de candidatura, 2 projetos que permitirão reduções efetivas nos consumos da IP, nomeadamente, ao nível da instalação de reguladores de fluxo nos Postos de Transformação e da substituição das atuais luminárias na Avenida dos Descobrimentos por luminárias tipo LED.

Manutenção de Edifícios e Equipamentos Municipais

Trata-se de uma área de intervenção municipal de grande abrangência e importância, cujo trabalho já foi iniciado em 2013 e o qual será objeto de um enfoque especial em 2014.

Para desenvolvimento deste trabalho, foi constituída uma Equipa de Trabalho Municipal (ETM), composta por uma vertente técnica e outra operacional, que integra colaboradores da DULF/UTGU, DASU e DECCAS.

O objetivo que está subjacente a esta intervenção incide em duas grandes áreas de atuação:

1- Levantamento pormenorizado, edifício a edifício, dos sistemas e instalações existentes, para o desencadear de procedimentos de contratação dos serviços para manutenção das instalações e equipamentos que, do ponto de vista legal, seja exigida a sua manutenção e para a qual o município não disponha de meios e recursos técnicos habilitados para o efeito;

2- Trabalho de continuidade, que consiste em vistoriar os edifícios e equipamentos municipais, periodicamente, de acordo com um plano de manutenção, previamente delineado e aprovado. Estas vistorias têm por objetivo verificar situações anómalas, promover a correção das situações para as quais os serviços municipais possuam meios e recursos e propor ao executivo a realização das intervenções que considere necessárias para garantir que os edifícios/equipamentos mantenham o estado de conservação adequado ao fim a que se destinam.

Ainda ao nível da manutenção de equipamentos municipais, está a ser elaborado um estudo, com base nos relatórios da Comissão Técnica para os Espaços de Jogo e Recreio, tendente à execução das intervenções necessárias nos diversos parques infantis, de modo a garantir a conformidade com a legislação aplicável, o qual deverá ter desenvolvimento já em 2014.

FISCALIZAÇÃO

Com a publicação dos Regimes Jurídicos do Licenciamento Zero (DL n.º 48/2011 de 01 abril) e da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes (Lei n.º 27/2013 de 12 de abril), colocam-se novos desafios à componente da fiscalização municipal.

No entanto, e antecipando a mais que provável realidade, já anunciada, de novas alterações também ao Regime jurídico da Urbanização e Edificação estaremos assim, com toda a naturalidade, em sede de uma profunda readaptação, que abrangerá todos os setores da Unidade Técnica da Fiscalização.

Nestes termos, e com as reservas que a situação recomenda, por desconhecimento concreto do respetivo modelo legislativo, afigura-se de todo previsível que passe a haver uma forte convergência entre os agentes da apreciação e da própria ação de fiscalização.

Em termos muito práticos, perspectiva-se a interligação direta entre técnicos responsáveis pela apreciação de processos e os fiscais, criando um modelo do tipo “equipas auditoras”, qualificando-se assim as intervenções nos seus diversos patamares, racionalizando os meios a afetar e introduzindo uma maior agilidade nos tempos de trabalho.

Relativamente àquelas matérias cujo quadro legal já está mais estabilizado, o trabalho de reajustamento seguirá toda uma lógica já em preparação e fase de teste, como os dois casos que a seguir se descrevem.

Licenciamento Zero

Com a entrada em vigor do Licenciamento Zero, assistimos ao aparecimento de uma nova cultura administrativa que aposta na simplificação e desburocratização administrativa por via da responsabilização dos cidadãos e agentes económicos.

Foram restringidos os casos em que é possível exigir uma licença ou autorização, ficando os procedimentos administrativos mais complexos e demorados limitados a situações excecionais, em que imperiosas razões de interesse público assim o justifiquem.

Esta mudança de paradigma, onde se substitui o controlo prévio pelo a *posteriori*, aliada à desmaterialização dos procedimentos administrativos e à modernização da forma de relacionamento entre a Administração, os cidadãos e as empresas, com a criação do Balcão do Empreendedor, acarretará, inevitavelmente, várias alterações na lógica de organização e funcionamento dos serviços municipais responsáveis por estes assuntos.

Colocam-se, então, três grandes desafios à Fiscalização:

- i) Definição de novos procedimentos internos alinhados com a sua simplificação, celeridade e desmaterialização administrativa;
- ii) Revisão regulamentar, com a definição de condições e critérios específicos para o exercício das atividades, de forma a garantir a eficácia da nova permissão administrativa – “Mera comunicação prévia”;
- iii) Privilegiar e reorganizar a fiscalização, dotando-a dos meios e da qualificação necessária, em detrimento do habitual controlo prévio.

Ambiental

A maioria das situações acompanhadas pela fiscalização ambiental, considerando as competências legais da autarquia nestas matérias, incide sobre denúncias de cidadãos, ações de fiscalização e acompanhamento, no que diz respeito essencialmente a deposições indevidas de resíduos e obstrução de vias/áreas públicas.

As principais linhas de intervenção deverão assim incidir sobre:

- Uma atuação pedagógica junto dos cidadãos, de forma a contribuir para a prevenção de deposições ilegais de resíduos e demais atos não autorizados em matéria de ambiente;

- Garantir a correta utilização dos equipamentos/locais de deposição de resíduos sólidos e de recolha seletiva, reforçando a atuação junto dos estabelecimentos restauração e bebidas, essencialmente nas alturas do ano de maior afluência de visitantes;
- Acompanhar com maior frequência os pontos críticos de deposição irregular e abusiva;

Reordenamento da Venda Ambulante, Ocupação da Via Pública Temporária e Animação de Rua

A venda ambulante no concelho de Lagos é, há muito, uma questão problemática, de complexa resolução, por envolver diferentes intervenientes e, conseqüentemente, diferentes interesses, muitos deles associados a práticas geográficas pretensamente enraizadas.

Igualmente, sempre se registou alguma dificuldade em balizar outras atividades de ocupação da via pública temporária e, durante a época alta, assistimos ainda à intercalação da denominada animação de rua, resultando assim um ambiente urbano que se impõe qualificar.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes, surge a obrigatoriedade de aprovar um novo modelo regulamentar, conjugando-se assim uma excelente oportunidade para se promover o reordenamento destas temáticas.

VI – DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DSTA)

Pese embora os conhecidos condicionamentos económico-financeiros que afetam a autarquia e o desenvolvimento de toda a sua actividade e atribuições, a DSTA continuará arduamente empenhada em fazer e em intervir.

A DSTA continuará a desenvolver esforços para evitar o desperdício de oportunidades e de meios e, simultaneamente, adotará as medidas mais adequadas para preparar e enfrentar os desafios do futuro, pugnando constantemente pela adoção e cumprimentos dos mecanismos de controlo e verificação, pela constante avaliação e eliminação de procedimentos inúteis e anacrónicos.

É neste contexto que prosseguiremos os objetivos políticos, estratégicos e programáticos emanados pelo Executivo Municipal, dando corpo às ações seguidamente indicadas.

Atendimento

Pretende-se continuar a consolidar e dinamizar o atendimento municipal, através de ações que fomentem a responsabilidade dos colaboradores, assim como o desenvolvimento da sua polivalência, promovendo sistematicamente a formação interna e melhorando as suas competências profissionais.

Continuaremos a desenvolver sinergias com outras unidades orgânicas, no sentido de serem estudados e criados sistemas automatizados e interativos com os munícipes, que permitam a implementação de novas formas de atendimento à distância, aumentando e melhorando os canais de comunicação e interação com o cidadão, designadamente, melhorando o atendimento telefónico, permitindo o atendimento on-line e, conseqüentemente, a desmaterialização de procedimentos e de fluxos de comunicação e informação.

Arquivo Municipal

Continuaremos a investir na melhoria contínua dos procedimentos administrativos e metodológicos e na concepção de melhores e mais eficazes instrumentos de gestão documental. Nesse sentido, pretende-se melhorar a eficiência dos processos, procedendo à definição, alinhamento e ativação dos respetivos fluxos, tendo em vista a tramitação desmaterializada dos procedimentos.

A gestão integrada da informação abrange o equacionar de um edifício de arquivo municipal único que permita ultrapassar problemas de tratamento das massas documentais acumuladas em

diversos depósitos e propicie a gestão eficiente da documentação em arquivo. Nessa conformidade, torna-se necessário criar condições técnicas e materiais que conduzam à existência do futuro arquivo municipal.

Recursos Humanos

A conjuntura macroeconómica do País determinou o cumprimento de metas de consolidação orçamental das contas públicas e medidas de actuação restritivas no âmbito da atividade municipal, que impuseram a mudança do paradigma de gestão dos recursos humanos das autarquias locais. A este nível, nos últimos anos, os Orçamentos de Estado aplicaram medidas restritivas, das quais se salientam o controlo do recrutamento de trabalhadores e a redução em 2% do número de efetivos, que condicionaram o desenvolvimento da atividade municipal, perspetivando-se que estas e outras restrições se mantenham no Orçamento e Estado de 2014. Associada a essa situação acresce a condição financeira dos Municípios que, no caso de Lagos, determinou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28/08, e regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14/09, o que implica o cumprimento rigoroso das medidas de contenção e racionalização da despesa estabelecidas no Plano de Ajustamento Financeiro, de modo a assegurar o restabelecimento da situação económica da autarquia e a respetiva sustentabilidade.

Perante estas medidas, a autarquia deverá ser capaz de imprimir um novo impulso à gestão dos recursos humanos disponíveis, competindo aos serviços adequar a sua ação à nova realidade municipal, analisando as áreas de atuação sob sua responsabilidade e organizando as atividades em função da sua importância e prioridade, apostando na polivalência dos respetivos trabalhadores.

Assim, ao nível da Formação, pretende-se revalorizar os recursos humanos existentes, promovendo o reforço das competências dos trabalhadores, de modo a satisfazerem as necessidades dos serviços e a incrementar os níveis de desempenho organizacional. Nesse sentido, serão programadas, implementadas, desenvolvidas e avaliadas as ações de formação resultantes do diagnóstico de necessidades levado a efeito pelos serviços, no decurso das entrevistas de avaliação de desempenho (SIADAP), bem como as decorrentes da aplicação do novo quadro legislativo.

Como vem sendo habitual, face ao contexto de grande contenção económica, procurar-se-á estabelecer parcerias com entidades formadoras credenciadas que sejam detentoras de formação financiada, por forma a garantir a formação dos trabalhadores sem encargos financeiros para a autarquia, privilegiando-se os parceiros tradicionais, a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Será dada continuidade à aplicação e sedimentação do sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública, nomeadamente no que respeita ao modelo de avaliação com base nas competências, direccionado para os trabalhadores que desenvolvem actividades executivas, de rotina, com carácter de permanência.

Higiene e segurança no trabalho

No que concerne à actividade de higiene, segurança e saúde no trabalho, será dada continuidade ao trabalho desenvolvido, que tem como objectivos principais limitar, reduzir ou eliminar riscos para os trabalhadores da autarquia que possam conduzir a acidentes de trabalho ou doenças profissionais. Nesses termos, dar-se-á continuidade:

- À avaliação de riscos de sinistralidade, ao nível das condições de trabalho, assim como das instalações;
- À distribuição de equipamentos de protecção individual adequada à especificidade das funções exercidas nos diferentes postos de trabalho;
- À sensibilização dos trabalhadores para a adoção de medidas de prevenção e segurança.
- À vigilância da saúde dos trabalhadores através de consultas médicas periódicas;

Área Jurídica

A área técnico-jurídica é uma actividade essencialmente de suporte e nesta medida os objectivos para o próximo exercício serão de continuidade com a preocupação de desenvolvimento das competências dos seus recursos humanos, seja ao nível técnico ou administrativo, visando garantir a prestação de um apoio jurídico de qualidade ao Executivo e aos serviços em geral, e por forma a permitir maior celeridade nas respostas, e na conclusão dos processos que são da sua exclusiva responsabilidade, designadamente os processos de elaboração de contratos, de expropriação, contra-ordenação e os de execução fiscal.

Na prossecução deste objectivo serão mantidos: a preocupação com a otimização dos meios disponíveis; a preocupação de aperfeiçoamento dos procedimentos e processos; e, os mecanismos desenvolvidos para controlo da eficácia e eficiência das tarefas de apoio técnico.

Concretamente, na área dos processos de contraordenação e dos processos de execução fiscal pretende-se dar continuidade à implementação de mecanismos de controlo e organização interna dos serviços, que potenciem a máxima eficiência no desenvolvimento dos procedimentos, com vista à célere conclusão desses processos e à máxima eficácia ao nível da cobrança das receitas.

As medidas a desenvolver terão a articulação necessária com os serviços de cobrança e da tesouraria, com os serviços operacionais e com a fiscalização. Também no que concerne às

execuções fiscais, pretende-se manter e, se possível, aumentar o número de penhoras, bem como melhorar os procedimentos relativos às ações coercivas de suspensão do abastecimento, com o objetivo de aumentar o valor das cobranças e reduzir o número de prescrições das dívidas tributárias.

Ainda ao nível dos processos de contra-ordenação e também para os processos de Execução Fiscal pretende-se retomar o processo de implementação do pagamento das dívidas em execução fiscal e coimas por sistema Multibanco. O projecto terá início numa fase experimental com os processos de Execução Fiscal e será posteriormente alargado para os processos de Contra-Ordenação. A implementação deste processo será efetuada em articulação com a Unidade Técnico-Financeira – Serviço de Tesouraria.

Área Financeira

No âmbito da atividade de suporte técnico-financeira, no que diz respeito ao processo de gestão de aprovisionamento e património municipal, pretende-se dar continuidade à implementação de medidas que levem a uma alteração no modelo da contratação existente, assente em critérios de harmonização, integração, diálogo, uniformização, adequação, celeridade e transparência, através da implementação do Plano Estratégico de Compras desenvolvido em 2012.

No que respeita à Aquisição de Bens e Serviços, pretende-se que estas sejam sempre precedidas de procedimento concursal, de preferência de concurso público, os casos de que tal não se justifique, por desproporcionalidade formal, deverá ser adotado o procedimento de ajuste direto, com consulta a mais do que uma empresa.

Será dada também continuidade ao trabalho desenvolvido quanto ao Inventário, em especial quanto à conferência e eventual correção dos dados constantes na aplicação informática SIC – Sistemas de Inventário e Cadastro, face aos bens verificados fisicamente nos locais.

Com vista a dar cumprimento ao objetivo estratégico no âmbito da qualidade, eficácia e eficiência dos serviços, mais concretamente no que respeita à redução de custos de funcionamento dos serviços autárquicos, pretende-se continuar com o processo de execução da contabilidade de custos, iniciado em 2011, através da criação de novos centros de custos identificados com a colaboração das diversas Unidades Orgânicas, por forma a tornar mais clara e funcional a recolha de informação para análise e decisão dos respetivos responsáveis (executivo e dirigentes).

Com o enfoque permanente na melhoria contínua e eficiência dos serviços, em 2014, será atualizada a Norma de Controlo Interno, tendo por base as alterações de natureza legal e as sugestões de melhoria decorrentes do Plano de Auditorias internas ao sistema, iniciado em 2013.

Durante o ano de 2014 será dada continuidade à realização destas auditorias, conforme Plano de Ação aprovado.

Ainda ao nível da atividade financeira e no âmbito do controlo económico-financeiro, dar-se-á continuidade à elaboração da informação mensal para a gestão, como forma de acompanhamento da situação financeira da autarquia, fornecendo aos responsáveis um instrumento de apoio à gestão. Apostar-se-á na melhoria contínua desta informação, introduzindo novas vertentes de análise, designadamente as que resultam da evolução pretendida no processo de desenvolvimento da contabilidade de custos, com a criação de novos centros de custos e sequentemente, melhoraremos a informação financeira para as Unidades Orgânicas como forma de dotar os responsáveis de informação sobre gastos relativos às suas actividades, permitindo-lhes acompanhar e analisar o comportamento de rubricas específicas, com vista ao cumprimento das medidas impostas para a contenção da despesa de funcionamento (tais como, os custos referentes a economato, consumos de combustível, telecomunicações, eletricidade).

Relativamente ao Plano de Ajustamento Financeiro – PAF –, que fundamentou a candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local – PAEL –, aprovado em 2012, a Unidade Técnica e Financeira, colaborará com o Gabinete de Estudos Estratégicos, na monitorização e acompanhamento deste plano.

Tendo ainda em linha de conta fomentar a modernização administrativa e incrementar a qualidade dos serviços prestados, a DSTA continuará a apostar numa política que incentive os seus colaboradores à apresentação de propostas de melhoria para introdução de medidas de racionalização e inovação, bem como de contenção de despesas e de redução de custos.

Por fim e no âmbito da sua intervenção no SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade, a DSTA dará continuidades à monitorização dos seus processos de forma rigorosa e sistemática, de modo a contribuir para a consolidação e credibilização do SGQ.

Principais Equilíbrios do Município de 2014

O planeamento da atividade municipal e a elaboração dos documentos previsionais para 2014 (Grandes Opções do Plano e Orçamento), há semelhança dos anos anteriores, continuam a estar condicionados pela conjuntura económica e social do nosso País.

São cada vez mais os constrangimentos a que estão sujeitas as autarquias, quer pela aplicação do regime jurídico aplicável à assunção de compromissos e aos pagamento em atraso das entidades públicas, estatuído na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, quer pela aplicação da proposta do Orçamento de Estado para 2014, quer pela

aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais em 2014, quer ainda pela vinculação do município ao Plano de Ajustamento Financeiro que aconselham à elaboração de um documento rigoroso, assente na racionalização da despesa municipal, garantindo a cobertura das despesas obrigatórias e dos compromissos assumidos e na maximização de receita.

Assim, prevê-se para o ano económico de 2014, uma situação financeira que respeita o Equilíbrio Orçamental Corrente, com uma poupança corrente a registar uma importância de cerca de € 2.273.309,00.

O valor total do Orçamento proposto para 2014 corresponde à importância de € 54.496.217,00, registando um decréscimo de cerca de 18 % face à proposta de Orçamento aprovada para 2013.

A proposta de Orçamento para 2014 é composta por € 45.088.650,00 de Despesa Corrente e € 9.407.567,00 de Despesa de Capital, implicando uma redução de 19 % e 16 %, respectivamente, face aos valores previstos no Orçamento de 2013.

Na elaboração dos documentos previsionais, para além das restrições impostas e referidas anteriormente, considerou-se, na previsão das receitas provenientes do IMI, da Derrama e da Tarifa de Disponibilidade, os valores previstos no Plano de Ajustamento Financeiro.

Ao nível do Investimento Municipal, procurou assegurar-se o investimento em áreas fundamentais da atividade municipal, limitando-se a dar continuidade a projetos já iniciados e a garantir a cobertura financeira de despesas obrigatórias e dos compromissos já assumidos, tal como ficou preconizado no Plano de Ajustamento Financeiro.

VII – GABINETE DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (GEE)

Os objectivos a prosseguir no âmbito do GEE procurarão, com a crise financeira no horizonte, contribuir para desenhar e reforçar o planeamento estratégico municipal, particularmente centrado no desenvolvimento da operação integrada de reabilitação urbana e, complementarmente, colaborar na recuperação económica e no restabelecimento do equilíbrio financeiro municipais.

A nosso esforço será canalizado, no essencial, para o estudo e apresentação de propostas de linhas de orientação estratégica que ajudem a impulsionar um novo modelo de desenvolvimento, promover operações e programas que consubstanciem o PEL, a colaboração na definição de um modelo de gestão e financiamento de toda a operação de reabilitação urbana, elaborar os instrumentos de gestão que assegurem o financiamento sustentado da actividade municipal e do urbanismo, a promoção da captação de apoios comunitários e nacionais.

Procuraremos ajudar a consolidar a estratégia da Câmara em torno dos seguintes principais objectivos estratégicos:

- Promover Lagos como sede histórica e cultural dos descobrimentos portugueses;
- Promover o financiamento sustentado da ARU, da actividade municipal e do urbanismo;
- Desenvolver uma colaboração estratégica entre a Câmara e a empresa municipal FUTURLAGOS.

O GEE tem centrado o planeamento da nossa actividade, no essencial, nos seguintes projectos e acções:

- Avaliação e análise crítica do PEL;
- Colaboração no planeamento da ARU – Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos;
- Actualização e reformulação do Estudo da Taxa Municipal de Urbanização (TMU) e Perequações;
- Elaboração e actualização do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF);
- QREN – Elaboração de candidaturas e acompanhamento de processos aprovados através da formalização de pedidos de pagamento;
- Elaboração de Estudos Económicos – Água, Esgotos e Resíduos Sólidos, entre outros;
- Elaboração de Pareceres e Avaliações;
- Estudos e Avaliações Económico-Financeiras – RMUE, RTTL, Taxa Municipal Turística;
- Informação Estatística – ERSAR/INE;
- IHRU – Reabilitar para Arrendar, formalização de candidatura dos bairros sociais municipais.

Neste âmbito importa concentrar os nossos esforços nos seguintes principais áreas:

Avaliação do Plano Estratégico de Lagos (PEL)

Elaboração de um documento de análise do conteúdo do Plano Estratégico de Lagos e de estabelecimento das linhas estratégicas de desenvolvimento do Município, com especial enfoque na área do Centro Histórico da Cidade.

Estabelecimento de uma ideia força para a cidade, linhas de orientação, elementos básicos do futuro PEL, nomeadamente as perspectivas de desenvolvimento deste instrumento fundamental de planeamento, avançando com uma proposta de modelo a implementar, em particular, num horizonte temporal de médio prazo.

Colaboração a desenvolver no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana

Foi celebrado entre a Câmara e a empresa FUTURLAGOS um contrato programa no âmbito da Reabilitação Urbana. Este teve por objecto a transferência de competências do Município de Lagos para a FUTURLAGOS na gestão da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Lagos.

A ARU da Cidade de Lagos foi aprovada de acordo com uma proposta que caracterizou sucintamente o território, descreveu as principais intervenções efectuadas até ao momento e definiu uma delimitação territorial, os objectivos estratégicos da intervenção e lançou as bases da operação de reabilitação urbana. Esses elementos constituem o enquadramento necessário para a apresentação duma proposta de modelo de gestão e financiamento para toda a Operação de Reabilitação Urbana (ORU), tendo em conta as finanças municipais.

O estudo e determinação das condições de financiamento da ARU implicam ter uma ideia rigorosa do estado das finanças municipais, o que significa uma estreita articulação com o Plano de Ajustamento Financeiro, nomeadamente tendo em conta as limitações impostas por este instrumento em vigor, aprovado no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

No *quadro da rentabilização social e económica* no âmbito da ORU importa criar soluções de gestão inovadora quer ao nível dos investimentos já realizados pelo município, quer dos equipamentos municipais. A grande preocupação passará pelo reforço da centralidade do Centro Histórico, nomeadamente por concentração de funções no território da ARU.

Criar as Condições para o Desenvolvimento da Reabilitação Urbana dos Bairros Sociais Municipais

O GEE integra um grupo de trabalho instituído na Câmara que, em estreita colaboração com A FUTURLAGOS, desenvolverá um trabalho tendo em vista a formalização de candidaturas ao Programa Reabilitar para Arrendar.

Os edifícios em causa apresentam, na maior parte dos casos, um estado avançado de degradação, sendo uma evidência a existência de problemas sérios quer ao nível da salubridade, quer estruturais, a requerer uma intervenção de urgência.

A reabilitação dos bairros sociais, a sua importância para as políticas de coesão social do município de Lagos, pode ser resumida em função das seguintes prioridades estratégicas:

- O parque habitacional municipal deve ser encarado como um equipamento social que providencie respostas às carências de habitação e proporcione benefícios sociais e económicos à população mais desfavorecida;
- O apoio às populações mais desfavorecidas deve centrar-se na promoção de uma melhor vida urbana, integrada e em articulação com outras dinâmicas desenvolvidas no âmbito da Rede Social;
- As abordagens deverão obedecer a uma perspectiva integrada dos principais problemas sociais e económicos. A reabilitação dos bairros sociais deve assentar na criação de condições de habitabilidade dignas, que respeite a diversidade, promova a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o combate à pobreza.

Num contexto de crise, o papel do parque habitacional municipal cresce de importância, o que configura uma oportunidade para o aprofundamento do diagnóstico da situação actual, e recomenda a elaboração de estudos e planos que enquadrem, programem e sustentem uma adequada manutenção e beneficiação do parque habitacional.

Actualização e Reformulação do Estudo da Taxa Municipal de Urbanização (TMU)

Este estudo da Taxa Municipal de Urbanização representa a continuação do trabalho desenvolvido durante o ano de 2012 e 2013 consiste, no essencial, numa actualização dos estudos realizados anteriormente. Permanece como principal objectivo ensaiar a sua harmonização com as perequações a aplicar nos Planos de Pormenor eficazes ou em curso, com a demonstração da viabilidade e sustentabilidade económica dos planos de urbanização¹, tudo questões que relevam do financiamento do urbanismo.

¹ Este trabalho pressupõe uma colaboração com a empresa municipal FUTURLAGOS e com a DULF.

Não deve ser descurada a ligação com o financiamento da actividade municipal, com a verificação dos principais equilíbrios económicos e, conseqüentemente, a respectiva situação financeira da Câmara.

O estudo deverá integrar todas estas componentes. Por força desta circunstância será aconselhável rever e estabilizar uma metodologia de abordagem destas matérias ainda pouco estudadas e com um impacto muito pouco visível em termos do Plano Plurianual de Investimentos e respectivo orçamento municipal.

Actualização do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) – Relatório de Avaliação e Prognóstico com vista ao Enquadramento e Recuperação Financeiras do Município

O GEE continuará a assegurar a elaboração de estudos económicos e financeiros e a actualização do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF).

O estudo “Caracterização e Diagnóstico da Actividade Municipal, Relatório de Prognóstico – Análise Económica e Financeira da Câmara Municipal” representará uma peça fundamental para o acompanhamento do PAF. Serão estabelecidas as bases metodológicas e a respectiva estruturação do documento de forma a proporcionar uma leitura segura dos impactos das medidas de contenção e do seu efeito na recuperação da situação financeira. A monitorização e acompanhamento do PAEL deverão ser feitos nos termos da lei, com a apresentação, não só de um relatório trimestral à Assembleia Municipal, mas também à DGAL. O relatório da Conta de Gerência deverá incluir um anexo relativo à execução do PAEL.

A nova lei das finanças locais, que entrará em vigor no princípio do ano de 2014, afectará a capacidade de cumprimento do PAF, impondo, como consequência, maiores limites à actividade municipal. O exposto aconselha a que se proceda a uma revisão do plano, partindo do princípio de que se encontram postos em causa um conjunto de pressupostos que presidiram à sua elaboração.

No âmbito referido, a antecipação de cenários de comportamento da receita e despesa municipais, tendo em perspectiva o apontar de orientações para a elaboração das Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento municipal, constituirá outra opção e consequência da análise da execução do plano e orçamento. Por força da observação dos condicionalismos impostos pelo PAEL, estes últimos documentos deverão reflectir as alterações e correcções que venham a ser introduzidas, aprovadas pelas instâncias superiores que supervisionam o seu cumprimento.

VIII – GABINETE DE INFORMÁTICA (GI)

O Gabinete de Informática tem como função garantir a operacionalidade, disponibilidade, adequação e segurança dos recursos e serviços de informática da autarquia.

Pretende implementar-se gradualmente, nos sistemas informáticos, software livre; assim, continuará a análise do software livre existente, o que permitirá evoluir, de acordo com legislação já em vigor, para a **implementação de normas abertas contribuindo, simultaneamente, para a redução de custos com licenciamento de software.**

Para além da consolidação de algumas das infra-estruturas de suporte dos diversos serviços, alargar o sistema de intranet da autarquia, enquanto ferramenta de comunicação interna, a outras áreas ainda não representadas, é outro dos projetos deste Gabinete.

Relativamente ao “Sistema de Gestão de Qualidade” em vigor, durante o ano de 2014 continuar-se-á a desenvolver o “Processo de Sistemas de Informação” com a dinamização do uso da plataforma GLPI para efectuar directamente os pedidos de assistência dos utilizadores.

No apoio ao utilizador, a aposta continuará no apoio remoto como meio privilegiado para suporte técnico, adaptando-se algumas formas de boas práticas e alterando as normas reguladoras de acordo com a evolução dos meios informáticos disponibilizados pela autarquia.

Será necessário **proceder-se à aquisição de novos equipamentos (computadores)**, dado que **a partir de 8 de abril de 2014, a Microsoft não fornecerá mais suporte público ao Windows XP Service Pack 3 nem ao Office 2003** (produtos cujas versões se encontram actualmente instaladas em todos os computadores da autarquia), atendendo aos requisitos mínimos de hardware para as novas versões do Windows e do Office e dado que a grande maioria dos equipamentos existentes não possui as características mínimas necessárias, justificada pela idade dos mesmos (a maioria dos equipamentos tem 10 anos).

No que concerne à área da gestão dos recursos humanos, pretende-se que a formação técnico-científica do pessoal de informática garanta a sua permanente actualização profissional, assim como a manutenção de um ambiente de trabalho desafiante e motivador.

IX – GABINETE DA QUALIDADE (GQ)

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Numa fase em que o Sistema de Gestão da Qualidade já se encontra plenamente implementado e consolidado por todos os serviços municipais, tendo em conta o atual contexto económico, entendemos ser imperativo estender a atuação do Gabinete da Qualidade (GQ) aos projetos que contribuam para uma maior racionalização e redução de custos de funcionamento dos serviços, isto é, um melhor serviço público com um menor custo.

Neste sentido, o GQ dará continuidade aos vários projetos de modernização em curso, em estreita colaboração quer com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) quer com os serviços municipais.

Assim, no âmbito da Qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes – os cidadãos de Lagos, daremos continuidade ao ciclo de melhoria contínua em curso, incrementando a mudança e a modernização administrativa, em estreita colaboração com as demais unidades orgânicas.

Considerando que a rotatividade de auditores e a troca de experiências são de grande utilidade para a evolução e melhoria dos sistemas de gestão da qualidade, o Município de Lagos iniciou em 2011 um intercâmbio de auditores internos que temos vindo a dinamizar com diferentes entidades públicas.

Em 2014, prevê-se uma consolidação destas mesmas parcerias, nomeadamente com a Entidade Regional de Turismo do Algarve e com outros municípios.

Continuaremos ainda a apostar no Projeto “Câmara de Lagos Positiva”, de forma a contribuir para a valorização pessoal e humana dos colaboradores da autarquia, bem como para o fortalecimento do espírito de equipa e partilha de valores.

X – ASSEMBLEIA MUNICIPAL (AM)

Em cumprimento do n.º 3 do artº.31 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, são inscritas no orçamento, para despesas de funcionamento da Assembleia Municipal, as dotações relativas às despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes.

As verbas solicitadas pela Assembleia Municipal para o ano económico de 2014 totalizaram € 60.500.

Despesas com Pessoal	(Euros)
- Ajudas de Custo	500,00
- Outros Suplementos e prémios	40.000,00
Aquisição de Bens e Serviços	
Aquisição de bens	
- Alimentação – Géneros para confeccionar	500,00
- Material de escritório	1.500,00
- Prémios, condecorações e ofertas	500,00
- Livros e documentação técnica	500,00
- Artigos honoríficos e de decoração	500,00
- Material de educação, cultura e recreio	500,00
- Outros bens	1.000,00
Aquisição de serviços	
- Conservação de Bens	500,00
- Comunicações	1.500,00
- Transportes	1.000,00
- Deslocações e estadas	500,00
- Estudos, pareceres, projetos e consultoria	500,00
- Seminários, exposições e similares	1.000,00
- Publicidade	1.000,00
- Assistência Técnica	3.500,00
- Outros trabalhos especializados	500,00
- Outros serviços	5.000,00

Foi ainda solicitado para incluir no orçamento municipal, as seguintes dotações para encargos com investimentos:

Aquisição de Bens de Investimento	
- Equipamento de informática	2.500,00
- Software informático	2.500,00
- Equipamento administrativo	10.000,00
- Equipamento Básico	2.000,00
- Aquisição de artigos e objetos de valor	500,00

Serão disponibilizadas aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, mediante as necessárias requisições da respetiva Mesa.



MUNICÍPIO DE LAGOS

ORÇAMENTO RECEITA E DESPESA

PARA O
ANO FINANCEIRO DE 2014

ESPÉCIME

ORÇAMENTOS	APROVAÇÕES	
	DATAS DAS DELIBERAÇÕES	
	Câmara Municipal	Assembleia Municipal
Inicial	Reunião de Câmara de	Sessão Ordinária de dezembro 2013, realizada no dia
Revisão – 1ª.....		
“		
Alteração – 1ª.....		
Alteração – 2ª.....		
Alteração – 3ª.....		

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	12.737.250
010203	Imposto único de circulação	779.566
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	5.195.829
010205	Derrama	218.484
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	5
01020702	Imposto municipal de sisa	2.901
01020703	Imposto municipal sobre veículos	5
	Total do Capítulo Económico 01:	18.934.040
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localis	
02020602	Loteamentos e obras	271.587
02020603	Ocupação da via pública	143.410
02020605	Publicidade	50.401
02020606	Saneamento	700.360
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	13.960
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1.877
0202069999	Outros	10.265
	Total do Capítulo Económico 02:	1.191.860
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	46.050
04012302	Loteamentos e obras	246.638
04012303	Ocupação da via pública	85.195
04012305	Caça, uso e porte de arma	119
04012306	Saneamento	1.814.470
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	464
0401239999	Outras	21.817
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	18.020
040202	Juros compensatórios	27.716

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	52.485
040299	Multas e penalidades diversas	
04029901	Taxas de relaxe - Água	148.105
04029902	Taxas de relaxe - Saneamento Ligação	81
04029904	Taxas de relaxe - Fossas	644
04029905	Taxas de relaxe - Trabalho conta particulares	155
04029906	Taxas de relaxe - Publicidade	126
04029907	Taxas de relaxe - Ocupação da via pública	245
04029908	Taxas de relaxe - Mercados e Feiras	231
04029909	Taxas de relaxe - Comparticipação familiar	2.612
04029999	Outras	733
	Total do Capítulo Económico 04:	2.465.906
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	2.000
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050799	Outras	140.000
0510	Rendas	
051001	Terrenos	365.855
051004	Edifícios	100
051099	Outros	20.000
	Total do Capítulo Económico 05:	527.955
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010199	Outras	1.219.200
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.902.697
06030102	Fundo Social Municipal	460.263
06030103	Participação fixa no IRS	858.113
06030199	Outras	1.670.000
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	FEDER	20.194
060307	Serviços e fundos autónomos	4.500
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	4.000
0605	Administração local	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
060501	Continente	100
	Total do Capítulo Económico 06:	6.139.067
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070108	Mercadorias	
07010801	Água	4.172.917
07010803	Habitação Social	6.625.825
07010804	Outros	8.000
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011001	Sucata	2.000
07011099	Outros	5.000
070199	Outros	2.000
0702	Serviços	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	91.200
07020802	Serviços recreativos	
0702080299	Outros	2.000
07020803	Serviços culturais	
0702080399	Outros	210.000
07020804	Serviços desportivos	4.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	99.101
07020902	Resíduos sólidos	1.632.960
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes escolares	4.000
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	10.000
0702090399	Outros	100
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10.000
07020905	Cemitérios	63.000
07020906	Mercados e feiras	184.000
07020907	Parques de estacionamento	30.000
07020909	Canídeos	3.000
07020911	Tarifa de disponibilidade	3.641.400
07020999	Outros	360.000
070299	Outros	100
0703	Rendas	
070301	Habitações	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07030101	Casas de Função	12.750
07030102	Casas de habitação social	260.770
07030103	Outras	236
070302	Edifícios	50.972
070399	Outras	
07039999	Outras	576.400
	Total do Capítulo Económico 07:	18.061.731
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	300
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	1.000
08019903	IVA reembolsado	10.000
08019904	IVA Inversão da liquidação	100
08019999	Diversas	30.000
	Total do Capítulo Económico 08:	41.400
	Total das Receitas Correntes:	47.361.959
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	5.890.269
090110	Famílias	20.000
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.000
090210	Famílias	1.000
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30.000
090310	Famílias	1.000
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	5.000
09040102	Maquinaria e equipamento	500
09040103	Outros	100
090409	Instituições sem fins lucrativos	
09040901	Equipamento de transporte	100
09040902	Maquinaria e equipamento	100
090410	Famílias	
09041001	Equipamento de transporte	100

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
09041002	Maquinaria e equipamento	100
09041003	Outros	100
	Total do Capítulo Económico 09:	5.949.369
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	211.411
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	447.329
10030703	PRODER	55.384
	Total do Capítulo Económico 10:	714.124
11	Activos financeiros	
1106	Empréstimos a médio e longo prazos	
110610	Famílias	600
	Total do Capítulo Económico 11:	600
12	Passivos financeiros	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	387.215
	Total do Capítulo Económico 12:	387.215
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	59.150
130199	Outras	20.000
	Total do Capítulo Económico 13:	79.150
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	3.800
	Total do Capítulo Económico 15:	3.800
	Total das Receitas de Capital:	7.134.258
	Total do Orçamento da Receita:	54.496.217

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
0101	Assembleia Municipal	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010204	Ajudas de custo	500
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021302	Outros	40.000
	Total do Capítulo Económico 01:	40.500
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	500
0101 020108	Material de escritório	1.500
0101 020115	Prémios, condecorações e ofertas	500
0101 020118	Livros e documentação técnica	500
0101 020119	Artigos honoríficos e de decoração	500
0101 020120	Material de educação, cultura e recreio	500
0101 020121	Outros bens	1.000
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020203	Conservação de bens	500
0101 020209	Comunicações	1.500
0101 020210	Transportes	1.000
0101 020213	Deslocações e estadas	500
0101 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	500
0101 020216	Seminários, exposições e similares	1.000
0101 020217	Publicidade	1.000
0101 020219	Assistência técnica	3.500
0101 020220	Outros trabalhos especializados	500
0101 020225	Outros serviços	5.000
	Total do Capítulo Económico 02:	20.000
	Total das Despesas Correntes:	60.500
	Total da Divisão Orgânica 0101:	60.500
0102	Câmara Municipal	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	149.400
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	395.050

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	36.000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	3.000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	24.050
0102 010111	Representação	33.000
0102 010113	Subsidio de refeição	33.000
0102 010114	Subsídio de férias e de Natal	67.000
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	16.000
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	1.300
0102 010203	Alimentação e alojamento	200
0102 010204	Ajudas de custo	2.500
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	12.000
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	180.000
0102 010302	Outros encargos com a saúde	15.000
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	4.000
0102 010304	Outras prestações familiares	400
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	110.000
0102 0103050202	Segurança Social - Regime geral	25.000
0102 01030503	Outros	3.000
0102 010308	Outras pensões	3.000
0102 010310	Outras despesas de segurança social	
0102 01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	10.000
	Total do Capítulo Económico 01:	1.122.900
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	2.000
0102 02010202	Gasóleo	20.000
0102 02010299	Outros	400
0102 020104	Limpeza e higiene	10.000
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	26.000
0102 020108	Material de escritório	13.000
0102 020112	Material de transporte-Peças	1.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 020114	Outro material-Peças	1.000
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	3.000
0102 020117	Ferramentas e utensílios	100
0102 020118	Livros e documentação técnica	200
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	300
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	200
0102 020121	Outros bens	12.000
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	200.000
0102 020202	Limpeza e higiene	100.000
0102 020203	Conservação de bens	15.000
0102 020204	Locação de edifícios	2.930.000
0102 020205	Locação de material de informática	3.000
0102 020208	Locação de outros bens	1.000
0102 020209	Comunicações	70.000
0102 020210	Transportes	6.000
0102 020211	Representação dos serviços	3.500
0102 020212	Seguros	10.000
0102 020213	Deslocações e estadas	5.000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	50.000
0102 020215	Formação	3.000
0102 020216	Seminários, exposições e similares	200
0102 020217	Publicidade	2.300
0102 020218	Vigilância e segurança	180.000
0102 020219	Assistência técnica	120.000
0102 020220	Outros trabalhos especializados	60.000
0102 020225	Outros serviços	650.000
	Total do Capítulo Económico 02:	4.498.200
0102 03	Juros e outros encargos	
0102 0301	Juros da dívida pública	
0102 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0102 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	200.000
0102 030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
0102 03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	220.000
0102 0303	Juros de locação financeira	
0102 030305	Material de transporte	600
0102 0305	Outros juros	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 030502	Outros	600.000
0102 0306	Outros encargos financeiros	
0102 030601	Outros encargos financeiros	20.000
	Total do Capítulo Económico 03:	1.040.600
0102 04	Transferências correntes	
0102 0403	Administração central	
0102 040301	Estado	4.000
0102 040305	Serviços e fundos autónomos	300
0102 0405	Administração local	
0102 040501	Continente	
0102 04050101	Municípios	1.000
0102 04050102	Freguesias	400.000
0102 04050104	Associações de municípios	43.000
0102 04050106	Regiões de turismo	50.000
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	600.000
	Total do Capítulo Económico 04:	1.098.300
0102 05	Subsídios	
0102 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102 050101	Públicas	
0102 05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	3.033.000
	Total do Capítulo Económico 05:	3.033.000
0102 06	Outras despesas correntes	
0102 0602	Diversas	
0102 060201	Impostos e taxas	34.000
0102 060203	Outras	
0102 06020301	Outras restituições	2.000
0102 06020305	Outras	500.000
	Total do Capítulo Económico 06:	536.000
	Total das Despesas Correntes:	11.329.000
0102 07	Aquisição de bens de capital	
0102 0701	Investimentos	
0102 070101	Terrenos	651.000
0102 070102	Habitacões	
0102 07010202	Aquisição	141.000
0102 070103	Edifícios	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 07010301	Instalações de serviços	1.000
0102 07010307	Outros	2.000
0102 070106	Material de transporte	
0102 07010602	Outro	1.000
0102 070107	Equipamento de informática	190.000
0102 070108	Software informático	17.000
0102 070110	Equipamento básico	
0102 07011002	Outro	179.500
0102 070115	Outros investimentos	45.000
0102 0702	Locação financeira	
0102 070205	Material de transporte	20.600
0102 0703	Bens de domínio público	
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	182.500
0102 070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	12.000
	Total do Capítulo Económico 07:	1.442.600
0102 08	Transferências de capital	
0102 0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 080101	Públicas	
0102 08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	314.157
0102 080102	Privadas	1.211.110
0102 0805	Administração local	
0102 080501	Continente	
0102 08050102	Freguesias	5.000
0102 08050104	Associações de municípios	10.000
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	2.000
	Total do Capítulo Económico 08:	1.542.267
0102 11	Outras despesas de capital	
0102 1102	Diversas	
0102 110299	Outras	20.000
	Total do Capítulo Económico 11:	20.000
	Total das Despesas de Capital:	3.004.867
	Total da Divisão Orgânica 0102:	14.333.867
0103	Operações Financeiras	
0103 09	Activos financeiros	
0103 0907	Acções e outras participações	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0103 090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	10.000
	Total do Capítulo Económico 09:	10.000
0103 10	Passivos financeiros	
0103 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0103 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.300.000
0103 100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	720.000
	Total do Capítulo Económico 10:	2.020.000
	Total das Despesas de Capital:	2.030.000
	Total da Divisão Orgânica 0103:	2.030.000
	Total do Capítulo Orgânico 01:	16.424.367
02	Divisão de Educação, Comun.,Cultura e Acção Social	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	2.380.000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	14.500
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	23.000
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	5.000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	35.000
02 010111	Representação	2.100
02 010113	Subsidio de refeição	290.000
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	395.000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	67.000
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	4.000
02 010204	Ajudas de custo	2.000
02 010205	Abono para falhas	40.000
02 010211	Subsídio de turno	13.000
02 010212	Indemnizações por cessação de funções	25.000
02 0103	Segurança social	
02 010302	Outros encargos com a saúde	100.000
02 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	15.000
02 010304	Outras prestações familiares	10.500
02 010305	Contribuições para a segurança social	
02 01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP	
02 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	330.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	0103050202	Segurança Social - Regime geral	270.000
02	01030503	Outros	14.000
02	010308	Outras pensões	7.000
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	20.000
Total do Capítulo Económico 01:			4.062.100
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	1.000
02	02010202	Gasóleo	110.000
02	02010299	Outros	50.000
02	020104	Limpeza e higiene	20.000
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	5.000
02	020108	Material de escritório	25.000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	60.000
02	020111	Material de consumo clínico	100
02	020112	Material de transporte-Peças	15.000
02	020114	Outro material-Peças	1.500
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	24.000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011603	Outras	5.000
02	020117	Ferramentas e utensílios	100
02	020118	Livros e documentação técnica	100
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	17.000
02	020121	Outros bens	200.000
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	200.000
02	020202	Limpeza e higiene	20.000
02	020203	Conservação de bens	60.000
02	020204	Locação de edifícios	351.550
02	020205	Locação de material de informática	2.000
02	020208	Locação de outros bens	35.000
02	020209	Comunicações	28.000
02	020210	Transportes	30.000
02	020212	Seguros	38.000
02	020213	Deslocações e estadas	12.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	10.000
02	020215	Formação	1.000
02	020216	Seminários, exposições e similares	8.000
02	020217	Publicidade	150.000
02	020218	Vigilância e segurança	10.000
02	020219	Assistência técnica	45.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	40.000
02	020225	Outros serviços	800.000
Total do Capítulo Económico 02:			2.374.350
02	04	Transferências correntes	
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	180.000
02	040305	Serviços e fundos autónomos	400
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	800.000
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	130.000
Total do Capítulo Económico 04:			1.110.400
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	30.000
Total do Capítulo Económico 05:			30.000
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	2.500
02	060203	Outras	
02	06020305	Outras	20.000
Total do Capítulo Económico 06:			22.500
Total das Despesas Correntes:			7.599.350
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070110	Equipamento básico	
02	07011002	Outro	22.000
02	070112	Artigos e objectos de valor	1.000
Total do Capítulo Económico 07:			23.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	08	Transferências de capital	
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	90.000
Total do Capítulo Económico 08:			90.000
Total das Despesas de Capital:			113.000
Total do Capítulo Orgânico 02:			7.712.350
03		Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos	
03	01	Despesas com o pessoal	
03	0101	Remunerações certas e permanentes	
03	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
03	01010401	Pessoal em funções	2.130.000
03	010108	Pessoal aguardando aposentação	15.000
03	010109	Pessoal em qualquer outra situação	25.000
03	010111	Representação	2.100
03	010113	Subsidio de refeição	285.000
03	010114	Subsídio de férias e de Natal	360.000
03	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	85.000
03	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
03	010202	Horas extraordinárias	90.000
03	010204	Ajudas de custo	10.000
03	010205	Abono para falhas	6.000
03	010211	Subsídio de turno	2.000
03	010212	Indemnizações por cessação de funções	25.000
03	0103	Segurança social	
03	010302	Outros encargos com a saúde	100.000
03	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	20.000
03	010304	Outras prestações familiares	10.000
03	010305	Contribuições para a segurança social	
03	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP	
03	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	430.000
03	0103050202	Segurança Social - Regime geral	83.000
03	01030503	Outros	5.000
03	010308	Outras pensões	20.000
03	010310	Outras despesas de segurança social	
03	01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	5.000
Total do Capítulo Económico 01:			3.708.100

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
03	02	Aquisição de bens e serviços	
03	0201	Aquisição de bens	
03	020102	Combustíveis e lubrificantes	
03	02010201	Gasolina	50.000
03	02010202	Gasóleo	400.000
03	02010299	Outros	35.000
03	020104	Limpeza e higiene	210.000
03	020107	Vestuário e artigos pessoais	64.000
03	020108	Material de escritório	18.000
03	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50.000
03	020112	Material de transporte-Peças	120.000
03	020114	Outro material-Peças	180.000
03	020115	Prémios, condecorações e ofertas	500
03	020116	Mercadorias para venda	
03	02011601	Água	3.800.000
03	02011603	Outras	7.000
03	020117	Ferramentas e utensílios	6.000
03	020118	Livros e documentação técnica	100
03	020120	Material de educação, cultura e recreio	100
03	020121	Outros bens	210.000
03	0202	Aquisição de serviços	
03	020201	Encargos das instalações	1.300.000
03	020202	Limpeza e higiene	1.850.000
03	020203	Conservação de bens	90.000
03	020204	Locação de edifícios	300
03	020208	Locação de outros bens	30.000
03	020209	Comunicações	44.000
03	020210	Transportes	17.000
03	020212	Seguros	58.000
03	020213	Deslocações e estadas	5.000
03	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	3.000
03	020215	Formação	4.000
03	020217	Publicidade	10.000
03	020218	Vigilância e segurança	3.000
03	020219	Assistência técnica	28.000
03	020220	Outros trabalhos especializados	4.000.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
03	020225	Outros serviços	1.410.000
		Total do Capítulo Económico 02:	14.003.000
03	03	Juros e outros encargos	
03	0303	Juros de locação financeira	
03	030305	Material de transporte	1.000
		Total do Capítulo Económico 03:	1.000
03	06	Outras despesas correntes	
03	0602	Diversas	
03	060201	Impostos e taxas	430.000
03	060203	Outras	
03	06020305	Outras	23.000
		Total do Capítulo Económico 06:	453.000
		Total das Despesas Correntes:	18.165.100
03	07	Aquisição de bens de capital	
03	0701	Investimentos	
03	070103	Edifícios	
03	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	1.000
03	07010305	Escolas	5.000
03	07010307	Outros	19.300
03	070104	Construções diversas	
03	07010406	Instalações desportivas e recreativas	1.000
03	07010409	Sinalização e trânsito	50.000
03	070106	Material de transporte	
03	07010602	Outro	101.000
03	070110	Equipamento básico	
03	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	64.500
03	07011002	Outro	310.200
03	070111	Ferramentas e utensílios	5.000
03	0702	Locação financeira	
03	070205	Material de transporte	65.000
03	070207	Maquinaria e equipamento	1.000
03	0703	Bens de domínio público	
03	070303	Outras construções e infraestruturas	
03	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	91.500
03	07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	36.500
03	07030304	Iluminação pública	2.000
03	07030305	Parques e jardins	310.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
03	07030307	Captação e distribuição de água	115.000
03	07030312	Cemitérios	5.000
03	07030313	Outros	7.500
Total do Capítulo Económico 07:			1.190.500
Total das Despesas de Capital:			1.190.500
Total do Capítulo Orgânico 03:			19.355.600
04	Divisão de Urbanismo, Licenciamento e Fiscalização		
04	01	Despesas com o pessoal	
04	0101	Remunerações certas e permanentes	
04	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
04	01010401	Pessoal em funções	1.100.000
04	010108	Pessoal aguardando aposentação	4.000
04	010109	Pessoal em qualquer outra situação	30.000
04	010111	Representação	2.100
04	010113	Subsidio de refeição	85.000
04	010114	Subsídio de férias e de Natal	180.000
04	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	25.000
04	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
04	010202	Horas extraordinárias	800
04	010204	Ajudas de custo	800
04	010205	Abono para falhas	1.000
04	010211	Subsídio de turno	800
04	010212	Indemnizações por cessação de funções	25.000
04	0103	Segurança social	
04	010302	Outros encargos com a saúde	40.000
04	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	7.000
04	010304	Outras prestações familiares	400
04	010305	Contribuições para a segurança social	
04	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP	
04	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	212.000
04	0103050202	Segurança Social - Regime geral	55.000
04	01030503	Outros	2.000
04	010308	Outras pensões	2.000
04	010310	Outras despesas de segurança social	
04	01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	3.000
Total do Capítulo Económico 01:			1.775.900

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
04	02	Aquisição de bens e serviços	
04	0201	Aquisição de bens	
04	020102	Combustíveis e lubrificantes	
04	02010201	Gasolina	700
04	02010202	Gasóleo	100
04	02010299	Outros	100
04	020107	Vestuário e artigos pessoais	400
04	020108	Material de escritório	25.000
04	020112	Material de transporte-Peças	100
04	020114	Outro material-Peças	4.000
04	020116	Mercadorias para venda	
04	02011603	Outras	7.000
04	020117	Ferramentas e utensílios	100
04	020118	Livros e documentação técnica	100
04	020120	Material de educação, cultura e recreio	100
04	020121	Outros bens	6.000
04	0202	Aquisição de serviços	
04	020203	Conservação de bens	7.000
04	020205	Locação de material de informática	3.000
04	020208	Locação de outros bens	2.000
04	020209	Comunicações	10.000
04	020210	Transportes	1.000
04	020211	Representação dos serviços	100
04	020212	Seguros	100
04	020213	Deslocações e estadas	800
04	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	390.000
04	020215	Formação	800
04	020217	Publicidade	13.000
04	020219	Assistência técnica	40.000
04	020220	Outros trabalhos especializados	350.000
04	020225	Outros serviços	30.000
Total do Capítulo Económico 02:			891.500
04	06	Outras despesas correntes	
04	0602	Diversas	
04	060201	Impostos e taxas	3.000
04	060203	Outras	
04	06020301	Outras restituições	15.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
04 06020305	Outras	15.000
	Total do Capítulo Económico 06:	33.000
	Total das Despesas Correntes:	2.700.400
04 07	Aquisição de bens de capital	
04 0701	Investimentos	
04 070102	Habitacões	
04 07010203	Reparação e beneficiação	306.500
04 070103	Edifícios	
04 07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	7.000
04 07010305	Escolas	471.100
04 07010307	Outros	35.000
04 070104	Construções diversas	
04 07010406	Instalações desportivas e recreativas	2.000
04 070110	Equipamento básico	
04 07011002	Outro	1.000
04 0703	Bens de domínio público	
04 070303	Outras construções e infraestruturas	
04 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.436.000
04 07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	17.600
04 07030304	Iluminação pública	5.000
04 07030305	Parques e jardins	15.000
04 07030307	Captação e distribuição de água	320.000
04 07030312	Cemitérios	5.000
04 070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	270.000
	Total do Capítulo Económico 07:	2.891.200
04 11	Outras despesas de capital	
04 1102	Diversas	
04 110299	Outras	100.000
	Total do Capítulo Económico 11:	100.000
	Total das Despesas de Capital:	2.991.200
	Total do Capítulo Orgânico 04:	5.691.600
05	Divisão de Suporte Técnico e Administrativo	
05 01	Despesas com o pessoal	
05 0101	Remunerações certas e permanentes	
05 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
05	01010401	Pessoal em funções	1.160.000
05	01010404	Recrutamento de Pessoal para novos postos trabalho	5.000
05	010106	Pessoal contratado a termo	
05	01010601	Pessoal em funções	1.300
05	010108	Pessoal aguardando aposentação	4.000
05	010109	Pessoal em qualquer outra situação	3.000
05	010111	Representação	2.100
05	010113	Subsidio de refeição	112.000
05	010114	Subsídio de férias e de Natal	200.000
05	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	60.000
05	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
05	010202	Horas extraordinárias	3.000
05	010204	Ajudas de custo	1.500
05	010205	Abono para falhas	13.000
05	010212	Indemnizações por cessação de funções	25.000
05	010213	Outros suplementos e prémios	
05	01021302	Outros	25.000
05	0103	Segurança social	
05	010302	Outros encargos com a saúde	80.000
05	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	20.000
05	010304	Outras prestações familiares	2.200
05	010305	Contribuições para a segurança social	
05	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2.800
05	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP	
05	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	238.000
05	0103050202	Segurança Social - Regime geral	44.000
05	01030503	Outros	2.800
05	010308	Outras pensões	5.000
05	010309	Seguros	
05	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	180.000
05	010310	Outras despesas de segurança social	
05	01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	7.000
Total do Capítulo Económico 01:			2.196.700
05	02	Aquisição de bens e serviços	
05	0201	Aquisição de bens	
05	020102	Combustíveis e lubrificantes	
05	02010201	Gasolina	35.000

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
05	02010202	Gasóleo	55.000
05	02010299	Outros	2.000
05	020104	Limpeza e higiene	1.300
05	020107	Vestuário e artigos pessoais	14.000
05	020108	Material de escritório	65.000
05	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	500
05	020112	Material de transporte-Peças	18.000
05	020114	Outro material-Peças	1.200
05	020116	Mercadorias para venda	
05	02011603	Outras	2.000
05	020117	Ferramentas e utensílios	100
05	020118	Livros e documentação técnica	2.000
05	020120	Material de educação, cultura e recreio	100
05	020121	Outros bens	8.000
05	0202	Aquisição de serviços	
05	020201	Encargos das instalações	5.200
05	020203	Conservação de bens	15.000
05	020204	Locação de edifícios	14.000
05	020205	Locação de material de informática	3.000
05	020209	Comunicações	175.000
05	020210	Transportes	2.500
05	020212	Seguros	9.000
05	020213	Deslocações e estadas	1.500
05	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	35.000
05	020215	Formação	40.000
05	020217	Publicidade	13.000
05	020218	Vigilância e segurança	500
05	020219	Assistência técnica	28.000
05	020220	Outros trabalhos especializados	35.000
05	020222	Serviços de saúde	28.000
05	020224	Encargos de cobrança de receitas	600.000
05	020225	Outros serviços	60.000
		Total do Capítulo Económico 02:	1.268.900
05	03	Juros e outros encargos	
05	0303	Juros de locação financeira	
05	030305	Material de transporte	600
05	0306	Outros encargos financeiros	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
05	030601	Outros encargos financeiros	18.000
Total do Capítulo Económico 03:			18.600
05	06	Outras despesas correntes	
05	0602	Diversas	
05	060201	Impostos e taxas	550.000
05	060203	Outras	
05	06020301	Outras restituições	600.000
05	06020302	IVA pago	500.000
05	06020303	Diferenças de câmbio	100
05	06020305	Outras	100.000
Total do Capítulo Económico 06:			1.750.100
Total das Despesas Correntes:			5.234.300
05	07	Aquisição de bens de capital	
05	0701	Investimentos	
05	070106	Material de transporte	
05	07010602	Outro	5.000
05	070109	Equipamento administrativo	10.000
05	070110	Equipamento básico	
05	07011002	Outro	20.500
05	0702	Locação financeira	
05	070205	Material de transporte	22.500
Total do Capítulo Económico 07:			58.000
05	11	Outras despesas de capital	
05	1102	Diversas	

Município de Lagos

ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
05	110299	Outras	20.000
			Total do Capítulo Económico 11: 20.000
			Total das Despesas de Capital: 78.000
			Total do Capítulo Orgânico 05: 5.312.300
			<hr/> <hr/>
Total do Orçamento da Despesa:			54.496.217

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Resumo do orçamento por Capítulo para 2014

Receitas		Montante	Despesas		Montante
01	Impostos directos	18.934.040	01	Despesas com o pessoal	12.906.200
02	Impostos indirectos	1.191.860	02	Aquisição de bens e serviços	23.055.950
03	Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE		03	Juros e outros encargos	1.060.200
04	Taxas, multas e outras penalidades	2.465.906	04	Transferências correntes	2.208.700
05	Rendimentos da propriedade	527.955	05	Subsídios	3.063.000
06	Transferências correntes	6.139.067	06	Outras despesas correntes	2.794.600
07	Venda de bens e serviços correntes	18.061.731		Total das Despesas Correntes	45.088.650
08	Outras receitas correntes	41.400			
	Total das Receitas Correntes	47.361.959	07	Aquisição de bens de capital	5.605.300
09	Venda de bens de investimento	5.949.369	08	Transferências de capital	1.632.267
10	Transferências de capital	714.124	09	Activos financeiros	10.000
11	Activos financeiros	600	10	Passivos financeiros	2.020.000
12	Passivos financeiros	387.215	11	Outras despesas de capital	140.000
13	Outras receitas de capital	79.150	12	Operações extra-orçamentais	
14	Recursos próprios comunitários		17	Operações extra-orçamentais	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	3.800		Total das Despesas de Capital	9.407.567
16	Saldo da gerência anterior				
17	Operações extra-orçamentais				
	Total das Receitas Capital	7.134.258			

Total das Receitas: 54.496.217

Total das Despesas: 54.496.217

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Município de Lagos

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2014

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	47.361.959		Correntes	45.088.650	
Capital	7.134.258		Capital	9.407.567	
Total:		54.496.217	Total:		54.496.217
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		54.496.217	Total Geral:		54.496.217

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

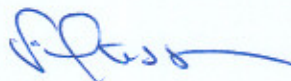
UNIDADE TÉCNICO- FINANCEIRA

NOTA JUSTIFICATIVA

- DOTAÇÃO DO CAPITULO 15 “REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS”-

- ✓ A presente dotação foi inscrita no orçamento para o ano económico de 2014 com o valor de 3.800,00 €, em virtude de na data da elaboração do mesmo prever-se, à semelhança de anos anteriores, no acerto referente a seguros, a entrega de importâncias estimadas naquele valor.

A Coordenadora Principal da Unidade Técnico- Financeira,



Maria Fernanda C. Rocha Gaspar



MUNICÍPIO DE LAGOS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

PARA O
ANO FINANCEIRO DE 2014

ORÇAMENTOS	APROVAÇÕES	
	DATAS DAS DELIBERAÇÕES	
	Câmara Municipal	Assembleia Municipal
Inicial	Reunião de Câmara de	Sessão Ordinária de dezembro 2013, realizada no dia
Revisão – 1ª.....		
“		
Alteração – 1ª.....		
Alteração – 2ª.....		
Alteração – 3ª.....		

Município de Lagos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014		Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	
11 FUNÇÕES GERAIS - Serviços Gerais Administração Púb																					
11 001 Administração Geral																					
11	001	2007/28		Locação Financeira - Material de Transporte	0102 070205	O	100	AA	01/2007	12/2015	P		54.097	5.600	5.600		1.000				60.697
11	001	2007/51		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2007	12/2014	P		33.055	3.000	3.000						36.055
11	001	2007/55		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2007	12/2014	P		16.020	1.000	1.000						17.020
11	001	2008/20		Locação Financeira - Material de Transporte	0102 070205	O	100	AA	01/2008	12/2015	P		51.026	10.000	10.000		2.000				63.026
11	001	2008/25		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2008	12/2015	P		14.853	3.500	3.500		1.000				19.353
11	001	2008/29		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2008	12/2015	P		16.544	4.000	4.000		1.000				21.544
11	001	2008/33		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2008	12/2015	P		14.852	3.500	3.500		1.000				19.352
11	001	2008/40		Locação Financeira - Material de Transporte	03 070205	O	100	DASu	01/2008	12/2015	P		289.232	65.000	65.000		12.000				366.232
11	001	2008/41		Locação Financeira - Maquinaria e Equipamento	03 070207	O	100	DASu	01/2008	12/2014	P		22.209	1.000	1.000						23.209
11	001	2008/45		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2008	12/2015	P		16.543	4.000	4.000		1.000				21.543
11	001	2008/53		Locação Financeira - Material de Transporte	05 070205	O	100	DSTa	01/2008	12/2015	P		14.853	3.500	3.500		1.000				19.353
11	001	2010/21		Locação Financeira - Material de Transporte	0102 070205	O	100	AA	01/2010	12/2016	P		12.145	5.000	5.000		5.000	1.000			23.145
11	001	2012/1		Equipamento informático - Renovação e Ampliação do Parque Informático	0102 070107	O	100	AA	01/2012	12/2014	9			190.000	190.000						190.000
11	001	2012/2		Software informático	0102 070108	O	100	AA	01/2012	12/2014	9		57.907	17.000	17.000						74.907
11	001	2012/4		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100	AA	01/2012	12/2014	9			10.500	10.500						10.500
11	001	2012/6		Equipamento Básico	02 07011002	O	100	DECC	01/2012	12/2014	9			5.000	5.000						5.000
11	001	2012/7		Artigos e Objectos de Valor	02 070112	O	100	DECC	01/2012	12/2014	9			1.000	1.000						1.000
11	001	2012/8		Maquinaria e Equipamento Diverso - Inclui Grandes Reparações	03 07011002	O	100	DASu	01/2012	12/2014	9		12.136	180.000	180.000						192.136
11	001	2012/9		Material de Transporte - Inclui Grandes Reparações	03 07010602	O	100	DASu	01/2012	12/2014	9		17.514	101.000	101.000						118.514
11	001	2012/10		Equipamento Básico	03 07011002	O	100	DASu	01/2012	12/2014	9		758	15.000	15.000						15.758
11	001	2012/11		Ferramentas e Utensílios	03 070111	O	100	DASu	01/2012	12/2014	9		1.600	5.000	5.000						6.600
11	001	2012/13		Equipamento Básico	04 07011002	O	100	DULF	01/2012	12/2014	9			1.000	1.000						1.000
11	001	2012/15		Material de Transporte - Inclui Grandes Reparações	05 07010602	O	100	DSTa	01/2012	12/2014	9			5.000	5.000						5.000
11	001	2012/16		Equipamento Administrativo	05 070109	O	100	DSTa	01/2012	12/2014	9		3.211	10.000	10.000						13.211
11	001	2012/17		Equipamento Básico	05 07011002	O	100	DSTa	01/2012	12/2014	9			20.500	20.500						20.500
11	001	2012/19		Edifícios Municipais-Conservação, Reparação e Requalificação	03 07010307	A	100	DASu	01/2012	12/2014	0			9.300	9.300						9.300
11	001	2012/20		Edifícios Municipais-Conservação, Reparação e Requalificação	04 07010307	E	100	DULF	01/2012	12/2014	0			10.000	10.000						10.000
11	001	2012/21		Aquisição de Edifício	0102 07010301	O	100	AA	01/2012	12/2014	9			1.000	1.000						1.000
11	001	2012/22		Aquisição de Prédio Rústico com Direito de Preferência	0102 07010307	O	100	AA	01/2012	12/2014	9			1.000	1.000						1.000

Município de Lagos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N°	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2014				Anos seguintes			
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
24 FUNÇÕES SOCIAIS - Habitação e Serviços Colectivos																						
24 002 Ordenamento do Território																						
24	002	2003/54		Qualificação Zona Envolvente Muralhas-AcçãoC6-Projecto Polis	04	07030301	E	75	25	DULF	01/2003	12/2014	4	4.414.996	27.000	27.000						4.441.996
24	002	2003/55		Renovação Urbana Cidade-Nucleo Primitivo-Acção C7-Projecto Polis	04	07030301	E	75	25	DULF	01/2003	12/2014	4	1.806.367	7.000	7.000						1.813.367
24	002	2008/86		Gestão do Plano de Pormenor - Almádena	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	2.530.320	2.534.320	
24	002	2008/87		Gestão do Plano de Pormenor - Barão de São João	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0	137.359	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	4.044.147	4.185.506	
24	002	2008/88		Gestão do Plano de Pormenor - Bensafirim	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0	176.507	74.500	74.500	1.000	1.000	1.000	2.384.500	2.638.507	
24	002	2008/89		Gestão do Plano de Pormenor - Espiche	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	4.908.500	4.912.500	
24	002	2008/90		Gestão do Plano de Pormenor - Portelas	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	3.789.000	3.793.000	
24	002	2008/91		Gestão do Plano de Pormenor - Sargaçal	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	3.801.000	3.805.000	
24	002	2008/92		Gestão do Plano de Urbanização da Vila da Luz	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2018	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	9.813.830	9.817.830	
24	002	2008/94		Acessibilidades - Lagos / Meia Praia (Remodelação)	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2015	1	58.178	921.500	921.500	100.000				1.079.678	
24	002	2008/97		Requalificação de arruamentos diversos	04	07030301	E		100	DULF	01/2008	12/2014	4	375.679	11.500	11.500					387.179	
24	002	2009/99		Gestão do Plano de Pormenor - Chincato	04	07030301	E		100	DULF	01/2009	12/2018	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	6.758.601	6.762.601	
24	002	2010/106		Obras de construção civil de natureza diversa	04	07030301	E		100	DULF	01/2010	12/2015	4	165.958	70.000	70.000	5.000				240.958	
24	002	2010/113		Gestão do Plano de Urbanização de Odiáxere	04	07030301	E		100	DULF	01/2010	12/2020	0	21.768	6.500	6.500	1.000	1.000	1.000	10.046.000	10.077.268	
24	002	2012/42		Aquisição/expropriação de terrenos	0102	070301	O		100	AA	01/2012	12/2015	9	30.000	50.000	50.000	50.000				130.000	
24	002	2012/43		Aquisição de Terrenos urbanos com direito de preferência	0102	070301	O		100	AA	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000					1.000	
24	002	2012/44		Aquisição de Terrenos rústicos com direito de preferência	0102	070301	O		100	AA	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000					1.000	
24	002	2012/45		Valorização e requalificação de espaços e arruamentos diversos	04	07030301	E		100	DULF	01/2012	12/2015	0		15.000	15.000	1.000				16.000	
24	002	2012/46		Requalificação do sistema viário e mobilidade da cidade	04	07030301	E		100	DULF	01/2012	12/2015	0		20.000	20.000	1.000				21.000	
24	002	2012/47		Obras de construção civil de natureza diversa	04	07030301	E		100	DULF	01/2012	12/2015	0		50.000	50.000	1.000				51.000	
24	002	2013/1		Gestão do Plano de Urbanização de Lagos	04	07030301	E		100	DULF	01/2013	12/2022	0		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	9.996.000	10.000.000	
Totais do Programa 002:														10.304.317	1.268.000	1.268.000	0	168.000	10.000	10.000	58.071.898	69.832.215
24 003 Saneamento																						
24	003	2008/105		Remodelação e Ampliação das Redes de Drenagem - Ferrel / Espiche	04	07030302	E		100	DULF	01/2008	12/2014	P	18.354	5.500	5.500					23.854	
24	003	2012/48		Equipamento Básico	03	07011002	O		100	DASu	01/2012	12/2014	9		2.700	2.700					2.700	
24	003	2012/49		Estações Elevatórias, Estações de Tratamento de Águas Residuais e Colectores - Conservação e Manutenção	03	07030302	A		100	DASu	01/2012	12/2014	0		26.500	26.500					26.500	

Município de Lagos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
															2014			Anos seguintes							
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)				
24 FUNÇÕES SOCIAIS - Habitação e Serviços Colectivos																									
24 003 Saneamento																									
24	003	2012/50		Execução de ramais domiciliários	03	07030302	A		100	DASu	01/2012	12/2014	9		10.000	10.000						10.000			
24	003	2012/51		Ampliação, cons. e remodelação das redes de esgotos	04	07030302	E		100	DULF	01/2012	12/2014	0		12.100	12.100						12.100			
Totais do Programa 003:														18.354	56.800	56.800	0	0	0	0	0	0	75.154		
24 004 Abastecimento de Água																									
24	004	2011/114		Ampliação, conservação e remodelação de reservatórios e de redes de água - inclui equipamento	04	07030307	E		100	DULF	01/2011	12/2016	P	32.906	310.000	310.000		300.000	275.000				917.906		
24	004	2011/115		Aquisição de Contadores de Água - Inclui reparações	03	07011002	A		100	DASu	01/2011	12/2014	P	37.911	90.000	90.000							127.911		
24	004	2012/52		Equipamento Básico	03	07011002	O		100	DASu	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000							1.000		
24	004	2012/53		Execução de ramais domiciliários	03	07030307	A		100	DASu	01/2012	12/2014	9		10.000	10.000							10.000		
24	004	2012/54		Ampliação, conservação e remodelação de reservatórios e de redes de água - inclui equipamento	03	07030307	A		100	DASu	01/2012	12/2015	0	8.727	105.000	105.000		1.000					114.727		
24	004	2012/55		Ampliação, conservação e remodelação de reservatórios e de redes de água - inclui equipamento	04	07030307	E		100	DULF	01/2012	12/2014	0		10.000	10.000							10.000		
Totais do Programa 004:														79.544	526.000	526.000	0	301.000	275.000	0	0	0	0	0	1.181.544
24 005 Resíduos Sólidos																									
24	005	2012/56		Limpeza Urbana - Contentores Deposição de RSU	03	07011001	O		100	DASu	01/2012	12/2014	9	13.988	64.500	64.500							78.488		
24	005	2012/57		Limpeza Urbana - Equipamento básico	03	07011002	O		100	DASu	01/2012	12/2014	9		12.500	12.500							12.500		
Totais do Programa 005:														13.988	77.000	77.000	0	0	0	0	0	0	90.988		
24 006 Protecção do Meio Ambiente e Conservação Natureza																									
24	006	2001/54		Estrut.Verde Mun.-Cons.Manut.Espaços Verdes-inclui inst.sist.rega	04	07030305	O		100	DULF	01/2001	12/2014	4	1.151.265	5.000	5.000							1.156.265		
24	006	2009/128		Conservação e Manutenção dos Espaços Verdes - Inclui Equipamento	03	07030305	A		100	DASu	01/2009	12/2014	4	607.760	5.000	5.000							612.760		
24	006	2011/124		Cemitérios - Aquisição / Expropriação de Terrenos	0102	070301	O		100	AA	01/2011	12/2014	9		46.000	46.000							46.000		
24	006	2012/58		Cemitérios - Equipamento básico	03	07011002	O		100	DASu	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000							1.000		
24	006	2012/59		Cemitérios - Obras de conservação e remodelação	03	07030312	A		100	DASu	01/2012	12/2014	0		5.000	5.000							5.000		
24	006	2012/60		Cemitérios - Ampliação, Conservação e Beneficiação	04	07030312	E		100	DULF	01/2012	12/2014	4	6.048	5.000	5.000							11.048		
24	006	2012/61		Estrut.Verde Mun.- Equipamento Básico	03	07011002	O		100	DASu	01/2012	12/2014	9		5.000	5.000							5.000		
24	006	2012/62		Estrut.Verde Mun.-Cons.Manut.Espaços Verdes-inclui inst.sist.rega	03	07030305	A		100	DASu	01/2012	12/2016	3	190.957	305.000	305.000		205.000	155.000				855.957		

Município de Lagos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / N.º	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014				Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
24 FUNÇÕES SOCIAIS - Habitação e Serviços Colectivos																								
24 006 Protecção do Meio Ambiente e Conservação Natureza																								
24	006	2012/63		Estrut.Verde Mun.- Reabilitação das Fontes da Cidade - Inc. Equipamento	03	07030313	A		100		DASu	01/2012	12/2014	9		7.500	7.500						7.500	
24	006	2012/64		Estrut.Verde Mun.-Req., manut. e conservação de espaços públicos e zonas verdes	04	07030305	E		100		DULF	01/2012	12/2014	0		10.000	10.000						10.000	
24	006	2012/65		Canil Municipal - Obras de conservação e remodelação	03	07010307	A		100		DASu	01/2012	12/2014	0		5.000	5.000						5.000	
24	006	2012/66		Canil Municipal - Equipamento básico	03	07011002	O		100		DASu	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
24	006	2012/67		Viveiro Municipal - Obras de conservação e remodelação	03	07010307	A		100		DASu	01/2012	12/2014	0		5.000	5.000						5.000	
24	006	2012/68		Viveiro Municipal - Equipamento básico	03	07011002	O		100		DASu	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
Totais do Programa 006:														1.956.030	406.500	406.500	0	205.000	155.000	0	0	2.722.530		
Totais do Objetivo 24:														17.924.539	2.782.800	2.782.800	0	674.000	440.000	10.000	58.071.898	79.903.237		
25 FUNÇÕES SOCIAIS - Serv. Culturais, Recreativos e Religião																								
25 001 Cultura																								
25	001	2004/115		Igreja de N.ª Srª do Carmo	04	070305	E		100		DULF	01/2004	12/2015	4	1.458.914	230.000	230.000		170.000				1.858.914	
25	001	2006/148		Centro Cultural - Obras de Conservação e Beneficiação- Inclui Ala de Arte Contemporânea	04	07010307	E		100		DULF	01/2006	12/2014	4	177.157	25.000	25.000						202.157	
25	001	2007/165		Atribuição de subsídios - Academia de Música de Lagos	02	080701	O		100		DECC	01/2007	12/2014	9	153.880	22.000	22.000						175.880	
25	001	2010/162		Obras de conservação e manutenção no Museu Municipal	04	070305	E		100		DULF	01/2010	12/2014	1		40.000	40.000						40.000	
25	001	2011/144		Lagos na Rota dos Escravos	0102	070305	E		50	50	AA	01/2011	12/2014	1	10.456	12.000	12.000						22.456	
25	001	2012/70		Centro Cultural - Equipamento básico	02	07011002	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
25	001	2012/71		Biblioteca Júlio Dantas e Polos - Equipamento básico	02	07011002	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
25	001	2012/72		Museu Municipal - Equipamento básico	02	07011002	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
25	001	2012/73		Atribuição de subsídios - Associação Ciência Viva de Lagos	02	080701	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
25	001	2012/74		Atribuição de subsídios - Associações Culturais e Outras	02	080701	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
Totais do Programa 001:														1.800.407	334.000	334.000	0	170.000	0	0	0	2.304.407		
25 002 Desporto, Recreio e Lazer																								
25	002	2000/136		Zona Desportiva-2F(Pavilhão, Piscinas e Outros)	04	07010406	E	11	38	51	DULF	07/2000	12/2014	4	12.774.759	1.552.000	1.000	1.551.000						14.326.759
25	002	2010/173		Atribuição de subsídios - Clubes Desportivos	02	080701	O		100		DECC	01/2010	12/2018	9	40.000	20.000	20.000		20.000	20.000	20.000	20.000		140.000
25	002	2012/34		Equipamento Básico - Espaço Jovem	02	07011002	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	

Município de Lagos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N°	Ação				2014				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)				
25				FUNÇÕES SOCIAIS - Serv. Culturais, Recreativos e Religi																			
25 002				Desporto, Recreio e Lazer																			
25 002	2012/76			Instalações Desportivas - Equipamento básico	02 07011002	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000					1.000		
25 002	2012/77			Instalações Desportivas - Manutenção e Conservação	03 07010406	A		100		DASu	01/2012	12/2014	0		1.000	1.000					1.000		
25 002	2012/78			Instalações Desportivas - Manutenção, Conservação e beneficiação	04 07010406	E		100		DULF	01/2012	12/2014	0		1.000	1.000					1.000		
25 002	2012/79			Atribuição de subsídios - Clubes Desportivos	02 080701	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		5.000	5.000					5.000		
Totais do Programa 002:														12.814.759	1.581.000	30.000	1.551.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	14.475.759
25 003				Outras Atividades Cívicas e Religiosas																			
25 003	2012/75			Atribuição de Subsídios - Centros Paroquiais	02 080701	O		100		DECC	01/2012	12/2014	9		5.000	5.000					5.000		
Totais do Programa 003:														0	5.000	5.000	0	0	0	0	0	0	5.000
Totais do Objetivo 25:														14.615.166	1.920.000	369.000	1.551.000	190.000	20.000	20.000	20.000	20.000	16.785.166
31				FUNÇÕES ECONÓMICAS - Agricultura, Pecuária, Silvicultu																			
31 000				Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca																			
31 000	2010/58			Manutenção da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (PRODER)	0102 070115	E		20	80	AA	01/2010	12/2014	4	158.234	40.000	40.000					198.234		
Totais do Programa 000:														158.234	40.000	40.000	0	0	0	0	0	0	198.234
Totais do Objetivo 31:														158.234	40.000	40.000	0	0	0	0	0	0	198.234
32				FUNÇÕES ECONÓMICAS - Indústria e Energia																			
32 000				Indústria e Energia																			
32 000	2012/80			Iluminação Pública nas vias urbanas e rurais	03 07030304	A		100		DASu	01/2012	12/2014	9	4.257	2.000	2.000					6.257		
32 000	2012/81			Trabalhos de electricidade e telecomunicações de natureza diversa	04 07030304	E		100		DULF	01/2012	12/2014	0		5.000	5.000					5.000		
Totais do Programa 000:														4.257	7.000	7.000	0	0	0	0	0	0	11.257
Totais do Objetivo 32:														4.257	7.000	7.000	0	0	0	0	0	0	11.257
33				FUNÇÕES ECONÓMICAS - Transportes e Comunicações																			
33 001				Transportes Rodoviários																			
33 001	2008/184			Pavimentação de Ruas da Cidade e estacionamento	03 07030301	A		100		DASu	01/2008	12/2014	P		11.500	11.500					11.500		
33 001	2008/185			Cons. Beneficiação Rede Viária Municipal - Inclui obras de Arte	03 07030301	A		100		DASu	01/2008	12/2014	P		2.000	2.000					2.000		

Município de Lagos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N.º	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)		
33 FUNÇÕES ECONÓMICAS - Transportes e Comunicações																							
33 001 Transportes Rodoviários																							
33	001	2009/168		Cons. Beneficiação Rede Viária Municipal - Inclui obras de arte	03 07030301	A		100		DASu	01/2009	12/2014	P		8.000	8.000						8.000	
33	001	2011/173		Pavimentação de ruas da cidade e estacionamentos	03 07030301	A		100		DASu	01/2011	12/2014	P		20.000	20.000						20.000	
33	001	2012/83		Aquisição/expropriação de terrenos para estradas e caminhos municipais	0102 070301	O		100		AA	01/2012	12/2014	9		30.000	30.000						30.000	
33	001	2012/84		Sinais, Placas de Trânsito e Outros - Toponímia	03 07010409	O		100		DASu	01/2012	12/2014	9	12.690	50.000	50.000						62.690	
33	001	2012/85		Estrutura viária municipal - Inclui pavimentação, beneficiação e conservação	03 07030301	A		100		DASu	01/2012	12/2014	0	3.455	50.000	50.000						53.455	
33	001	2012/86		Requalificação de arruamentos diversos nas freguesias	04 07030301	E		100		DULF	01/2012	12/2014	0		20.000	20.000						20.000	
33	001	2012/87		Estrutura viária municipal - Inclui pavimentação, beneficiação e conservação	04 07030301	E		100		DULF	01/2012	12/2015	3	10.282	200.000	200.000	20.000						230.282
Totais do Programa 001:														26.427	391.500	391.500	0	20.000	0	0	0	0	437.927
Totais do Objetivo 33:														26.427	391.500	391.500	0	20.000	0	0	0	0	437.927
34 FUNÇÕES ECONÓMICAS - Comércio e Turismo																							
34 001 Mercados e Feiras																							
34	001	2005/179		Beneficiação do Mercado St.Amaro e espaços envolventes	04 07010303	E		100		DULF	01/2005	12/2014	4	907.664	2.000	2.000						909.664	
34	001	2010/190		Aquisição de terreno urbano para ampliação da FETAAL	0102 070301	O		100		AA	06/2010	12/2016	9	1.476	40.000	40.000	40.000	40.000				121.476	
34	001	2010/191		Aquisição de terreno rústico para ampliação da FETAAL	0102 070301	O		100		AA	06/2010	12/2016	9	524	14.500	14.500	14.500	14.500				44.024	
34	001	2012/88		Mercados Municipais- Conservação e Manutenção	03 07010303	A		100		DASu	01/2012	12/2014	0		1.000	1.000						1.000	
34	001	2012/89		Mercados Municipais- Equipamento Básico	03 07011002	O		100		DASu	01/2012	12/2014	9		1.000	1.000						1.000	
34	001	2012/90		Mercados Municipais- Conservação e Beneficiação	04 07010303	E		100		DULF	01/2012	12/2014	0		5.000	5.000						5.000	
Totais do Programa 001:														909.664	63.500	63.500	0	54.500	54.500	0	0	0	1.082.164
Totais do Objetivo 34:														909.664	63.500	63.500	0	54.500	54.500	0	0	0	1.082.164
42 OUTRAS FUNÇÕES - Transferências entre Administração																							
42 000 Administração Autárquica																							
42	000	2012/91		Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia	0102 08050102	O		100		AA	01/2012	12/2014	9		5.000	5.000						5.000	
42	000	2012/92		Transferências de Capital para a AMAL	0102 08050104	O		100		AA	01/2012	12/2014	9		5.000	5.000						5.000	

Atividades mais Relevantes do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
21 FUNÇÕES SOCIAIS - Educação																						
21 001 Ensino Não Superior																						
21	001	2013/5001		Atividades de enriquecimento curricular	02	040701	O	100		DECC	01/2013	12/2014	9	144.432	360.000	360.000						504.432
21	001	2013/5002		Refeições escolares	02	020225	O	100		DECC	01/2013	12/2015	9	171.964	470.000	470.000		250.000				891.964
Totais do Programa 001:													316.396	830.000	830.000	0	250.000	0	0	0	0	1.396.396
Totais do Objetivo 21:													316.396	830.000	830.000	0	250.000	0	0	0	0	1.396.396
24 FUNÇÕES SOCIAIS - Habitação e Serviços Colectivos																						
24 006 Protecção do Meio Ambiente e Conservação Natureza																						
24	006	2013/5003		Limpeza urbana	03	020202	O	100		DASu	01/2013	12/2017	9	577.065	1.541.000	1.541.000		905.000	905.000	380.000		4.308.065
24	006	2013/5004		Limpeza das zonas balneares	03	020202	O	100		DASu	01/2013	12/2016	9	46.387	252.000	252.000		205.000	60.000			563.387
Totais do Programa 006:													623.452	1.793.000	1.793.000	0	1.110.000	965.000	380.000	0	0	4.871.452
Totais do Objetivo 24:													623.452	1.793.000	1.793.000	0	1.110.000	965.000	380.000	0	0	4.871.452
Total Geral:													939.848	2.623.000	2.623.000	0	1.360.000	965.000	380.000	0	0	6.267.848

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Anexo

1.Mapa de Pessoal

PREÂMBULO

MAPA DE PESSOAL

Nos termos da legislação em vigor, (n.º 3 do art.º 5 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro – LVCR - conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), o Mapa de Pessoal, a aprovar pela Assembleia Municipal, é elaborado anualmente tendo em conta: 1) as atribuições, a estratégia e os objetivos superiormente fixados, bem como as competências das unidades orgânicas; 2) as necessidades de recursos humanos previstas para fazer face ao Plano de Atividades a aprovar; 3) os limites definidos pelo Orçamento apresentado para esse ano (art.ºs 4.º a 7.º da LVCR).

Nessa conformidade, o **MAPA DE PESSOAL PARA 2014** foi elaborado com base na identificação e caracterização global dos postos de trabalho, em função da carreira/categoria, da área funcional e do perfil de competências transversais da respetiva categoria, tendo como pressupostos essenciais:

- ✓ A eficácia da racionalização e maximização do potencial dos humanos da autarquia para fazer face à multidisciplinaridade das atividades a desenvolver;
- ✓ A agilização da rotatividade interna dos trabalhadores para uma gestão mais flexível e eficaz dos recursos humanos;
- ✓ A especificidade económica do município;
- ✓ O cumprimento das competências e atribuições dos serviços nos termos da lei.

De harmonia com o exposto, a elaboração do Mapa de Pessoal tem em consideração os trabalhadores existentes à data da sua elaboração, reajustando-se a área funcional de exercício de funções sempre que necessário e possível, de forma a fazer face às atividades previstas para o ano de 2014 e eliminando-se postos de trabalho anteriormente ocupados por trabalhadores que entretanto se aposentaram, efetivaram a sua mobilidade noutros órgãos ou serviços, ou cessaram, ou suspenderam, o seu vínculo com o Município de Lagos, exceto nas seguintes situações:

- ✓ quando em determinadas áreas de funcionamento é detetado um número muito reduzido de recursos humanos comparativamente com anos anteriores, designadamente por motivos de aposentação dos trabalhadores, a qual determine um comprometimento das atividades a desenvolver;

- ✓ quando se trate de trabalhadores em situação de licença sem remuneração há menos de um ano (por aplicação do n.º 4 do art.º 235.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro), ou quando a licença tenha duração superior e se considere a pertinência da manutenção do posto de trabalho;
- ✓ quando se trate de trabalhadores em situação de mobilidade interna entre serviços (noutros organismos públicos), prevendo a eventualidade do seu regresso;
- ✓ quando se trate de trabalhadores em mobilidade interna na modalidade de cedência de interesse público (em entidades empresariais municipais), prevendo a eventualidade do seu regresso.

Mapa de Pessoal 2014

Quadro Resumo

Carreira	Categoria/Cargo	Postos de Trabalho									
		Comissão de Serviço			Tempo Indeterminado				Tempo Determinado		
		Previstos	Ocupados	Livres	Previstos	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Ocupados	Livres
	Dirigentes Intermédios	16	15	1							
Técnico Superior	Técnico Superior				103	80	2	21	1	1	
Assistente Técnico	Coordenador Técnico				15	13		2			
	Assistente Técnico				171	167	2	2			
Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional				1	1					
	Encarregado Operacional				20	19	1				
	Assistente Operacional				424	409	12	3			
Informática	Especialista de Informática				5	5					
	Técnico de Informática										
Pessoal Docente	Educador de Infância				1	1					
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Espec. Principal				5	5					
	Fiscal Municipal Principal										
	Fiscal Municipal de 2.ª Classe										
	Encarregado de Movimento (Chefe de Tráfego)				1	1					
	Encarregado de Pessoal Auxiliar				1	1					
TOTAIS		16	15	1	747	702	17	28	1	1	0

Mapa de Pessoal 2014

CARREIRA	CATEGORIA / CARGO	ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA PROFISSIONAL	POSTOS DE TRABALHO (PT)																	
				CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS												COMISSÃO DE SERVIÇO					
				Tempo Indeterminado						Tempo Determinado ou											
				Total de Postos de Trabalho Necessários [1]	Total de Postos de Trabalho Ocupados [2]	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Cativos [6]	Mobilidade Interna			LSR			Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]
Orgãos e Serviços	Interesse Público	Outra	< 1 Ano							>= 1 Ano											
Dirigentes Intermédios				16	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	15	1
n.a.	Chefe de Divisão	Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirige, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; promove o debate e o esclarecimento das ações a desenvolver para cumprimento dos objetivos do serviço, orienta, controla e avalia o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes tendo em vista a eficaz prestação do serviço, a satisfação do interesse dos destinatários e a execução dos planos de atividades e a prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; garante a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; divulga junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, de forma a garantir o empenho e a responsabilização por parte dos trabalhadores; gere com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos.		4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0
n.a.	Coordenador Principal	Coadjuvar o Chefe de Divisão de que depende hierarquicamente, coordena as atividades e gere os recursos da unidade técnica que dirige, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, com as necessárias adaptações.		7	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	1
n.a.	Coordenador	Coadjuvar o Chefe de Divisão de que depende hierarquicamente, coordena as atividades e gere os recursos da unidade técnica que dirige, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, com as necessárias adaptações.		5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	0
Técnico Superior				104	81	103	80	2	21	1	5	0	0	1	1	1	0	-15	-15	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Administração Pública)	Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços, representando o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.	Administração Pública	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Arqueologia)	Executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos específicos no âmbito da arqueologia no campo, em meio urbano, em gabinetes ou laboratórios; conceber e desenvolver projetos; efetuar prospeções, escavações, peritagens, exposições, conferências, condução de visitas e elaborar publicações; emitir pareceres sobre normas de proteção de gestão do património arqueológico ou sobre projetos de conservação; participar em reuniões, comissões ou grupos de trabalho cujo âmbito de atuação implique a proteção da arqueologia; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Arqueologia	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Arquitetura)	Emitir pareceres relativos a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção ou de outras operações urbanísticas; colaborar na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários, da administração central ou outros; colaborar na definição de propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitetónicas; coordenar e fiscalizar a execução de obras; articular a sua atividade com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitetura paisagista, reabilitação social e urbana e engenharia; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Arquitetura	7	6	7	6	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Arquitetura Paisagista)	Zelar pelo equilíbrio ecológico e visual em termos do planeamento do território e da paisagem, tendo em consideração aspetos biológicos, estéticos, arquitetónicos, históricos, sociais, de qualidade de vida e de sustentabilidade económica; projetar espaços e estruturas verdes, estudar o equipamento mobiliário e obras de arte a implementar e realizar estudos de integração paisagística; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Arquitetura Paisagista	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Arquivo)	Estabelecer e aplicar critérios de gestão de documentos; avaliar e organizar a documentação de fundos públicos e privados com interesse administrativo, probatório e cultural; orientar e elaborar instrumentos de descrição da documentação; apoiar o utilizador, orientando na pesquisa de registos e documentos apropriados; promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes; executar ou dirigir os trabalhos tendo em vista a conservação e restauro de documentos; supervisionar o pessoal afeto à função de apoio técnico de arquivista; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Arquivo	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Artes Decorativas)	Investigar, organizar e divulgar o património de artes decorativas dos museus municipais ou de outros espaços do município; inventariar e proceder ao estudo de coleções de artes decorativas, nomeadamente no âmbito das condições de produção dos objetos, características dos materiais utilizados e evolução estilística; organizar núcleos museológicos com espólios de artes decorativas; organizar e divulgar exposições e informação complementar.	Artes Decorativas	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Biblioteca e Documentação)	Estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços; selecionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, adaptando sistemas de tratamento automático ou manual; definir procedimentos de recuperação e exploração de informação; apoiar e orientar o utilizador dos serviços; promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária; coordenar e supervisionar os recursos humanos e materiais necessários às atividades a desenvolver e proceder à avaliação dos resultados; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Biblioteca e Documentação	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Ciências da Educação)	Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços, representando o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.	Ciências da Educação	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Comunicação Social)	Organizar e preparar a informação municipal destinada a divulgação; informar superiormente a atividade desenvolvida; coordenar, quando necessário a atividade de outros profissionais na área da comunicação social; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Comunicação Social	2	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Conservador de Museus)	Zelar pela salvaguarda, valorização, preservação e conservação do património museológico; elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Conservador de Museus	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Mapa de Pessoal 2014

CARREIRA	CATEGORIA / CARGO	ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA / PROFISSIONAL	POSTOS DE TRABALHO (PT)																
				CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS										COMISSÃO DE SERVIÇO						
				Tempo Indeterminado										Tempo Determinado ou						
				Total de Postos de Trabalho Necessários [1]	Total de Postos de Trabalho Ocupados [2]	Postos Trabalho Previsos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Cativos [6]	Mobilidade Interna			LSR		Postos Trabalho Previsos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Previsos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]
Órgãos e Serviços	Interesse Público	Outra	< 1 Ano							>= 1 Ano										
Técnico Superior	Técnico Superior (Geografia)	Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade no âmbito do ordenamento do território e planeamento sectorial ou integrado; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Geografia	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Técnico Superior	Técnico Superior (Gestão)	Assegurar a aplicação dos procedimentos técnicos e administrativos necessários à elaboração, aplicação e atualização dos instrumentos gerais de gestão; recolher, selecionar e preparar a informação contabilística e financeira de forma a permitir a elaboração de planos de atividade, orçamentos operacionais e financeiros; colaborar na identificação das necessidades de aprovisionamento e na escolha de equipamentos e materiais participando na elaboração de processos de aquisição e caderno de encargos; participar na organização e operacionalização de ações de marketing e publicidade; assegurar a execução de tarefas administrativas de apoio à gestão dos recursos humanos.	Gestão	5	4	5	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0		
Técnico Superior	Técnico Superior (História)	Elaborar e desenvolver, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade designadamente no âmbito da gestão e preservação do património; registar em suporte fotográfico eventos que decorram da atividade municipal e possam constituir, no futuro, documentos históricos; gerir a fototeca municipal e legendar e complementar textualmente imagens antigas do município; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	História	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Técnico Superior	Técnico Superior (Jurista)	Estudar, planejar e elaborar pareceres e informações de carácter técnico-jurídico, nos assuntos relacionados com o Regime Jurídico da Administração Pública; elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Jurista	6	3	6	3	0	3	0	1	0	0	0	0	0	-2	-2	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Línguas e Literaturas Modernas)	Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços, representando o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.	Línguas e Literaturas Modernas	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	-2	-2	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Marketing)	Colaborar na definição de estratégias de marketing e na elaboração do plano de marketing da entidade; operacionalizar as políticas de gestão do marketing e as políticas de comunicação da entidade, nomeadamente através de contactos com clientes, fornecedores ou outras entidades ligadas direta ou indiretamente à respetiva atividade.	Marketing	2	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Matemáticas Aplicadas)	Proceder a análises numéricas, estatísticas e outras que apoiem a elaboração de estudos económicos e de gestão; elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Matemáticas Aplicadas	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Medicina Veterinária)	Colaborar na inspeção higio-sanitária e controlo higio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabrique, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados; emitir parecer nos termos da legislação vigente sobre as instalações e estabelecimentos referidos; notificar de imediato das doenças de declaração obrigatória e adotar medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizootico; elaborar pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Medicina Veterinária	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Psicologia)	Efetuar estudos e desenvolver projetos em áreas como recursos humanos, apoio social, educativo e cultural; promover a resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; detetar as necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas; identificar as necessidades de ocupação de tempos livres promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa; elaborar pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Psicologia	6	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Recursos Humanos)	Supervisiona e realiza um conjunto de atividades na área da gestão de recursos humanos, nomeadamente ao nível de: definição de perfis de competências, diagnóstico de necessidades de recursos humanos e elaboração de mapa de pessoal, recrutamento e seleção de trabalhadores, desenvolvimento e motivação dos recursos humanos, tanto ao nível de políticas salariais como de formação e rotatividade interna.	Recursos Humanos	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Rel. Públicas e Publicidade)	Analisar situações de comunicação interpessoal e organizacional, participar ativamente e de forma criativa no desenvolvimento e planeamento de estratégias de marketing; participar na organização e operacionalização dos contextos e eventos que visem a promoção institucional; participar na conceção, produção e seleção dos elementos de comunicação gráfica, escrita, visual ou multimédia necessários para a relação com os públicos em operações promocionais, bem como na conceção e finalização de campanhas de publicidade e cooperar com os diferentes suportes de comunicação social.	Relações Públicas e Publicidade	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Relações Internacionais)	Recolher informações sobre a realidade política, económica e cultural dos diferentes países e regiões, com os quais o município mantém relações; estudar, elaborar pareceres e apresentar propostas de atuação sobre todo o tipo de assuntos relacionados com esses países ou regiões; acompanhar os processos referentes à participação do município em organismos e reuniões internacionais de natureza política, económica e cultural; acompanhar o funcionamento de outras organizações a que o município não pertença mas cuja atividade tenha interesse; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Relações Internacionais	2	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Serviço Social)	Assegurar e desenvolver as atividades inerentes à promoção e apoio de projetos e ações que visem a inserção ou reinserção socioprofissional dos municípios; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Serviço Social	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Técnico Superior	Técnico Superior (Serviço Social e Sociologia)	Participar na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento social da área da respetiva autarquia local, desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção na coletividade; propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social, propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades e contradições criadas pelos grupos ou sistemas que influenciam ou modelam a sociedade; promover e dinamizar ações tendentes à integração e valorização dos cidadãos; realizar estudos que permitam conhecer a realidade social nas áreas do urbanismo, habitação, saúde, do emprego e da educação; investigar os factos e fenómenos que, pela sua natureza, podem influenciar a vivência trabalhadores da autarquia e dos cidadãos em geral.	Serviço Social / Sociologia [7]	8	7	8	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	0	
Técnico Superior	Técnico Superior (Urbanismo)	Elaborar, preparar e acompanhar o desenvolvimento de programas de intervenção, planos, projetos ou estudos de natureza urbanística; avaliar estudos, planos e projetos urbanísticos e emitir os respetivos pareceres; apreciar, no quadro da gestão urbana, estudos, projetos ou propostas de intervenção urbana, assim como de pedidos de informação formulados pelo público e emissão dos respetivos pareceres; participar no desenvolvimento de sistemas de informação de apoio ao planeamento e à gestão urbana; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Urbanismo	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Mapa de Pessoal 2014

CARREIRA	CATEGORIA / CARGO	ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA PROFISSIONAL	POSTOS DE TRABALHO (PT)															
				CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS												COMISSÃO DE SERVIÇO			
				Tempo Indeterminado												Tempo Determinado ou			
				Total de Postos de Trabalho Necessários [1]	Total de Postos de Trabalho Ocupados [2]	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Cativos [6]	Mobilidade Interna			LSR		Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]
Orgãos e Serviços	Interesse Público	Outra	< 1 Ano							>= 1 Ano									
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Marceneiro)	Fabricar, montar, transformar e reparar móveis de madeira, utilizando ferramentas manuais ou mecânicas; zelar pela correta utilização, limpeza e manutenção dos equipamentos à sua guarda, procedendo, quando necessário, à reparação dos mesmos.	Marceneiro	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Mecânico)	Detetar avarias mecânicas; reparar, afinar, montar e desmontar os órgãos de viaturas ligeiras e pesadas a gasolina ou a diesel, bem como outros equipamentos motorizados ou não; executar outros trabalhos de mecânica geral; proceder à manutenção e controlo de máquinas e motores; zelar pela correta utilização, limpeza e manutenção dos equipamentos à sua guarda, procedendo, quando necessário, à reparação dos mesmos.	Mecânico	6	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Montador Eletricista)	Colaborar na montagem, conservação e reparação de instalações elétricas e equipamentos de baixa tensão; executar instalações simples de baixa tensão ou substituir órgãos de utilização corrente nas instalações de baixa tensão; executar cálculos e projetos para instalação elétrica e quadros elétricos de baixa tensão e proceder à sua montagem; realizar ensaios e medidas de deteção e reparação de avarias nos equipamentos e instalações elétricas; zelar pela correta utilização e manutenção dos equipamentos à sua guarda, procedendo, quando necessário, à sua reparação.	Montador Eletricista	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Motorista Ligeiros)	Conduzir viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas, tendo em atenção a segurança dos utilizadores e dos bens; receber e entregar expediente ou encomendas; zelar pela correta utilização e manutenção das viaturas que lhe forem atribuídas.	Motorista de Ligeiros	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Motorista Transp. Coletivos)	Conduzir autocarros para transporte de passageiros, tendo em atenção a comodidade e segurança das pessoas; colaborar na carga e descarga de bagagens; assegurar o bom estado de funcionamento do veículo, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção e lubrificação podendo executar pequenas reparações; pode conduzir outras viaturas para as quais esteja legalmente habilitado.	Motorista de Transportes Coletivos	10	10	10	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Op. Est. Elev. Trat. Dep.)	Efetuar a vistoria dos equipamentos de bombagem ou outros eletromecânicos, procedendo à sua manutenção; procede à limpeza dos filtros de acordo com as normas técnicas aconselhadas; verificar as condições de higiene da estação, zelando pela sua correta manutenção e conservação; executar outros trabalhos afins não especificados.	Operador de Estações Elevatórias de Tratamento ou Depuradoras	5	5	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Pedreiro)	Aparelhar pedra em grosso; executar alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, podendo também fazer o respetivo reboco; proceder ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executar muros e estruturas simples, com ou sem armaduras; executar outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; zelar pela correta utilização, limpeza e manutenção dos equipamentos à sua guarda, procedendo, quando necessário, à reparação dos mesmos.	Pedreiro	6	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Pintor)	Aplicar camadas de tinta, verniz ou outros produtos afins, principalmente sobre superfícies de estuque, reboco, madeira e metal, para as proteger; criar determinados efeitos ornamentais, quando necessário; zelar pela correta utilização, limpeza e manutenção dos equipamentos à sua guarda, procedendo, quando necessário, à reparação dos mesmos.	Pintor	8	8	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Pintor Auto)	Executar a pintura de carroçaria de automóveis, de outros veículos e de máquinas, utilizando materiais, ferramentas e equipamentos específicos; zela pela correta utilização, limpeza e manutenção dos equipamentos à sua guarda, procedendo, quando necessário, à reparação dos mesmos.	Pintor de Automóveis	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Auxiliar de Topografia)	Efetuar tarefas de apoio à execução dos trabalhos do topógrafo; fixar e posicionar determinados alvos para que o topógrafo possa marcar um alinhamento, desobstruindo a linha de visão quando necessário; efetuar medições e proceder ao transporte, limpeza e manutenção do material; executar outras tarefas não especificadas.	Auxiliar de Topografia	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Proteção Civil)	Atuar preventivamente na deteção de situações de risco susceptíveis de acionar meios de proteção civil e participar em ações de sensibilização e informação às populações nesse âmbito; prestar apoio em operações de socorro em caso de acidente / incidente grave ou catástrofe / calamidade dele resultante; assegurar tarefas diversas inerentes ao bom funcionamento do serviço; zelar pela correta utilização, manutenção e limpeza dos equipamentos à sua guarda.	Proteção Civil	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Serralheiro Civil)	Construir e aplicar na oficina estruturas metálicas ligeiras; interpretar desenhos e outras especificações técnicas; zelar pela correta utilização, limpeza e manutenção dos equipamentos à sua guarda procedendo, quando necessário, à reparação dos mesmos.	Serralheiro Civil	6	5	6	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Telefonista)	Estabelecer ligações telefónicas para o exterior e transmitir aos telefones internos chamadas recebidas; prestar informações, dentro do seu âmbito; registar o movimento de chamadas e anotar, sempre que necessário, as mensagens que respeitam a assuntos de serviço, transmitindo-as por escrito ou oralmente; zelar pela conservação do material à sua guarda.	Telefonista	5	4	5	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Torneiro)	Operar, regular e vigiar tornos automáticos ou semiautomáticos de corte, efetuar o desbaste e acabamento de peças metálicas, podendo operar outras máquinas-ferramentas; zelar pela correta utilização e manutenção dos equipamentos verificando o andamento do trabalho, a mudança das ferramentas e efetuando os ajustamentos necessários de acordo com as especificações técnicas tendo em vista a correta produção das peças; efetuar a limpeza e conservação das máquinas-ferramentas, executando nomeadamente as lubrificações e reposições de níveis de óleo, tendo em conta a preservação do ambiente.	Torneiro	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Trânsito e Sinalização)	Proceder à manutenção da sinalização nas vias públicas; detetar e sinalizar viaturas abandonadas; zelar pelo bom estado de conservação das vias municipais, efetuando a reparação e manutenção das mesmas, procedendo ao seu asfaltamento quando necessário.	Trânsito e Sinalização	6	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Operacional	Assistente Operacional (Trat. Apanhador Animais)	Proceder à recolha de animais cuidando dos que se encontrem internados no canil municipal; garantir a correta utilização das instalações, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação das mesmas; efetuar a higienização das instalações, zelando pela sua boa conservação; integrar as brigadas de desinfeção e auxiliar o veterinário municipal.	Tratador Apanhador de Animais	2	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carreiras Especiais / Subsistentes / Não Revistas				13	13	13	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Docente	Educador de Infância	Exerce as suas funções com responsabilidade profissional e autonomia técnica e científica, incumbindo-lhe, genericamente: planejar, organizar e preparar as atividades letivas dirigidas à turma ou grupo de alunos nas áreas disciplinares ou matérias que lhe sejam distribuídas; conceber, aplicar, corrigir e classificar os instrumentos de avaliação das aprendizagens; elaborar recursos e materiais didático-pedagógicos e participar na respetiva avaliação; promover, organizar e participar em todas as atividades complementares, curriculares e extracurriculares, incluídas no plano de atividades ou projeto educativo da escola, dentro e fora do recinto escolar; organizar, assegurar e acompanhar as atividades de enriquecimento curricular dos alunos; acompanhar e orientar as aprendizagens dos alunos, em colaboração com os pais e encarregados de educação; facultar orientação e aconselhamento em matéria educativa e social dos alunos, em colaboração com os serviços especializados de orientação educativa.	Educador de Infância	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informática	Especialista de Informática	Desempenhar funções de conceção e aplicação nas seguintes áreas: gestão e arquitetura de sistemas de informação, infraestruturas tecnológicas e engenharia de software.	Informática	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informática	Técnico de Informática	Desempenhar funções nas seguintes áreas funcionais: infraestruturas tecnológicas, engenharia de software, apoio de utilizadores, operação de computadores e suporte de programação de sistemas de micro-informática.	Informática	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Mapa de Pessoal 2014

CARREIRA	CATEGORIA / CARGO	ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / PROFISSIONAL	POSTOS DE TRABALHO (PT)																				
				CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS												COMISSÃO DE SERVIÇO								
				Tempo Indeterminado						Tempo Determinado ou														
				Total de Postos de Trabalho Necessários [1]	Total de Postos de Trabalho Ocupados [2]	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Cativos [6]	Origens e Serviços	Mobilidade Interna	LSR	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]	Postos Trabalho Previstos [3]	Postos Trabalho Ocupados [4]	Postos Trabalho Vagos [5]						
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Esp. Pr. / Fiscal Municipal Pr. / Fiscal Municipal 2.º Cl.	Obter todas as informações de interesse para os serviços onde está afeto, através de observação direta no local; informar os processos que lhe são distribuídos; fiscalizar os trabalhos realizados na via pública por empresas concessionárias e outras de acordo com o regulamento de obras na via pública, efetuando as medições necessárias; verificar e controlar as autorizações e licenças concedidas para a execução dos trabalhos; vistoriar prédios municipais, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscalização Municipal	5	5	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Encarregado de Movimento (Ch. de Tráfego)	Supervisionar, orientar, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas pelo pessoal do setor de transportes e máquinas, que inclui a oficina de mecânica de viaturas; proceder à afetação daqueles funcionários às diversas máquinas e viaturas da respetiva autarquia local, bem como destas pelos diferentes serviços, de acordo com indicações superiores; Distribuir o trabalho pelos diferentes funcionários que lhe estão afetos; Coordenar a utilização dos veículos afetos aos transportes escolares e os respetivos funcionários; Aferir das necessidades de meios materiais indispensáveis ao funcionamento do setor de transportes e à oficina de mecânica, providenciando, designadamente, pela aquisição do material necessário.		1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Encarregado de Pessoal Auxiliar	Exerce funções de coordenação dos assistentes operacionais que desempenham funções de serviço auxiliar, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, designadamente: procede à distribuição das tarefas entre os trabalhadores que integram os serviços auxiliares; orienta e supervisiona os trabalhos efetuados, zelando pelo cumprimento das normas de serviço.		1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS CML				764	718	747	702	17	28	1	8	3	0	1	1	1	0	16	15	1				

Notas:

- [1] **Postos de Trabalho Necessários:** corresponde à totalidade de postos de trabalho necessários para a plena execução das atribuições, competências e atividades municipais no ano de 2014.
- [2] **Postos de Trabalho Ocupados:** corresponde ao somatório dos postos de trabalho previstos em 31/12/2014 nas diferentes modalidades de vinculação (Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado ou Determinado e Comissão de Serviço).
- [3] **Postos de Trabalho Previstos:** corresponde ao somatório dos postos de trabalho ocupados, vagos e cativos na respetiva modalidade de vinculação, previsíveis à data de 31/12/2014.
- [4] **Postos de Trabalho Ocupados:** corresponde ao somatório dos postos de trabalho previsivelmente ocupados a 31/12/2014 na respetiva modalidade de vinculação.
- [5] **Postos de Trabalho Vagos:** corresponde à diferença entre o somatório dos postos de trabalho ocupados e cativos na respetiva modalidade de vinculação, e os postos de trabalho previstos para a mesma.
- [6] **Postos de Trabalho Cativos:** corresponde ao somatório dos postos de trabalho identificados nas colunas referentes à situação de Mobilidade Interna, mais os identificados em situação de licença sem remuneração com duração inferior a 1 ano, considerando também os postos de trabalho de técnicos superiores em exercício de funções de pessoal dirigente em regime de comissão de serviço.
- [7] Um Técnico Superior de Sociologia está habilitado com Certificado de Aptidão Profissional para o exercício de funções de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) encontrando-se a executar essas funções.

Anexo

2. Plano de Formação



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	2
II. METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO	3
CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES	4
CURSOS DO PLANO DE FORMAÇÃO	5
AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO	9
RECURSOS FÍSICOS	10
RECURSOS DIDÁCTICOS	11
PROGRAMAÇÃO FÍSICA	11
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	12



I - INTRODUÇÃO

O Plano de Formação da Câmara Municipal de Lagos é um instrumento orientador da actividade formativa planeada para o ano de 2014 e faz parte integrante nas Grandes Opções do Plano. Pretende contribuir para a valorização das qualificações dos trabalhadores, promovendo o reforço das suas competências, de modo a satisfazerem as necessidades dos serviços e a incrementar os níveis de desempenho organizacional.

O Plano de Formação foi elaborado a partir do levantamento das necessidades de formação identificadas pelas chefias e pelos trabalhadores, no decurso das entrevistas de avaliação de desempenho (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública - SIADAP), com o objectivo de desenvolvimento das competências inerentes às suas funções. Resultou igualmente da indicação dada pelos dirigentes municipais sobre as necessidades de formação dos trabalhadores das unidades orgânicas sob sua coordenação, em função das actividades a desenvolver bem como das decorrentes da aplicação do novo quadro legislativo.

Como vem sendo habitual, face ao contexto de grande contenção económica, procurar-se-á estabelecer parcerias com entidades formadoras credenciadas que sejam detentoras de formação financiada, ao abrigo do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), por forma a garantir a formação dos trabalhadores sem encargos financeiros para a autarquia, privilegiando-se os parceiros tradicionais, a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Contamos igualmente com o contributo de formadores internos habilitados com Certificado de Aptidão Pedagógica, que se disponibilizem para colaborar na implementação do Plano de Formação.



II - METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

O Plano de Formação 2014 foi construído com base na recolha da informação contida nas fichas de avaliação de desempenho, resultante da entrevista de avaliação de desempenho entre avaliador e avaliado, referente ao processo de avaliação do ano de 2012 (SIADAP).

Daqui resultou a identificação das necessidades de formação ao nível individual, tendo-se seguido a validação dessas necessidades pelos dirigentes municipais, em Outubro de 2013.

De seguida, procedeu-se ao tratamento de toda a informação reunida, constituindo grupos por temas, quando os trabalhadores apresentavam necessidades de formação idênticas.

Após a elaboração da proposta do Plano de Formação, esta foi submetida à consideração da Senhora Presidente para aprovação.

CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES

A construção do Plano de Formação desenvolveu-se por várias etapas que se apresentam de seguida através do cronograma das actividades desenvolvidas

CRONOGRAMA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Recolha da informação contida nas fichas de avaliação de desempenho relativa a necessidades de formação					
Agrupamento das necessidades individuais de formação identificadas por Divisão/Unidade Técnica/Serviço e remessa aos Dirigentes					
Validação e priorização das necessidades de formação pelos Dirigentes e devolução ao Serviço de Gestão de Recursos Humanos					
Elaboração da Proposta do Plano de Formação (PPF) 2014					
Sujeição da PPF 2014 à apreciação da Senhora Presidente da Câmara					
Elaboração do Plano de Formação (PF) 2014 (documento final)					
Entrega do Plano de Formação PF 2014 à UTFI					

CURSOS DO PLANO DE FORMAÇÃO

No quadro abaixo apresentam-se os cursos previstos no Plano de Formação, organizados por áreas de formação, enquadrados uns nas unidades de formação de curta duração (UFCD), incluídas no Catálogo Nacional de Qualificações, e outros fazem parte de uma candidatura apresentada pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve ao POPH – Programa Operacional Potencial Humano (sujeita a aprovação).

Não foi possível incluir nestes cursos as necessidades que por motivos que a seguir se refere poderão, eventualmente, ser satisfeitas através de formação externa:

- Inexistência de número suficiente de trabalhadores para constituir grupos;
- As necessidades identificadas não se enquadram nos temas disponibilizados nas unidades de formação de curta duração (UFCD) incluídas no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ);
- O nível habilitacional dos trabalhadores não reúne condições para integração nas UFCD do CNQ ⁽¹⁾.

CURSO	Nº TOTAL DE ACÇÕES	DURAÇÃO	NÍVEL	Nº DE FORMANDOS
A nova norma de auditorias a sistemas de gestão - ISO 19011:2011 ⁽²⁾	1	-	-	23
Actividades pedagógicas do quotidiano da criança	1	25 horas	4	21
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	1	25 horas	2	37

Arquivo-organização e manutenção	1	25 horas	2	22
Atendimento-técnicas de comunicação	1	25 horas	2	31
Código do Procedimento Administrativo ⁽²⁾	3	-	-	68
Comunicação e comportamento organizacional	1	25 horas	4	19
Comunicação interpessoal e assertividade	2	25 horas	2	51
Custos da não qualidade, Ferramentas da qualidade e melhoria da qualidade ⁽²⁾	1	-	-	37
Ética e deontologia profissionais	1	25 horas	2	29
Formas de intervenção precoce em crianças com NEE	1	25 horas	4	23
Gestão de stress e gestão de conflitos	2	25 horas	4	43

Gestão do tempo e organização do trabalho	1	25 horas	4	40
Higiene e segurança alimentar	1	25 horas	2	23
Higiene, saúde e segurança da criança	1	25 horas	4	16
Informática na óptica do utilizador – folha de cálculo e intranet ou Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	1	25 horas	4	37
Informática na óptica do utilizador – fundamentos ou Processador de texto - funcionalidades avançadas	1	25 horas	4	13
Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso ⁽²⁾	1	-	-	9
Licenciamento zero ⁽²⁾	2	-	-	52
Nova Lei das finanças locais ⁽²⁾	1	-	-	15
Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais ⁽²⁾	1	-	-	20
Processos de manutenção e reparação de canalizações e acessórios	1	25 horas	2	26

Quantum Gis ⁽²⁾	1	-	-	15
Regime Jurídico de Urbanização e Edificação-RJUE – alteração ⁽²⁾	2	-	-	34
Sistema HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points)	1	25 horas	2	9
Sistemas de transmissão para mecânico de serviços rápidos	1	25 horas	2	28
Trabalho em equipa	1	25 horas	2	28
Módulo 1 - Exposição profissional a agentes químicos e biológicos ⁽³⁾	3	3 horas	-	78
Módulo 2 - Movimentação manual de cargas ⁽³⁾	2	3 horas	-	53
Módulo 3: Equipamentos de protecção individual ⁽³⁾	4	2 horas	-	104
Módulo 4: Prevenção de acidentes de trabalho ⁽³⁾	2	2 horas	-	51
TOTAL	44	-	-	1055

⁽¹⁾ Os licenciados poderão ser integrados nas UFCD, até ao limite de 10% por grupo;

⁽²⁾ Cursos integrados na candidatura apresentada pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve ao POPH – Programa Operacional Potencial Humano (sujeita a aprovação);

⁽³⁾ Formação promovida internamente.

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

De acordo com a nomenclatura de Formação Profissional elaborada pela CIME – Comissão Interministerial para o Emprego, a Avaliação da Formação tem a seguinte definição:

“Processo de acompanhamento, controlo e apreciação de um sistema, de um plano ou de uma acção de formação, com o objectivo de melhorar a formação”.

Neste sentido, a avaliação é um instrumento muito importante para o serviço responsável pela área da formação obter informação indispensável à melhoria de futuras acções formativas.

Em todas as acções de formação será efectuada a avaliação da satisfação dos formandos e a avaliação da transferência dos conhecimentos adquiridos para situações de trabalho, em dois momentos distintos.

Assim, no final das acções de formação será distribuído um questionário aos formandos para avaliação da satisfação/reacção da formação ao nível de:

- 1 – Monitoria;
- 2 – Temas apresentados;
- 3 – Instalações e Ambiente;
- 4 – Organização e Documentação;
- 5 – Avaliação global

Três a seis meses após o término da formação, proceder-se-á à avaliação da eficácia da formação, a qual permitirá aferir a transferência das aprendizagens para os contextos de trabalho, ao nível do desempenho, salvo quando inicialmente é indicado que esta avaliação é desnecessária).

A recolha da informação necessária à construção de indicadores é realizada através da aplicação de um questionário “Avaliação da eficácia da acção de formação no desempenho/comportamento”, a preencher entre a chefia directa e o colaborador.

RECURSOS FÍSICOS

As acções são ministradas em três salas de Formação sitas nas antigas Instalações da Escola Secundária Gil Eanes:

Sala N.º 610:

- Área de 45,85 m² (aproximadamente);
- Equipada com videoprojector e quadro branco;
- Mobiliário adequado à execução da formação (10 mesas de 1,20x0,80 e 20 cadeiras);
- Capacidade para 20 formandos;
- Secretária e cadeira para o formador;
- Instalações sanitárias.

Sala N.º 614:

- Área de 32,01 m² (aproximadamente);
- Equipada com videoprojector e quadro branco;
- Mobiliário adequado à execução da formação (9 mesas de 1,20x0,80 e 18 cadeiras);
- Capacidade para 18 formandos;
- Secretária e cadeira para o formador;
- Instalações sanitárias.

Sala N.º 612 (Sala de Formação de Informática)

- Área de 51,74 m² (aproximadamente);
- Equipadas com videoprojector e quadro branco;
- Mobiliário adequado à execução da formação (9 mesas de 1,20x0,80 e 18 cadeiras);
- 14 Computadores;
- Ligação em rede e internet;
- Capacidade para 18 formandos;
- Secretária e cadeira para o formador;
- Instalações sanitárias.

RECURSOS DIDÁCTICOS

O material de apoio que o formador entenda como fundamental para o sucesso da aprendizagem é facultado a todos os formandos, antes, durante ou após as acções formativas, em suporte que seja considerado mais adequado (papel e/ou CD). No entanto, com vista à redução de consumos de papel, tinteiros e desgaste de equipamentos, o serviço responsável pela Formação, sempre que possível, procede ao envio do material por e-mail.

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

As Acções de Formação foram planeadas por quadrimestre, nos seguintes termos:

N.º Acções de Formação	Janeiro a Abril
1	A nova norma de auditorias a sistemas de gestão - ISO 19011:2011
1	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho-conceitos básicos
1	Atendimento-técnicas de comunicação
1	Código do Procedimento Administrativo
1	Higiene e segurança alimentar
1	Sistema HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points)
1	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
2	Licenciamento zero
1	Nova Lei das finanças locais
1	Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais
1	Regime Jurídico de Urbanização e Edificação-RJUE - alteração
1	Sistemas de transmissão para mecânico de serviços rápidos
3	Módulo 1 - Exposição profissional a agentes químicos e biológicos
2	Módulo 2 - Movimentação manual de cargas
4	Módulo 3: Equipamentos de protecção individual
2	Módulo 4: Prevenção de acidentes de trabalho

N.º Acções de Formação	Maio a Agosto
1	Actividades pedagógicas do quotidiano da criança
1	Código do Procedimento Administrativo
1	Comunicação e comportamento organizacional
1	Comunicação interpessoal e assertividade
1	Custos da não qualidade, Ferramentas da qualidade e melhoria da qualidade
1	Ética e deontologia profissionais
1	Formas de intervenção precoce em crianças com NEE
1	Gestão de stress e gestão de conflitos
1	Gestão do tempo e organização do trabalho
1	Higiene, saúde e segurança da criança
1	Regime Jurídico de Urbanização e Edificação-RJUE - alteração
1	Trabalho em equipa

12

N.º Acções de Formação	Setembro a Dezembro
1	Arquivo-organização e manutenção
1	Código do Procedimento Administrativo
1	Comunicação interpessoal e assertividade
1	Gestão de stress e gestão de conflitos
1	Informática na óptica do utilizador – folha de cálculo e intranet
1	ou
1	Folha de cálculo - funcionalidades avançadas
1	Informática na óptica do utilizador – fundamentos
1	ou
1	Processador de texto - funcionalidades avançadas
1	Processos de manutenção e reparação de canalizações e acessórios
1	Quantum Gis

8

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

A concretização do presente Plano de Formação não implica quaisquer encargos financeiros para o Município, uma vez que se pretende recorrer à colaboração de parceiros externos que disponibilizem formação com financiamento garantido, e ainda a formador interno.

Município de Lagos

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014

ENCERRAMENTO

O presente documento e seus anexos, devidamente numerados e rubricados, (1) foram aprovados em reunião da Câmara Municipal de Lagos, realizada em 04 de dezembro de 2013.

A Presidente,

.....

Os Vereadores:

.....
.....
.....
.....

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

As Grandes Opções do Plano e Orçamento que antecedem mereceram aprovação por (1), da Assembleia Municipal(2).....em sua sessão do dia de dezembro de 2013.

O Presidente,

.....

O 1º. Secretário,

O 2º. Secretário,

.....

.....

(1) - Unanimidade, ou maioria; (2) - Ordinária, ou extraordinária